



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

BIBLIOTECA

DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

OBRA

N.º 30.100

VOLUME

N.º 50º

CLASSIFICAÇÃO

Instrução e educação

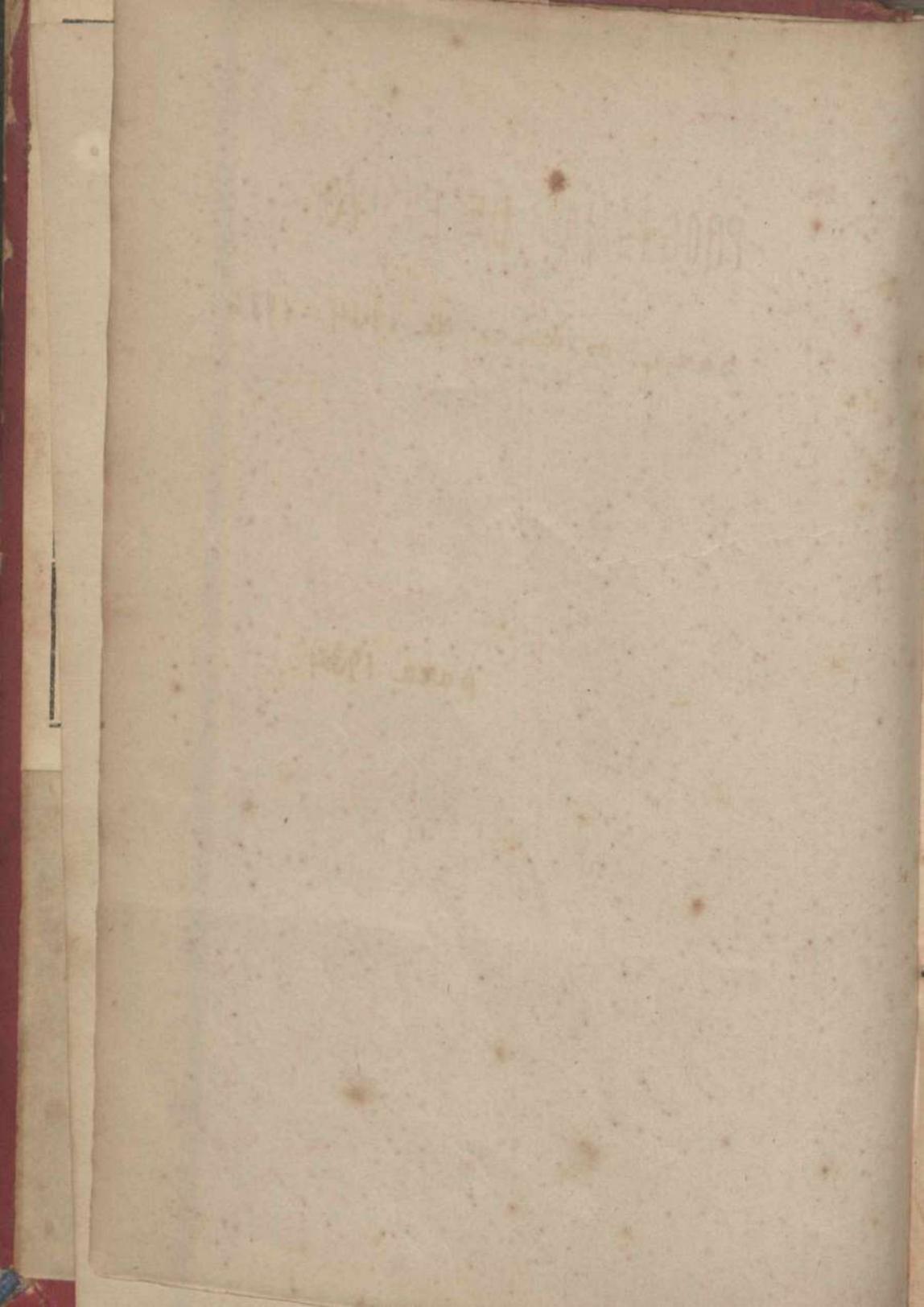
OBSERVAÇÕES

DO REGIMENTO INTERNO DA
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Art.º 92 — Os livros, revistas, jornais, brochuras e manuscritos da Biblioteca não poderão, sob pretexto algum ser retirados para leitura fóra do estabelecimento.

Art.º 93 — No salão de deposito dos livros somente é permitido o ingresso aos professores e empregados da secção. Os chefes e empregados de outras, os estudantes e o publico em geral serão atendidos no salão de leitura, mediante pedidos impressos que lhes serão fornecidos pelos empregados de serviço.





PROGRAMAS DE ENSINO

para os anos de 1934 - 1936.

Curso de Bacharelado

- Programas para 1934.

Lista de alunos

PROCESO DE FOLIO

...

...

...

AL

P r i m e i r o A n o

1.^a CADEIRA

Introdução à Ciência do Direito

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. José Joaquim de Almeida

(AULAS DIÁRIAS, ÀS 9 HORAS)

- 1 — Das ciências e das suas classificações. A Sociologia e o Direito na classificação das ciências.
- 2 — Da teoria do conhecimento.
- 3 — Do método em geral. Da metodologia jurídica.
- 4 — Da Sociedade. Do Estado, seus elementos constitutivos. Funções do Estado. O Direito e o Estado.
- 5 — Do Direito como fenómeno social. Conceito do Direito. Principais teorias sobre a etiologia jurídica.
- 6 — Das normas sociais. Influência dos fatos económicos sobre o desenvolvimento do Direito. Relações entre Moral e Direito. Da Justiça. Da Equidade.
- 7 — Do Direito, ciência e arte. Da técnica do Direito.
- 8 — Da evolução jurídica, suas leis e seus fatores.
- 9 — Do direito objetivo e subjetivo. Elementos componentes do direito subjetivo.
- 10 — Do sujeito do direito. Pessoa natural. Pessoa jurídica, seus elementos característicos.
- 11 — Do objeto do direito. Conceito do patrimônio.
- 12 — Da relação jurídica. Nascimento, modificação e extinção

- dos direitos. O fato jurídico. O ato jurídico. Suas espécies.
- 13 — Da coação. Das garantias contra a violação dos direitos.
- 14 — Do direito natural em sua nova concepção. Do direito positivo.
- 15 — Divisões do direito positivo. Noção sucinta de cada ramo do direito. Importância da distinção do direito público e privado.
- 16 — Fontes do direito positivo.
- 17 — Da lei. Seu conceito. Classificação. Codificação. Hierarquia das leis. A inconstitucionalidade das leis. Decreto. Regulamento.
- 18 — Dos costumes. Enfraquecimento progressivo da influência dos costumes. Do costume *secundum legem, praeter legem, contra legem*. Do desuso.
- 19 — Da obrigatoriedade das leis. Seu fundamento. Comêço e fim da obrigatoriedade das leis. Revogação.
- 20 — Do direito adquirido.
- 21 — Da obrigatoriedade das leis no espaço.
- 22 — Da interpretação das leis. Principais teorias. Da interpretação como adaptação do direito aos fatos sociais. Regras de interpretação. A escola de exegese. O direito livre.
- 23 — História do direito. Da antiguidade até o direito grego.
- 24 — Do direito romano. Sua influencia no desenvolvimento do direito. Sua importância atual.
- 25 — Direito germânico e direito canônico.
- 26 — Direito português e sua aplicação no Brasil.
- 27 — Direito brasileiro do Império e da República.
- 28 — Teleologia jurídica.
- 29 — A universalização e a socialização do Direito.
- 30 — As novas diretrizes do direito brasileiro.
-

2.^a CADEIRA

**Economia Política e Ciência
das Finanças**

Professor dr. Alfredo da Silva Freyre

(AULAS DIÁRIAS, ÀS 8 HORAS)

1. — Influência da vida social sôbre o ser humano. Agrupamentos tendo por fim a satisfação das necessidades humanas.
2. — Economia Política ou mais propriamente Economia Social. Objeto, método, história da ciência econômica.
3. — Produção da riqueza. A terra nos agentes naturais. O trabalho e a industria. As formas da produção nas diversas sociedades humanas.
4. — Capital. União do capital e do trabalho.
5. — Propriedade. Sua evolução. Diferentes formas de propriedade. A grande e a pequena propriedade. Influência das transformações econômicas sôbre as instituições, os costumes, as idéas.
6. — A parte do capital. Lucro do empregário. Salários.
7. — Associações operárias. Sindicatos.
8. — Socialismo. Coletivismo. História e crítica.
9. — Troca e valor. Fórmulas da troca entre as diversas sociedades humanas. Valor e preço. Concorrência. Monopólio.
10. — Moeda. Papel moeda. Sistema monetário.
11. — Crédito. Crédito privado. Crédito público. Títulos de crédito.
12. — Banco. Histórico. Operações a que se entregam os Bancos emissores.
13. — Comércio interno e externo. Câmbio. Balanço do comércio. Livre câmbio. Protecionismo.
14. — Consumo produtivo e improdutivo. Economia (poupança). Caixas Econômicas
15. — Ciência das finanças. Fontes. Sua importância. Histórico.

16. — Despesas públicas. As despesas sob o ponto de vista do Direito, da Política e da Economia.
17. — Receitas públicas. Receitas públicas originárias. Receitas públicas derivadas. Taxas e suas fórmulas.
18. — Do imposto. Classificação. Sistema fiscal.
19. — Imposto sobre bens imóveis. Sobre moveis. Monopólios.
20. — Orçamento. Dívida pública. Dívida flutuante. Dívida consolidada. Empréstimos. Emissão. Conversão. Amortização.

S e g u n d o A n o

1.^a CADEIRA

Direito Civil

PROFESSOR CATEDRÁTICO

**Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gon-
dim Neto**

(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 9 HORAS)

PARTE GERAL E PARTE GERAL DAS OBRIGAÇÕES

PONTO 1.º

Noção do Direito. Como se distingue das outras regras de conduta. As diferentes espécies de normas jurídicas.

2.º

A escola do Direito natural e o historicismo. Apreciação da divergência na atualidade.

3.º

A lei: formação, prazo de obrigatoriedade e revogação.

4.º

Limites da lei no tempo e no espaço. Irretroatividade e direitos adquiridos. Princípios de direito internacional privado consignados no Código Civil.

5.º

Interpretação e aplicação das leis. Analogia. Os novos métodos de interpretação. Inconstitucionalidade.

6.º

O Direito Civil em particular. A questão da unificação do direito privado. O Direito Civil pátrio. Apreciação geral do nosso Código.

7.º

Noção e requisitos do Direito consuetudinário. Decretos e regulamentos.

8.º

Noção, elementos constitutivos e espécies dos direitos subjetivos. Direito e interesse. O dever. As relações jurídicas.

9.º

Do sujeito de direito. As pessoas físicas. Estado das pessoas. Comêço da personalidade natural. Capacidade. Registro e domicílio. Ausência. Termo da personalidade natural.

10.º

Natureza e espécies das pessoas jurídicas. Das associações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.

11.º

Do objeto de direito. Das diferentes classes de bens.

12.º

Das cousas singulares e coletivas, em particular. Do patrimônio e da herança. Do bem de família.

13.º

Fatos e atos jurídicos. Requisitos e interpretação dos atos jurídicos. Aquisição originária e derivada de direitos.

14.º

Das modalidades dos atos jurídicos. Noção, espécies e efeitos das condições. Termo e encargo.

15.º

Dos defeitos dos atos jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação e fraudes contra os credores.

16.º

Da forma dos atos jurídicos e de sua prova. Das nulidades e suas espécies. Anulabilidade. Ratificação e conversão.

17.º

Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Espécies e graus de culpa. Da legítima defesa e do estado de necessidade. Responsabilidade sem culpa.

18.º

Influência do tempo sobre as relações jurídicas. Da prescrição, suas espécies, fundamento, alegação, renúncia e efeitos. Prescrição e prazo extintivo. Causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

19.º

Exercício, proteção, segurança e resguardo dos direitos. Limites ao exercício dos direitos. Natureza e natividade da ação. Onus da prova, presunções. Como estas se distinguem das ficções legais.

20.º

Conceito de obrigação. Sujeito, objeto e modalidades das obrigações.

21.º

Das prestações simples e compostas; conjuntas, genéricas alternativas e facultativas. Da cláusula penal.

22.º

Das obrigações indivisíveis. Doutrina francesa. Efeitos da indivisibilidade.

23.º

Das obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Breve apreciação das teorias sobre a solidariedade. Causas e efeitos da solidariedade. Regresso.

24.º

Efeitos das obrigações. Do pagamento. Das pessoas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento. Dos vícios redibitórios e da evicção

25.º

Do pagamento indevido, por consignação e com subrogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento

26.º

Definição e requisitos da novação. Suas espécies e seus efeitos.

27.º

Da compensação: requisitos, formas e limitações.

28.º

Da confusão e da remissão. Impossibilidade da prestação.

29.º

Noção, requisitos e efeitos da transação. Do compromisso.

30.o

Da mora. Requisitos e efeitos da mora do devedor. A mora do credor. Mora e culpa. Juros.

31.o

Da inexecução das obrigações. Caso fortuito e força maior. Das perdas e danos. A obrigação de indenizar. Nexo causal.

32.o

Cessão de créditos. História, requisitos e efeitos da cessão.

33.o

Noção e requisitos dos contratos. Proposta e aceitação. Contratos entre ausentes.

34.o

Divisões dos contratos.

35.o

Noção dos contratos mediante representante e em favor de terceiro.

2.^a CADEIRA

Direito Penal

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Octavio Hamilton Tavares Barrêto
(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 10 HORAS)

PARTE GERAL

- 1 — Noção do direito penal.
- 2 — Se o direito penal é um ramo do Direito Público.
- 3 — Diversas teorias a respeito do direito de punir. Relações do direito penal com outras ciências.
- 4 — Principais períodos da evolução histórica do direito penal.
- 5 — Notícia das tres escolas penais.
- 6 — Conceito científico do crime. Teoria do delito natural.
- 7 — Fatores do crime. Quais os que preponderam. Os substitutos penais.
- 8 — De um tipo antropológico de criminoso. Discordância entre as escolas a respeito de um tipo de criminoso.
- 9 — As mais importantes teorias dos criminologistas a respeito da gênese da criminalidade.
- 10 — Classificação dos delinqüentes.
- 11 — Definição do crime. Sujeito ativo; sujeito passivo; objeto do crime. Divisão tripartida dos fatos puníveis. Classificação dos crimes.
- 12 — Interpretação da lei penal.
- 13 — Efeitos da lei penal quanto ao tempo. Irretroatividade da lei penal. Excepções a essa regra.
- 14 — Efeitos da lei penal quanto ao espaço. Conceito jurídico de território. Extradicação.
- 15 — Efeitos da lei penal quanto à condição das pessoas.
- 16 — Da tentativa.
- 17 — Da codelinquência. Autoria. Cumplicidade. Mandato. Receptação.

- 18 — Responsabilidade criminal. O dolo e a culpa.
 - 19 — Causas que dirimem a responsabilidade e causas que justificam os crimes. A idade.
 - 20 — A alteração das faculdades mentais. A velhice. A surdez.
 - 21 — A embriaguez.
 - 22 — O sonambulismo, a hipnose. A sugestão crimínosa.
 - 23 — O caso fortuito. A coação. Ignorância e erro.
 - 24 — Autorisação da lei. Obediência hierárquica. Consentimento. Arrependimento.
 - 25 — Estado de necessidade. Legítima defeza.
 - 26 — Circunstâncias agravantes.
 - 27 — Circunstâncias atenuantes.
 - 28 — A pena; seus requisitos. Proporcionalidade entre crime e pena.
 - 29 — Legislação penal brasileira. Enumeração das penas segundo o nosso código.
 - 30 — Concurso de crimes e de penas. Diferentes gráus da pena. Ação pública e ação privada.
 - 31 — Modos de extinção da ação penal e da condenação.
 - 32 — A morte do condenado.
 - 33 — A graça.
 - 34 — A anistia.
 - 35 — A reabilitação.
 - 36 — A prescrição penal.
-

3.^a CADEIRA

**Direito Público e Constitu-
cional**

**Professor Dr. Luís Sebastião Gue-
des Alcoforado**

(TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS ÀS 9 HORAS)

INTRODUÇÃO

- 1) Conceito de sociedade humana. Normas reguladoras da convivência social. O direito. Direito público e privado. Direito Constitucional.
- 2) A ciência do Direito Constitucional. Definição e distinção de outras ciências. Ciências auxiliares.
- 3) Conceito absoluto, relativo, ideal e positivo de Constituição. Origem e legitimidade duma Constituição.
- 4) Constituição, sua vigência e transformações. Defeza da Constituição.
- 5) Origens e fontes do Direito Constitucional Brasileiro.
- 6) A supremacia da Constituição. Limites.

1.^a PARTE

- 7) As relações da Teoria Geral do Estado com o Direito Constitucional.
- 8) Conceito do Estado. Seus aspetos fundamentais. O Estado como instituição, ordenamento e pessoa jurídica.
- 9) Gênese, fundamento e fins do Estado.
- 10) A noção de Soberania. Sua evolução.
- 11) Poder do Estado. Fundamento e extensão.
- 12) Governo. Seu conceito. Forma de Governo, conceito e classificações. Monarquia e República.
- 13) A democracia, seu conceito, evolução histórica e bases teóricas.

14) O regimen representativo. Democracia representativa. A democracia inglesa, a franceza e a alemã.

15) Teoria da separação de poderes. História e sistemas. Funções do Estado.

16) O regime parlamentar. O sistema inglês, o francês e o alemão.

17) O regime presidencial. Sistemas americano do norte e brasileiro.

18) Estado unitário e federal. A Confederação. Federação. na America do Norte (E. U.), Argentina, Suissa e Alemanha.

19) O governo ditatorial. Estado totalitário e autoritário. Fascismo e bolshevismo.

2.^a PARTE

20) Princípios gerais do sistema federativo brasileiro.

21) A União e os Estados. Competências privativas e comuns.

22) Instituições e serviços federais e instituições e serviços a cargo dos Estados.

23) O Estado e sua Constituição.

24) O Município. Autonomia e organização. O Distrito Federal. Acre.

25) Intervenção Federal.

26) Órgãos da Soberania Nacional. A função legislativa. Organização e funcionamento do Poder Legislativo.

27) Atribuições do Poder Legislativo.

28) Da função executiva. Natureza e organização do Poder Executivo.

29) O Presidente da Republica e os Ministros. Condições de investidura. Responsabilidade.

30) Relações entre o Poder Executivo e o Legislativo.

31) A função judicial. Organização e competência do Poder Judiciário.

32) O Supremo Tribunal Federal. Competência Originária. Responsabilidade dos Ministros.

33) O corpo eleitoral. Sufrágio universal e restrito. Universalização do sufrágio. A representação profissional ou de interesses. O voto familiar.

34) A organização do corpo eleitoral e das eleições. O direito do voto. O direito de elegibilidade. Inelegibilidade e incompatibilidade.

35) Teória geral das eleições. Formalidades anteriores ao escrutínio. Operação do escrutínio. As garantias legais do sufrágio. Crimes e delitos eleitorais.

36) Voto obrigatório, facultativo, público e secreto.

37) As funções do sufrágio. O referendun. Iniciativa legislativa. O Recall.

38) A opinião pública. Os partidos políticos. Política e administração.

39) As associações sindicais. Conceito, constituição e atividade. A ação do Estado.

40) A nacionalidade brasileira. Dupla nacionalidade. Suspensão, perda, reaquisição da nacionalidade brasileira.

41) O Tribunal de Contas. Sua organização e fins. O contencioso administrativo.

3.^a PARTE

42) Declaração dos direitos do Homem. O reconhecimento dos direitos fundamentais na Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha.

43) Liberdade. Liberdade de fato e jurídica. Liberdade política e civil.

44) Direitos políticos de Liberdade. Igualdade. Liberdade pessoal. Propriedade.

45) Liberdade de pensamento e imprensa.

46) Liberdade de consciência e de culto.

47) Direito de reunião e de associação.

48) Direito de petição e de representação.

49) A anistia. Natureza e efeitos.

50) Garantias da Liberdade. Suspensão das garantias constitucionais.

51) O Estado de Sitio.

4.^a PARTE

52) História Constitucional Brasileira. O Imperio. A constituição de 25 de Março de 1824. O Ato Adicional.

53) A República. A Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.

54) A República (2ª fase). O Decreto de Instituição do Governo Provisório, de 11 de Novembro de 1930. O Código dos Interventores. O anti-projecto constitucional.

55) Estudo crítico da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e sua revisão ante o desenvolvimento e o progresso científico actual, relativamente ás novas tendências do Direito Constitucional e ás condições históricas, culturais e políticas da Nação.

Terceiro Ano

1.^a CADEIRA

Direito Civil

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Andrade Bezerra

(TERÇAS, QUINTAS E SABADOS ÀS 9 HORAS)

OBRIGAÇÕES — PARTE ESPECIAL

I. — 1. Contrato e ato jurídico. 2. Em que diferem dos direitos reais. 3. Proposta e seus efeitos. 4. Consentimento ou aceitação.

II. 5. Contrato preliminar. 6. Requisitos do contrato. 7. Capacidade, sua divisão e efeitos. 8. Do encontro das vontades, sua forma externa. 9. Consentimento expresso e tácito.

III. — 10. Atos nulos e anuláveis. 11. Da lesão. 12. Proposta por intermediário. 13. Proposta entre presentes e ausentes. 14. Retratação da aceitação. 15. Contratos por correspondência.

IV. — 16. Objeto do contrato. 17. Causas futuras; pactos sucessórios. 18. Forma dos contratos. 19. Contratos realizados no estrangeiro. 20. Contratos em alto mar. 21. Contratos entre o governo e o particular.

V. — 22. A causa nos contratos. 23. Interpretação dos contratos. 24. Irrevogabilidade dos contratos. 25. Obrigatoriedade dos contratos quanto às partes, seus herdeiros e sucessores. 26. Do distrato.

VI. — 27. Classificação dos contratos. 28. Atos do deve-

dor em fraude de credores. 29. Anulação desses atos; requisitos. 30. Da insolvência civil.

VII — 31. Nulidade e confirmação. 32. Nulidade e anulabilidade. 33. Ato bilateral e contrato bilateral. 34. Excepção *non adimpleti contractus*. 35. Clausula resolutória expressa e pacto comissório tácito. 36. Arras.

VIII. — 37. Estipulações em favor de terceiros. 38. História, definição e elementos. 39. Diversas teorias. 40. Relações entre o estipulante e o promitente. 41. Posição do beneficiário. 42. Importância social do instituto.

IX. — 43. Vícios redibitórios. 44. Relação entre a teoria dos vícios redibitórios e as do êrro e do risco. 45. Extensão do dever de garantir os vícios da coisa. 46. Perecimento fortuito da coisa com o adquirente. 47. Extinção da obrigação de garantia.

X. — 48. Evição, seus requisitos. 49. Renúncia do direito de garantia. 50. O que deve ser prestado ao evicto. 51. Denúnciação do litígio ao evicto alienante. 52. Extinção do direito de garantia.

XI — 53. Contratos aleatórios. 54. Conceito romano e moderno. 55. Relações dos contratantes. 56. Do quasi-contrato como fonte de obrigações. 57. Conceito moderno do quasi-contrato. 58. Diferenças do contrato. 59. Que espécies compreende.

XII. — 60. Da vontade unilateral como fonte de obrigações. 61. Antecedentes ao direito moderno.

XIII. — 62. Solução dos códigos modernos. 63. Do título à ordem, do título ao portador e da promessa de recompensa.

XIV. — 64. Ato ilícito, seu efeito, reparação e solidariedade. 65. Responsabilidade direta, seus requisitos. 66. Do fato imputável. 67. Da culpa. 68. Do dano patrimonial e moral.

XV. — 69. Casos de responsabilidade direta. 70. Teoria objetiva do risco criado.

XVI. — 71. Responsabilidade indireta. 72. Responsabilidade das empresas de transporte.

XVII. — 73. Responsabilidade por acidentes no trabalho. 74. Responsabilidade das pessoas jurídicas.

XVIII. — 75. Responsabilidade civil do Estado. 76. Res-

ponsabilidade mixta dos hoteleiros. 77. Responsabilidade civil e criminal.

XIX. — 78. Liquidação da obrigação resultante de ato ilícito. 79. Extensão da indenização.

XX. — 80. Evolução histórica do contrato de compra e venda. 81. Definição desse contrato. 82. Quando o contrato é perfeito e acabado. Da tradição.

XXI. — 83. Arras, arrependimento. 84. Capacidade das partes. 85. Objeto do contrato; cousas futuras, venda aleatória, venda de herança, venda de coisa indivisa. 86. Venda de coisa de outrem.

XXII. — 87. Forma do contrato de compra e venda. 88. Do preço. 89. Condições na venda. 90. Pacto *in diem additio*. 91. Pacto *displicentiae*.

XXIII. — 92. Pacto comissório. 93. Pacto *de retrovendo*. 94. Pacto de preferência. 95. Riscos e cômodos antes da tradição. 96. Riscos depois da tradição.

XXIV. — 97. Conseqüências da regra dos riscos. 98. Obrigações do vendedor. 99. Da entrega da coisa. 100. Das ações de garantia. Evicção. Vícios redibitórios. 101. Obrigações do comprador. 102. Imposto de transmissão.

XXV. — 103. Da lesão. 104. Espécies particulares de vendas. 105. Conceito e evolução da troca. 106. Em que diferê da compra e venda. 107. Consensualidade da permuta. 108. Ações de garantia na permuta.

XXVI. — 109. Evolução da doação no direito romano. 110. Natureza jurídica da doação. 111. Definição e caracteres da doação. 112. A doação como ato de comércio; sua cessibilidade. 113. Classificação das doações. 114. Quando a doação começa a ser contrato. Aceitação.

XXVII. — 115. Capacidade para doar. 116. Capacidade para receber doações. Donatários futuros. 117. Objeto da doação. Bens presentes e futuros. Reserva do usufruto. 118. Forma das doações e seu histórico. Insinuação.

XXVIII. — 119. Revogação das doações, seus efeitos. 120. Da superveniência de filhos. 121. Doações inoficiosas. 122. Doações à concubina. 123. Doações em fraude de credores. 124. Modificação das doações por condições e encargos.

XXIX. — 125. Doações mútuas, indiretas e disfarçadas. 126. Direitos e obrigações do doador e do donatário. 127. Doações *mortis causa*. 128. Doações para casamento. 129. Doações antenupciais. 130. Doações entre marido e mulher.

XXX. — 131. Definição e técnica do contrato de locação. 132. Natureza do contrato de locação. 133. Elementos do contrato de locação.

XXXI. — 134. Objeto do contrato de locação. 135. Do preço na locação. 136. Do consentimento e capacidade para a locação. 137. Divisão da locação quanto ao objeto. 138. Locação de coisas. 139. Obrigações do locador de coisas. 140. Obrigações do locatário. 141. Direitos do locatário.

XXXII. — 142. Termo da locação. 143. Perecimento total ou parcial da coisa locada. 144. Influência da morte no termo da locação. 145. A venda da coisa e a extinção da locação. 146. Arredamento a longo prazo.

XXXIII. — 147. Reconução tácita. 148. Bemfeitorias do locatário. 149. Direito de sublocar. 150. Cessão de arrendamento.

XXXIV. — 151. Aluguer de casas. 152. Do despejo. 153. Da locação das propriedades *pro indiviso* e relações dos condôminos. 154. Arrendamento de predios frugívoros. 155. Interpretação nos contratos de locação. 156. Modificações da locação por um termo ou condição.

XXXV. — 157. Locação de serviços: sua natureza jurídica. 158. O que se compreende na locação de serviços. 159. Subdivisão da locação de serviços. 160. Do serviço doméstico. 161. Serviços gratuitos.

XXXVI. — 162. Recondução tácita na locação de serviços. 163. Variedade da locação de serviços. 164. Da aprendizagem.

XXXVII. — 165. Questões relativas ao salário. 166. Causas de rescisão na locação de serviços. 167. Serviços liberais.

XXXVIII. — 168. Da empreitada. 169. Dos riscos da obra. 170. Direitos e obrigações do dono da obra e do empreiteiro.

XXXIX. — 171. Do contrato de transporte. 172. Obrigações do condutor. 173. Direitos do condutor. 174. Data de

expedição. 175. Culpa do condutor. 176. Transporte cumulativo. 177. Da cessão no contrato de transporte.

XL. — 178. Do transporte nas vias férreas. 179. Da cláusula de não garantia. 180. Da responsabilidade das estradas de ferro em tráfego mútuo. 181. Do transporte de pessoas. 182. Dos tramways, ônibus e automoveis. 183. Casos em que a culpa das estradas de ferro não é contratual.

XLl. — 184. Do empréstimo. 185. Conceito do comodato. 186. O comodato contrato unilateral. 187. O comodato é contrato real. 188. Da promessa de comodato. 189. Capacidade do comodante. 190. Domínio e posse da coisa no comodato. 191. Vícios de consentimento no comodato.

XLII. — 192. Objeto do comodato. 193. Obrigações e direitos do comodatário. 194. Morte do mandatário. 195. Solidariedade de varios comandatários. 196. Efeitos da morte do comodante. 197. Caracteres gerais do comodato. 198. Diferenças entre o comodato e o precário, o mútuo, o uso, o usufruto e a doação.

XLIII. — 199. Conceito do mútuo. 200. Causas que podem ser objeto do mútuo. 201. Elementos característicos do contrato. 202. Gratuidade do mútuo. 203. Estipulação de juro.

XLIV. — 204. O mútuo, contrato real. 205. Da promessa do mútuo. 206. Propriedade do objeto do mútuo. 207. Influência do erro sobre a propriedade.

XLV. — 208. Requisitos do mútuo, capacidade, o *non dominus*. 209. Erro das partes sobre a natureza do contrato. 210. Forma de restituição no mútuo; mútuo de dinheiro e juros.

XLVI. — 211. Casos especiais do mútuo. 212. Obrigações e direitos do mutuário. 213. Direitos e obrigações do mutuante. 214. Do mútuo feito a menores. 215. Prova do mútuo; excepção *non numeratæ pecuniæ*.

XLVII. — 216. Definição e caracteres do depósito. 217. A tradição no depósito. 218. O que compreende. 219. Guarda da coisa no depósito. 220. Restituição no depósito. 221. Restituição no depósito de dinheiro. 222. Diferença entre o depósito irregular e o empréstimo.

XLVIII. — 223. Gratuidade do depósito. 224. Depósito em bancos e outros estabelecimentos. 225. Diferenças entre

o depósito, o comodato, o mútuo e o mandato. 226. Espécies de depósito. 227. Unilateralidade do contrato de depósito. 228. Consentimento; efeitos do erro; capacidade; depósito de coisa alheia.

XLIX. — 229. Objeto do depósito. 230. Obrigações do depositário. 231. Obrigações do depositante. 232. A solidariedade no depósito. 233. Prova no depósito. 234. Como termina o contrato de depósito. 235. Do depósito necessário. 236. Do depósito nos hotéis. 237. Sequestro; sua definição. 238. Em que difere o sequestro do embargo e do arresto.

L. — 330. Concepção romana e moderna do mandato. 240. Critério da gratuidade e da representação. 241. Divisões do mandato. 242. Mandato comercial. 243. Do mandato oneroso e gratuito. 244. Mandato expresso, tácito e verbal.

LI — 245. Mandato geral e especial. 246. Casos de mandato especial. 247. Procuração em coisa própria. 248. Natureza do contrato de mandato; da aceitação do mandatário. 249. Capacidade das partes no contrato. 250. Quem pode ser procurador.

LII. — 251. Objeto do mandato. 252. Forma do mandato. 253. Obrigações do mandatário. 254. Relações do mandatário com o mandante e com terceiros. 255. Ratificação do mandato. 256. Excesso de mandato.

LIII. — 257. Extensão da responsabilidade do mandatário. 258. Solidariedade nos mandatários múltiplos. 259. Obrigações do mandante para com o mandatário e terceiros. 260. Substituição do mandato.

LIV. — 261. Terminação do mandato; revogação e renúncia. 262. Vícios do erro, do dolo, da violência. 263. Da assinatura. 264. Das cartas de crédito. 265. Do contrato de *quotas litis*. 266. Dos contratos *comsigo mesmo*.

LV. — 267. Definição e caracteres da gestão. 268. Casos de gestão. 269. Negócios que podem ser objeto de gestão. 270. A gestão de negócios civil e comercial. 271. Capacidade do gestor e do dono do negócio.

LVI. — 272. Forma da gestão. 273. Fundamentos do vínculo obrigacional entre o gestor e o dono do negócio. 274. Extensão e caracteres da responsabilidade do gestor. 275. Situação do gestor que é credor do dono do negócio. 276. So-

lidariedade entre credores mutuos. 277. Critérios do *utiliter gestum*.

LVII. — 278. Obrigações do dono do negócio 279. Remuneração da gestão. 280. Solidariedade entre múltiplos donos do negócio. 281. As pessoas jurídicas de direito público e a gestão de negócios. 282. Efeitos da gestão ratificada e conseqüências da não aprovada. 283. Da ação de *in rem verso*. 284. Semelhanças e diferenças entre a gestão de negócios e o mandato.

LVIII. — 285. Direitos autorais em geral. 286. Prazo do gozo dos direitos autorais. 287. Natureza dos direitos autorais. 288. Usufruto de direitos autorais. 289. Casos de indivisão.

LIX. — 290. Obras teatrais; obras de colaboração. 291. Obras musicais e de arte. 292. Do registo. 293. Contrafação e plágio.

LX. — 294. Contrato de edição. 295. Direitos e obrigação do autor. 296. Direitos e obrigações do editor. 297. Da representação dramática. 298. Transmissão de direitos e obrigações a herdeiros. 299. Resolução e rescisão do contrato.

LXI — 300. Da sociedade; sua divisão em civil e comercial. 301. Sociedade e associação 302. Sociedade univ ersal e particular. 303. Capacidade para contratar a sociedade.

LXII — 304. Forma das sociedades civis. 305. Objeto lícito. 306. Comunhão de interesses dos sócios. 307. Formas de sociedade. 308. Entradas, riscos e lucros. 309. Administração da sociedade.

LXIII — 310. Obrigações e responsabilidade dos sócios. 311. Dívidas particulares dos sócios; dívidas da sociedade, e bens particulares dos sócios. 312. Concorrência dos credores dos sócios com os da sociedade.

LXIV. — Causas de dissolução da sociedade. 314. Efeitos da dissolução da sociedade para terceiros e entre os sócios; partilha social. 315. Da parceria agrícola e pecuária.

LXV — 316. Das associações 317. Da personalidade jurídica das sociedades. 318. Da dissolução das associações e suas conseqüências.

LXVI. — 319. Conceito do contrato de constituição de

renda. 320. Fontes dêsse contrato. 321. Forma do contrato. 322. Espécie em que deve ser prestada a renda. 323. Beneficiário da renda. 324. Casos de extinção.

LXVII — 325. Como se adquire o direito á renda. 326. Quando começa a obrigação de pagar a renda. 327. Necessidade da tradição. 328. Casos de resilição e rescisão. 321. Garantias do devedor. 329. Encargos e condições do credor. 330. Influência da falência.

LXVIII — 331. Do contrato de seguro. 332. Comêço da obrigatorialidade do contrato. 333. Requisitos e especies da apólice. 334. Transmissão da apólice; cessão. 335. Do conflito de apolices.

LXIX — 336. Interpretação das cláusulas da apólice. 337 Do objeto do seguro; risco. 338. Do sinistro. 339. Do prêmio. 340. Do consentimento no contrato de seguro. 341. Declarações e obrigações do segurado.

LXX. — 342. Seguro de cousa por valor superior ao real. 343. Seguro de insolvência. 344. Obrigações do segurador; avaliação do dano.

LXXI. — 345. Da subrogação no contrato de seguro. 346. Princípios dominantes no seguro; do resseguro. 347. Do seguro mútuo e a prêmio fixo.

LXXII. — 348. Da sociedade seguradora. 349. Da reserva de premios. 350. Autorisação do govêrno para os seguros mútuos. 351. Resolução, resilição e nulidade do seguro.

LXXIII — 352. Espécies de seguro. 353. Seguro contra fogo. 354. Do seguro de vida. 355. Como se forma o contrato de seguro de vida; partes que nele figuram; mutualidades. 356. Operação do seguro de vida; das reservas técnicas. 357. Divisão dos seguros de vida. 358. Quem pode fazer o seguro de vida. 359. Do risco no seguro de vida.

LXXV. — 360. Do sinistro no seguro de vida. 361. Do valor no seguro de vida. 362. Revogabilidade do benefício 363. Cessão do seguro de vida. 364. Situação do beneficiário; natureza de seus direitos. 365. Da colação. 366. Do direito dos credores. 367. Subrogação no seguro de vida. 368. Resolução do contrato. 369. Fiscalização do govêrno sobre as companhias de seguro.

LXXVI. — 370. Jôgo e aposta, suas diferenças. 371. Natureza dos contratos aleatórios. 372. Ineigibilidade das dívida

de jôgo. 373. Compensação nas dívidas do jôgo. 374. Mútuo para jôgo. 375. Efeitos da transação, do compromisso e da fiança nas dívidas de jôgo e efeitos da aposta sobre o jôgo. 376. Pagamento da dívida do jôgo pelo mandatário e pelo gestor.

LXXVII. — 377. A repetição na dívida de jôgo. 378. Do dolo no jôgo. 379. Efeitos do depósito da parada. 380. Quando as operações de Bolsa são jôgo. 381. A sorte e seus efeitos; os clubs de jôgo. 382. As loterias e as rifas.

LXXVIII. — 383. Caução e fiança. 384. Conceito do contrato de fiança. 385. Espécies e objeto da fiança. 386. Consequências da natureza jurídica da fiança; casos de nulidade.

LXXIX. — 387. Capacidade para ser fiador. 388. Efeitos da fiança em geral. 389. Efeitos da fiança entre o credor e o fiador, benefícios de excussão e de divisão. 390. Efeitos da fiança entre o fiador e o devedor.

LXXX. — 391. Recusa do fiador que paga a dívida affiançada. 392. Caso em que pode o fiador demandar o devedor antes de pagar a dívida. 393. Do recurso nos casos de fiadores múltiplos. 394. Do recurso do fiador que é credor do affiançado por titulo extranho á fiança. 395. Causas de extinção da fiança. 396. Das cartas de crédito.

2.^a CADEIRA

Direito Penal

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Gervasio Fioravanti

(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 9 HORAS)

*Teoria dos crimes considerados em especie (art. 29 § 1.^o
do Dec. 19.852)*

1

Teoria do crime político. Crimes contra a existência política da República, especialmente dos contra a independência, integridade e dignidade da Pátria.

2

Da violação de tratados e da pirataria.

3

Dos crimes contra o livre exercício dos poderes políticos; crimes contra a Constituição da República e forma de seu governo.

4

Crimes contra a segurança interna da República, especialmente da conspiração, da sedição e do ajuntamento ilícito.

5

Dos crimes contra a tranqüillidade pública, especialmente do incêndio. Do exercício ilegal da medicina.

6

Dos crimes contra o livre gôso e exercício dos direitos individuais, especialmente os que se referem à liberdade dos cultos religiosos, à liberdade do trabalho e à inviolabilidade do domicílio.

7

Dos chamados delitos eleitorais.

8

Dos crimes contra a boa ordem e administração pública: prevaricação, falta de exação, peita ou sobôrno.

9

Concussão, peculato, excesso de autoridade, usurpação de funções públicas e irregularidade de comportamento.

10

Crimes contra a fé pública: da moeda falsa: das falsidades em documentos e papeis públicos e particulares.

11

Testemunhos, queixas e denúncias falsos. Crimes contra a fazenda pública. Do contrabando.

12

Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias. Da violência carnal e suas formas; especialmente do atentado ao pudor e corrupção de menores.

13

Do defloramento e do estupro.

14

Do rapto.

15

Do lenocínio.

16

Do adultério e do ultraje publico ao pudor.

17

Dos crimes contra a segurança do estado civil, especialmente da poligamia.

18

Do parto suposto. Da subtração, ocultação e abandono de menores.

19

Dos crimes contra a segurança de pessoas e vida; homicídio.

20

Infanticídio e suicídio.

21

Abôrto.

22

Lesões corporais.

23

Duelo.

24

Dos crimes contra a honra e a bôa fama. Da calúnia e da injúria.

25

Crimes contra a propriedade pública e particular. Do dano, e da falência.

26

Do furto, do estelionato e abuso de confiança.

27

Da violação dos direitos de propriedade literária e artística.

28

Dos crimes contra a pessoa e propriedade. Roubo e extorsão.

29

Teoria das contravenções. Legislação comparada.

30

Das contravenções em espécie. Estudo das principais figuras de contravenção do livro 3.º do Código Penal.

31

32

3.^a CADEIRA**Direito Comercial**

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Joaquim Amazonas

(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 8 HORAS)

PARTE GERAL

I

Origens do comércio: seu desenvolvimento historico. Conceito e divisões de comércio. A influencia do comércio no progresso e civilização dos povos.

II

Institutos auxiliares do comércio.

III

Ideia geral do Direito. O Direito na ordem económica. Divisão do Direito. A bipartição do direito privado.

IV

O Direito Comercial e seu conceito. História e desenvolvimento. Caracteres do Direito Comercial.

V

Unificação do Direito privado, ou a fusão do Direito Civil e do Comercial em um só ramo de direito. Escolas contrárias

VI

As fontes próximas e remotas do Direito Comercial. Relações do Direito Comercial com outras ciências. Conteúdo do Direito Comercial.

VII

Teoria geral dos atos de comércio. Noções jurídica e económica.

VIII

Atos de comércio objetivos e subjetivos. Atos de comércio unilaterais ou mistos. A teoria dos atos de comércio por conexão.

IX

Os atos de comércio em Direito brasileiro.

AS PESSÔAS

X

O comerciante: capacidade e incapacidade para comércio. Requisitos para se ser comerciante. Direito comparado.

XI

O comerciante: a mulher casada; os menores; os interditos. As pessoas de direito público e o exercício do comércio.

XII

Deveres do comerciante. Firma e registro da mesma. Livros do comerciante: sua escrituração e força probante.

XIII

As pessoas auxiliares do comércio. Representação e mandato.

XIV

Evolução do mandato comercial. Afinidades com outros institutos. Mandato geral e mandato especial.

XV

As pessoas auxiliares do comércio: o mandatário; o gerente; os representantes gerais de firmas ou empresas estrangeiras; os comissários, consignatários e agentes; os guarda-livros; os caixeiros.

XVI

Locação de serviços do pessoal auxiliar; contrato de posição. Obrigações do patrão e do pessoal.

XVII

Os medeadores comerciais: corretores e leiloeiros.

XVIII

As pessoas jurídicas: as sociedades em geral e seu desenvolvimento. Noção, definição e espécies de sociedade.

XIX

O contrato da sociedade e seus elementos fundamentais.

XX

As sociedades de fato.

XXI

Sociedades de pessoas; caracteres próprios. As sociedades em nome coletivo.

XXII

As Sociedades em comandita simples. Sociedades de capital e indústria e as em conta de participação.

XXIII

As sociedades por cotas e capital limitado. Noção e evolução. Direito comparado.

XXIV

As sociedades de capital: a) anónimas. Noção, origem e história.

XXV

As sociedades anónimas: sua constituição. Sistemas. Formalidades especiaes. Direito comparado. Formação do capital das ditas sociedades: ações e suas espécies.

XXVI

As sociedades anónimas e sua administração: as assembleias, os administradores e os fiscais.

XXVII

As sociedades de capital: *b*) as comanditas por ações.

XXVIII

Sociedades de capital variável: *a*) as cooperativas.

XXIX

Sociedades de capital variável: *b*) as mutualidades.

XXX

As sociedades sem capital: sindicatos.

XXXI

A personalidade jurídica das sociedades comerciais.

XXXII

Fusão e incorporação de sociedades.

XXXIII

Dissolução das sociedades comerciais: liquidação do ativo e sua distribuição.

AS COISAS

XXXIV

Generalidades sobre as coisas em Direito Comercial.

XXXV

O estabelecimento comercial: os emblemas; o credito, a freguezia.

XXXVI

Transferência de estabelecimento comercial: o que nela se compreende. Proibição de se estabelecer novamente. A concorrência desleal.

XXXVII

Mercadorias: qualidade e quantidade. Valor de troca. Circulação. As marcas de fábrica e de comércio.

XXXVIII

O dinheiro, o crédito e os titulos: generalidades. Créditos confirmados e não confirmados. Créditos contra documentos.

XXXIX

A cambial e seu conceito: história da cambial. Caracteres da obrigação cambial. Espécies de cambial; a) a letra de câmbio e seus requisitos. Direito comparado.

XL

Saque, aceitação e aval da letra do câmbio. Transferência da propriedade da letra de câmbio; endosso suas espécies e efeitos.

XLI

Do vencimento e do pagamento da letra de câmbio. Protesto por falta de aceitação ou de pagamento da letra. Direito de regresso. Da ação cambial e suas formalidades.

XLII

Especies de cambial: b) a nota promissoria, seu conceito e requisitos. Semelhanças e diferenças em relação á letra do câmbio.

XLIII

Da cambial com firmas de incapazes e com firmas falsas ou falsificadas. Emissão, endosso e aval de cambiais por mandatário.

XLIV

Do cheque, sua história e importancia. Requisitos do cheque. Cheque crusado. Cheque circular.

XLV

O trabalho industrial e sua proteção: desenhos e modêlos. Direitos de autor.

XLVI

Do nome comercial e do direito ao seu uso. Transmissão e perda do nome comercial. Sanção civil e comercial.

OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

XLVII

Conceito das obrigações, em geral: as obrigações comerciais e suas fontes. Teoria geral dos contratos: capacidade e incapacidade na materia.

XLVIII

Conclusão dos contratos, entre presentes: proposta e accitação. Formas dos contratos comerciais e sua prova. Vícios de consentimento.

XLIX

Os contratos por correspondência: momento de formação de vinculo obrigacional. Teorias contrárias.

L

A teoria da vontade unilateral como uma das fontes geradoras das obrigações.

LI

Os contratos em espécie: *a*) a compra e venda mercantil. As faturas ou contas assinadas e sua regulamentação especial.

LII

Os contratos em espécie: *b*) os contratos de bolsa: 1) o contrato de riporto. 2) Os contratos a termo. A venda de coisas futuras. 3) Os contratos diferenciais.

LIII

Os contratos em espécie: *c*) os de abertura de crédito e de conta corrente.

LIV

Os contratos em espécie: *d*) os de garantia: 1) de penhor; 2) de fiança.

LV

Os contratos em espécie: *e*) o de depósito. Depósito regular e irregular. Depósito de dinheiro em bancos.

LVI

Depósito em armazens gerais. Os armazens gerais, suas funções e vantagens. Sistemas diversos de seu estabelecimento. Warrants.

LVII

Teoria geral dos títulos ao portador. Emissão e circulação de debentures pelas sociedades anônimas.

LVIII

Os contratos em espécie: *f*) o de seguros, sua origem e história. (Espécies de seguros. Seguros sobre a vida e contra os danos. Pessoas que figuram nos contratos de seguro.

LIX

Os contratos em espécie : g) o de transporte, especialmente o ferroviário, tanto de pessoas como de mercadorias.

LX

Da prescrição em Direito Comercial. Da prescrição geral e da especial.

4.^a CADEIRA

**Direito Público e Interna-
cional**

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Odilon Nestor

(TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS, ÀS 9 HORAS)

- 1 — Origens modernas do direito público internacional. — Fundamento desse direito. — Seu caráter universal. — Suas fontes.
- 2 — Direito internacional continental: europeu, americano, asiático, africano. — Conferências pan-americanas. — Conferências de Haia. — Sociedade das Nações.
- 3 — Formação e reconhecimento dos Estados. — Diversas formas de Estados. — Como eles se extinguem.
- 4 — Direitos internacionais dos Estados. — Direito de conservação. — Direito de independência. — Direito de igualdade. — Deveres dos Estados.
- 5 — Intervenção. — Teoria americana da intervenção. — Doutrinas de Monroe e de Drago.
- 6 — A Santa Sé no ponto de vista internacional. — O tratado de Latrão, de 11 de Fevereiro de 1929 e a concordata italiana. — Soberania do Papa. — Relações jurídicas da Santa Sé com os Estados.
- 7 — Domínio internacional. — Domínio terrestre, aquático, aéreo e polar.
- 8 — O mar alto. — Liberdade dos mares. — Liberdade de navegação. — Liberdade de pesca. — Estabelecimento e proteção dos cabos submarinos.
- 9 — Os navios. — Sua nacionalidade. — Navios de guerra e

navios de comércio. — Os navios nas aguas litorais de um Estado estrangeiro.

10 — As aeronaves. — Sua nacionalidade. — Aeronaves acima do mar alto. — Aeronaves privadas e aeronaves militares. — As aeronaves acima do território contíntental e das águas litorais de um Estado estrangeiro.

11 — Os representantes dos Estados. — Pessoal diplomático. — As funções diplomáticas. — Prerogativas e imunidades dos agentes diplomáticos. — Os consules. — Suas atribuições.

12 — Relações jurídicas dos Estados. — Os tratados internacionais. — Condições de validade dos tratados. — Efeitos, execução e fim dos tratados.

13 — Meios conciliatórios de resolver os litígios entre os Estados. — Negociações diplomáticas. — Congressos ou conferências. — Bons officios e mediação.

14 — Arbitragem. — Sua prática antes e depois das convenções de Háia. — Cláusulas e tratados de arbitragem. — Comissões internacionais de inquérito. — Os tratados Bryan.

15 — Córte de justiça internacional. — O protocolo de Genebra de 2 de Outubro de 1924 para a solução pacifica dos dissídios internacionais; os acórdos de Locarno de 16 de Outubro de 1925. — O pacto contra a guerra Briand-Kellog ou Pacto de Paris de 27 de Agosto de 1928.

16 — Meios coercitivos de resolver as questões entre os Estados. — Meios de coerção individuais: represálias; embargo; boicotagem; bloqueio pacifico; ruptura das relações diplomáticas. Meios de coerção coletivos: bloqueio econômico; tratados de garantia, de segurança e de assistência mútua.

17 — A guerra. — Seus caracteres fundamentais. — As leis da guerra. — Necessidade de uma declaração de guerra. — Formas e atos anexos da declaração de guerra. — Efeitos da declaração ou do começo das hostilidades.

18 — A guerra terrestre. — Os combatentes. — Meios de

ataque e de defesa. — Direitos e obrigações dos beligerantes para com os militares e os súditos do inimigo.

19 — A ocupação do territorio inimigo. — Efeitos da occupação. — Legislação. — Administração da justiça. — Funcionários. — Imprensa. — Bens do Estado e dos estabelecimentos publicos.

20 — Respeito da propriedade privada. — Restrições impostas pelas necessidades da luta. — Requisições e contribuições pecuniárias.

21 — As relações entre os beligerantes. — Os parlamentários. — Salvo-conductos, licença e salvaguardas. — Armistício e suspensão d'armas. — Capitulações.

22 — A guerra marítima. — As forças navais regulares do Estado. — Marinha auxiliar. — O pessoal beligerante. — Meios licitos e ilícitos de ataque e de defesa. — A propriedade privada do inimigo nessa guerra.

23 — Pessoas e cousas sujeitas á captura. — Excepções. — O pessoal religioso, médico e hospitalar. — As missões scientificas. — Os navios de pesca, os navios-correios e outros. — A propriedade pública do inimigo na guerra marítima.

24 — Presas marítimas. — Lugar e época do apresamento. — Direitos e deveres do captor. — Tribunais de presas. — Organização, carater e competência desses tribunaes. — Processo e julgamento. — Córte internacional das presas.

25 — A guerra aérea — A força armada dos Estados beligerantes. — Meios licitos e ilícitos de ataque e de defesa. — A propriedade privada e a propriedade publica do inimigo.

26 — A neutralidade. — Deveres das potências neutras. — Deveres dos nacionais neutros. — Direitos dos neutros.

27 — Liberdade comercial dos neutros. — Antiga prática internacional. — Declaração de Paris de 16 de Abril 1856. — Restrições à liberdade comercial dos neutros. — Declaração de Londres de 26 de Fevereiro de 1909. — A prática contemporânea: a guerra de 1914.

28 — Contrabando de guerra. — Objetos de contrabando. — Interdição do comércio de contrabando. — Contrabando por analogia ou assistência hostil.

29 — Bloqueio, sua legitimidade e seu fundamento jurídico. — Condições de existência do bloqueio marítimo. Efeitos do bloqueio. — Violação do bloqueio.

30 — Modos principais de terminar a guerra. — Tratados de paz. — Clausulas ordinárias e clausulas especiais dos tratados de paz. — Execução dos tratados de paz. — Direito de post-limínio.

Q u a r t o A n o

1.^a CADEIRA

Direito Civil

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Hersilio Lupersio de Souza

(TERÇAS, QUINTAS E SABADOS, ÀS 10 HORAS)

DAS COUSAS E DAS SUCESSÕES

PONTO 1.º

PRELIMINARES

- 1 — Direito das Cousas.
- 2 — Direitos pessoais e reais.
- 3 — Direitos reais na própria e na coisa alheia.
- 4 — No patrimônio.

PONTO 2.º

DA POSSE

- 1 — Teorias subjetiva e objetiva da posse.
- 2 — Espécies da posse. Composse. Quasi — posse.
- 3 — Modos de adquirir e transmitir a posse.
- 4 — Efeitos da posse. Perda e proteção da posse.

PONTO 3.0

DA PROPRIEDADE IMOVEL

- 1 — Legitimidade, espécies, extensão, caracteres.
- 2 — Modos de adquirir os imóveis.
- 3 — Transcrição e acessão.
- 4 — Usucapião e sucessão.

PONTO 4.0

DIREITOS DE VISINHANÇA

- 1 — Uso nocivo. Árvores limítrofes. Passagem forçada.
- 2 — Aguas e limites entre prédios.
- 3 — Direito de construção.
- 4 — Direito de tapagem.

PONTO 5.0

PERDA DO IMOVEL

- 1 — Prescrição, termo e condição.
- 2 — Alienação, renúncia, abandono, perecimento da coisa.
- 3 — Desapropriação.
- 4 — Propriedade resolúvel.

PONTO 6.0

PROPRIEDADE MOVELE

- 1 — Ocupação, caça e pesca.
- 2 — Invenção, tesouro. Especificação.
- 3 — Confusão. Comistão. Adjunção.
- 4 — Usucapião e tradição.

PONTO 7.0

CONDOMINIO

- 1 — Direitos e deveres dos condóminos.
- 2 — Divisão da coisa comum.
- 3 — Administração do condomínio.
- 4 — Condomínio de paredes. Compáscoo.

PONTO 8.º

PROPRIEDADE LITERARIA

- 1 — Teorias sobre o direito de autor.
- 2 — Direitos do autor e do editor.
- 3 — Colaboração e cessão de direitos.
- 4 — Garantias do direito de autor.

PONTO 9.º

ENFITEUSE

- 1 — Objeto, constituição, duração.
- 2 — Direitos do senhor direto.
- 3 — Direitos do senhor útil.
- 4 — Extinção da enfiteuse.

PONTO 10.

SERVIDÕES PREDIAIS

- 1 — Objeto e espécies.
- 2 — Direitos do proprietário dominante.
- 3 — Direitos do proprietário serviente.
- 4 — Extinção das servidões.

PONTO 11.º

USUFRUTO

- 1 — Direitos do usufrutuário.
- 2 — Deveres do usufrutuário.
- 3 — Do uso, da habitação e das rendas do imóvel.
- 4 — Constituição e extinção.

PONTO 12.º

DIREITOS DE GARANTIA

- 1 — Espécies, requisitos e vencimento.
- 2 — Penhor convencional e legal.
- 3 — Penhor agrícola, pecuário e de títulos.
- 4 — Transcrição do penhor. Extinção.

PONTO 13.º

ANTICRESE

- 1 — Objeto e carater. Constituição.
- 2 — Direitos e deveres do credor.
- 3 — Direitos e deveres do devedor.
- 4 — Execução e extinção.

PONTO 14.º

HIPOTECA CONVENCIONAL

- 1 — Fôro, objeto, espécies, constituição.
- 2 — Inscrição.
- 3 — Remissão.
- 4 — Excussão e cancelamento.

PONTO 15.º

HIPOTECA LEGAL E JUDICIÁRIA

- 1 — Pessoas beneficiadas.
 - 2 — Inscrição.
 - 3 — Hipotecas de vias férreas.
 - 4 — Registro de imóveis.
-

2.^a CADEIRA

Direito Comercial

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Caldas Filho

(TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS, ÀS 9 HORAS)

DIREITO MARITIMO E FALÊNCIAS

PRIMEIRA PARTE

1

Do comércio marítimo ; seu desenvolvimento.

2

Direito comercial marítimo, sua história ; monumentos legislativos sôbre o direito comercial marítimo.

3

Do navio ; diversos meios de sua aquisição ; sua natureza jurídica.

4

Nacionalidade do navio ; cabotagem nacional ; importância dos artigos 13 § único e 34 n.º 6, da Constituição Federal.

5

Dos proprietários e armadores do navio ; sua responsabilidade pelos atos do Capitão.

6

Compartes do navio ou parceria marítima ; do gerente ou caixa do navio ; direitos e obrigações dos compartes.

7

Da equipagem do navio. Do capitão, seus direitos e obrigações.

8

Do contrato de fretamento ou de carta partida; direitos e obrigações do fretador e do afretador.

9

Do contrato de transporte; seus requisitos; importância do conhecimento; pessoas que nêle figuram; direitos e obrigações.

10

Avaria; suas diversas espécies.

11

Liquidação, repartição e contribuição da avaria comum.

12

Do seguro marítimo; suas espécies; elementos constitutivos do seguro marítimo a prêmio; natureza deste contrato.

13

Da apólice de seguro; suas enunciações; direitos e obrigações do segurador e segurado.

14

Da ação de avaria e abandono sub-rogatorio; do pagamento do prêmio.

15

Do contrato de empréstimo a risco marítimo; semelhanças e diferenças entre este contrato e o de seguro marítimo.

16

Dos credores quirografários e privilegiados do navio. Da hipoteca naval. Embargo e venda do navio.

DA FALÊNCIA

17

Da falência ; origem e desenvolvimento deste instituto.

18

Presupostos da falência. Caráter da sentença declaratória da falência.

19

Efeitos da sentença declaratória da falência em relação ao falido, quer quanto à pessoa, quer quanto aos bens desta.

20

Efeitos da sentença declaratória da falência quanto aos credores.

21

Efeitos da sentença declaratória da falência quanto aos atos, e contratos do falido anteriores à declaração d'ela ; do periodo suspeito.

22

Do processo de falência ; autoridades e pessoas que nele tomam parte.

23

Dos síndicos ; suas atribuições ; verificação de créditos ; assembléa de credores.

24

Da concordata na falência ; condições em que póde ter lugar ; seus efeitos.

25

Da rescisão da concordata; seus efeitos.

26

Da união dos credores; dos liquidatários ou síndicos definitivos; realização do ativo e do pagamento aos credores.

27

Dos credores da massa e credores da falência; credores privilegiados; credores quirografários.

28

Da reinvidicação na falência; dos credores separatistas *ex jure crediti*.

29

Do encerramento da falência por insuficiência do ativo. Da falencia de pequenos capitais.

30

Da concordata preventiva; condições para que ela se realice; seus efeitos; sua rescisão.

31

Da classificação criminal da falência; dos crimes a ela equipados.

32

Da reabilitação do falido e do respectivo processo.

3.^a CADEIRA

Direito Judiciário Civil

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Mario Castro

(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 10 HORAS)

NOÇÕES GERAIS

1.º

Do Direito Judiciário Civil: conceito; compreensibilidade do seu objeto; posição enciclopédica; relações com os outros ramos de ciência jurídica.

2.º

Da eficácia do direito judiciário no tempo e no espaço.

3.º

Do processo: conceito e necessidade política do processo. Condições fundamentais. Processo contencioso e administrativo; caracteres diferenciais.

4.º

Da ação, em suas diversas accepções: conceito e divisões. Condições requeridas para o seu exercício. Da extinção das ações.

5.º

Do concurso e da acumulação das ações.

6.º

Do Poder Judiciário. Sistemas diversos de organização. Da organização judiciária no Brasil.

7.o

Do Juízo arbitral: conceito e fundamento; seus inconvenientes e vantagens. Modo e forma de sua constituição, ante as nossas leis.

8.o

Da jurisdição e da competência: conceito e divisões.

9.o

Do juízo: conceito das pessoas que o constituem: partes necessárias e acidentais. Do litisconsórcio.

10.o

Da capacidade para estar em juízo. Da incapacidade absoluta e da incapacidade relativa; meio de supri las.

11.o

Dos auxiliares das partes litigantes. Da assistência judiciária.

12.o

Da instância: conceito. Quando começa e quando termina a instância. Da suspensão e da presunção.

13.o

Dos atos processuais: discriminação, conforme os agentes. Dos atos, termos e certidões. Dos requerimentos, articulados e alegações. Dos despachos e sentenças.

14.o

Das condições de realização dos atos processuais, quanto ao lugar e ao tempo. Dos prazos e suas espécies. Dos feriados e férias forenses.

15.o

Da nulidade e suas espécies.

16.o

Das ações, sob o ponto de vista formal: espécies. Razão de ser das diferentes formas de ação. Da substituição de uma ação por outra; casos de permissão.

PARTE SEGUNDA

DO PROCESSO CONTENCIOSO

17.o

Dos atos processuais, comuns às ações em geral. Da petição inicial. Cautelas e forma. Adição e emenda da petição inicial. Distribuição.

18.o

Citação: conceito e fundamento. Diferença entre citação, intimação e notificação. Quem deve ser citado. Pessoas que não devem ser citadas por condições especiais e temporárias. Do pedido de vênua.

19.o

Das espécies de citação. Cautelas e forma a observar em cada espécie. Efeitos da citação. Da circundução e da revêlia.

20.o

Da defesa: conceito e espécies. Das exceções, fisionomia jurídica e divisão. Ordem da apresentação das exceções. Praso dentro do qual devem ser oferecidas. Processo da suspeição e das demais exceções.

21.o

Da contestação: conceito e espécies. Regras a observar na contestação, e forma. Arguição de nulidades. Da réplica e tréplica. Da *litiscontestatio*.

22.º

Da dilação probatória. Das provas em geral: conceito, espécies e meios admitidos em nosso direito. O sistema de provas legais e o da convicção livre dos juizes. A quem incumbe o onus da prova.

23.º

Da prova documental. Da confissão. Do depoimento pessoal. (Noções gerais, cautela e processo).

24.º

Das testemunhas. Das presunções. Das vistorias e do arbitramento. (Noções gerais, cautela e processo)

25.º

Das alegações finais.

26.º

Da sentença; definição; requisitos elementares e formais. Da publicação e intimação da sentença. Efeitos da sentença. Da coisa julgada.

PARTE TERCEIRA

DOS INCIDENTES DO PROCESSO

27.º

Da reconvenção. Da autoria.

28.º

Da oposição. Da assistência.

29.º

Da falsidade. Da habilitação. Do erro de conta.

PARTE QUARTA

DAS AÇÕES ORDINÁRIAS

30.o

Das ações ordinárias: casos em que tem lugar o processo.

PARTE QUINTA

DA EXECUÇÃO DA SENTENÇA

31.o

Da execução: conceito e fundamento. Do juízo e partes competentes. Do ingresso da execução.

32.o

Do objeto da execução: entrega da coisa certa; entrega da coisa incerta; prestação de fato; abstenção do ato ou fato.

33.o

Do objeto da sentença: pagamento de quantia incerta; Liquidação da sentença.

34.o

Objeto da sentença: pagamento de quantia certa. Dos atos constitutivos da execução: nomeação de bens, penhora, avaliação, editais de praça e venda dos bens penhorados.

25.o

Da arrematação. Da adjudicação. Da remissão.

36.o

Dos incidentes da execução: embargos do executado e embargos de terceiros.

37.o

Do concurso de credores.

4.^a CADEIRA

Medicina Legal

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Edgar Altino

(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 9 HORAS)

- 1 — Conceito e divisão da Medicina Legal. Feição de estudos em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática medico-fôrense.
- 2 — Ensino e perícia. Gabinêtes e Institutos médico-políciais. Especialização pericial; perícia e peritos.
- 3 — Documentos medicos-legais. Segredo profissional. Deontologia.
- 4 — Noções de técnica policial judiciária. Da prova do crime; prova testemunhal. Psicologia do testemunho; provas experimentais.
- 5 — Da prova do crime; provas técnicas. Levantamento de corpo, fotografia do local. Outras provas de laboratório.
- 6 — Caracteres anatómicos do homem. Assinalamento antropognóstico; raça, sexo, idade.
- 7 — Tipo somatico, tipo étnico. Formação do tipo étnico brasileiro. Tipos patológicos.
- 8 — Caracteres auxiliares de antropognose; sinais fisiológicos, profissionais e patológicos.
- 9 — Antropometria e fotografia. Tatuagem. Grupos sanguíneos.
- 10 — Caracteres funcionais. Postura, marcha, dextreza, fôrça.

- 11 — Movimentos anormais. Palavra escrita e falada. Mímica, gestos.
- 12 — Sensório e vida vegetativa.
- 13 — Identificação judiciária. Reconhecimento no vivo, no cadaver e na fotografia. Fotografia sinalética.
- 14 — Embalsamamento e recomposição de cadaveres.
- 15 — Identificação judiciária. Dactiloscopia; sistemas dactiloscópicos. Gabinêtes de identificação.
- 16 — Provas técnicas no vivo e no cadaver. Processos de revelação de impressões digitais.
- 17 — Do casamento. Motivos de inpedimento estatuidos no Código Civil relativos à consanguinidade, à capacidade civil, à idade e aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior.
- 18 — Do casamento. Êrro essencial sobre pessoa. Dubiedade de sexo; pseudo-hermafrodismo. Deffloramento anterior ignorado pelo marido.
- 19 — Defeito físico irremediavel ou moléstia grave transmissível por contágio ou herança. Desquite por sevícia ou injuria grave. Contaminação venérea. Exame médico pré-nupcial.
- 20 — Do deffloramento. Conceito legal. Órgãos sexuais externos da mulher. Da himen, sua forma e consistência.
- 21 — Traumatologia sexual; circunstancias concurrentes para o diagnóstico.
- 22 — Do estupro. Conceito legal. Estupro, atentado à vida e à saúde.
- 23 — Do atentado contra o pudor. Conceito legal. Praticas libidinósas; pederastia, sadismo, masoquismo, e outras perversões sexuais. Lesões possíveis resultantes do atentado contra o pudor.

- 24 — Ultrage publico ao pudor.
- 25 — Da gravidez. Noções de embriologia. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório.
- 26 — Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.
- 27 — Do parto. Sinais imediatos e sinais afastados. Do parto suposto.
- 28 — Do abortamento criminoso. Conceito e elementos constitutivos do crime. Prática do abortamento; medicamentos ditos abortivos mecânicos. Lesões possíveis consecutivas à prática do abortamento; exame da mulher, do aborto e anexos.
- 29 — Do abortamento legal e sua indicação rara. Perigo social do abortamento; repressão pela propaganda e pela assistência social à mulher grávida. Inutilidade das nossas leis penaes na profilaxia do abortamento clandestino.
- 30 — Do infanticídio. Conceito legal. Elementos constitutivos de crime; Infanticídio por comissão e por omissão. Determinação da idade do recém-nascido.
- 31 — Provas de vida extrauterina. Diagnóstico da causa-mortis.
- 32 — Traumatologia forense. Semiologia geral das offensas físicas. Lesões corporais por ação externa, agentes físicos.
- 33 — Agentes mecânicos.
- 34 — Agentes químicos-traumáticos.
- 35 — Das asfixias. Asfixias puras.
- 36 — Asfixias complexas.
- 37 — Asfixias mixtas.
- 38 — Outras lesões corporais. Inanição, envenenamento.
- 39 — Infeção. Delito de contagio.

- 40 — Classificação das lesões corporais. Cod. Penal; lesão leve, semiótica da dôr.
- 41 — Lesão grave. Do incômodo de saúde que inabilita o paciente do serviço ativo por mais de trinta dias. Mutilação, amputação, deformidade. Da privação permanente do uso de membro ou órgão. Da enfermidade incurável que priva para sempre o ofendido de exercer o seu trabalho.
- 42 — Lesão mortal. Conceito legal. Natureza e séde das lesões mortais.
- 43 — Estudo médico-legal das concausas.
- 44 — Homicídio; suicídio e acidente. Semiótica. Conceito medico-legal.
- 45 — Tanatologia forense. Diagnóstico da morte; sinais duvidosos, sinais certos.
- 46 — Morte súbita, morte agônica.
- 47 — Data da morte; fenômenos cadavéricos.
- 48 — Acidentes de trabalho. Legislação; direito transaccional. Teoria do risco profissional. Doença profissional e acidente de trabalho. Lei nacional.
- 49 — Perícias de acidentes. Cura da lesão; consolidação médica e consolidação jurídica.
- 50 — Concausalidade. Simulação. Avaliação de incapacidade. Jurisprudência.
- 51 — Limites modificadores. Idade, sexo, sono, sonambulismo, hipnotismo.
- 52 — Estado mental dos afásicos, dos surdos-mudos e dos moribundos; delírios infetuosos, prodigalidades, remissões e intervalos lúcidos.
- 53 — Etilismo, morfinismo, cocainismo e eterismo. Estudo médico-legal (arts. 27 § 4., e 42 § 10 do Cod. Penal) pro-filaxia.

54 — Alienação e loucura; conceito médico-legal. Semiologia mental; percepção, inteligência, emoção, vontade.

55 — Estudo médico-legal das doenças mentais; perversões sexuais, causas gerais.

56 — Diagnóstico. Simulação e dissimulação. Classificação; manicômios penais.

57 — O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva.

58 — O criminoso e sua ficha psicológica; antecedentes hereditários, manifestações na infância, vida em sociedade; estado físico.

59 — A pena e sua finalidade utilitária de terapêutica médico psicológica.

60 — A clínica criminal.

**Lista Geral
dos Alunos Matriculados
1934**

Lista Geral
dos Alunos Matriculados
1931

PROGRAMAS DE ENSINO

1935

Curso de Bacharelado

- Programas para 1935 -

Lista de alunos

1848

1848

PRIMEIRO ANO

1.ª CADEIRA

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO

AULAS DIARIAS

Aula inicial: Explicação do objeto da cadeira. Sua importância. Indicação de obras gerais. Orientação a seguir para a maior eficiência do estudo. Exigências regulamentares. Cooperação no estudo.

I

1 — Teoria do conhecimento. Sua aplicação ao Direito.

II

2 — Metodo em geral. Metodologia juridica.

III

3 — Ciencia. Classificação das ciencias.

4 — A Sociologia e o Direito na classificação das ciencias.

IV

5 — Sociedade. Seu conceito. Noções das principais teorias em torno da origem e justificação da vida em sociedade.

V

- 6 — Estado. Seu conceito. Sociedade e Estado.
- 7 — Elementos constitutivos do Estado.
- 8 — Fins do Estado.

VI

- 9 — Regras de conduta social: religiosas, economicas, morais e juridicas.
- 10 — A coercibilidade das regras juridicas.

VII

- 11 — O Direito como fato social humano.
- 12 — Etiologia juridica.

VIII

- 13 — Conceito do Direito.
- 14 — Conceção individualista, socialista e institucional do Direito.

IX

- 15 — Direito e Estado. Problema da anterioridade do Direito ou do Estado. Teoria do Estado de direito.

X

- 16 — Direito e Economia. Como se deve compreender a influencia dos fatos economicos no desenvolvimento do Direito.

XI

- 17 — Direito e Moral. Distinção. Influencia reciproca.
- 18 — Novas concepções teoricas sobre a posição do Direito em face da Moral.

XII

19 — Direito, Justiça e Equidade.

XIII

20 — Direito, ciência e arte.

21 — Técnica jurídica.

XIV

22 — Formação histórica e desenvolvimento do Direito.

23 — Evolução, Progresso e História do Direito. A evolução jurídica quanto à personalidade, propriedade, contrato, família, sucessão e direito penal.

24 — Leis e fatores da evolução jurídica.

25 — Influência do Direito Romano na evolução do Direito. Concepção spengleriana sobre a evolução jurídica.

XV

26 — Direito objetivo e subjetivo. Outras denominações propostas. Questões da prioridade entre o direito objetivo e subjetivo.

27 — Direito subjetivo. Seu conceito. Elementos componentes do direito subjetivo.

XVI

28 — Sujeito de direito. Conceito. Direito sem sujeito. Sujeito ativo e passivo do direito.

29 — Pessoa natural. Noção histórica de pessoa. Personalidade e capacidade.

30 — Começo e fim da personalidade. Incapacidade absoluta e relativa.

XVII

31 — Pessoa jurídica. Outras denominações. Seu conceito.

32 — Ligeira noticia das principais teorias sobre a natureza das pessoas jurídicas.

33 — A realidade no conceito das pessoas jurídicas. Elementos característicos.

34 — Classificação das pessoas jurídicas. Começo e fim de sua personalidade. Capacidade.

XVIII

35 — Objeto de direito. Pessoa. Bens ou Cousas. Conceito de patrimônio.

36 — Classificação dos bens ou cousas.

XIX

37 — Relação jurídica. Seu conceito. Direitos absolutos e relativos.

38 — Fato jurídico.

39 — Ato jurídico. Classificação. Modalidade dos atos jurídicos.

40 — Ato ilícito. Seus elementos integrantes. Exceções.

XX

41 — Coação jurídica. Conceito. Existência de direito desprovido de coação.

42 — Garantias contra a violação dos direitos e para a reparação dos direitos violados. Ação civil e penal. Execução sobre as pessoas e sobre os bens. Perdas e danos. Penas.

XXI

43 — Direito positivo. Seu conceito.

44 — Direito natural. Sua compreensão, na antiguidade, na idade media e nos tempos modernos. Renascimento do direito natural.

45 — O problema do direito natural. Algumas concepções em torno de sua existência e de suas relações com o direito positivo.

XXII

46 — Divisão do direito positivo em publico e privado. Distinção. Diversos criterios propostos. Subdivisões.

47 — Importancia da distinção entre direito publico e privado, de acôrdo com a concepção individualista, supra-individualista e transpersonalista do direito.

48 — Apreciação do assunto em face do estado actual da ciencia jurídica e notadamente do direito positivo brasileiro.

XXIII

49 — Noção sucinta de cada ramo do direito positivo: a) Direito Civil.

50 — b) Direito Commercial.

51 — c) Direito Industrial.

52 — d) Direito Internacional Privado.

53 — e) Direito Internacional Publico.

54 — f) Direito Constitucional.

55 — g) Direito Administrativo.

56 — h) Direito Penal.

57 — O Direito Judiciario Civil e Penal.

XXIV

58 — Fontes do direito positivo. Conceito e discriminação.

59 — A jurisprudencia e os principios gerais de direito.

XXV

60 — Lei. Acepções da palavra lei. Conceito. Caracteres distintivos. Classificação.

61 — Codificação.

62 — Hierarquia das leis. Inconstitucionalidade das leis. Decreto. Regulamento. Avisos, Ordens e Circulares.

XXVI

63 — Obrigatoriedade das leis. Fundamento jurídico dessa obrigatoriedade. Direito de resistencia ás leis injustas.

64 — Início da obrigatoriedade das leis. Sistemas adotados. Fim da obrigatoriedade. Revogação.

65 — Limites da obrigatoriedade das leis no tempo. Irretroatividade. Direitos adquiridos.

66 — Limites da obrigatoriedade das leis no espaço. Extensão do conceito jurídico de territorio.

XXVII

67 — Costumes. Habito, uso e costume. Importancia primitiva e actual dos costumes. Requisitos necessarios para a obrigatoriedade dos costumes.

68 — Eficacia dos costumes em face das leis. Costumes *secundum legem, præter legem e contra legem*.

XXVIII

69 — Interpretação. Hermeneutica. Compreensão antiga e actual do instituto. Historico.

70 — Noção das principais theorias sobre interpretação.

71 — A escola de exegese e a escola de direito livre.

72 — Especies de interpretação. Interpretação extensiva e restrictiva. Integração das lacunas da lei. Analogia.

73 — Dever do interprete. Regras de interpretação.

74 — Interpretação dos actos juridicos.

XXIX

75 — Teleologia juridica.

XXX

76 — Universalização e socialização do Direito.

XXXI

- 77 — Historia do Direito: a) Primeiras manifestações do Direito. O Direito nas chamadas raças inferiores. Na Oceania e na Africa.
78 — b) O Direito na China, no Perú e no Mexico.
79 — c) O Direito no Egito, na India e na Persia.
80 — d) O Direito entre os Hebreus e os Arabes.

XXXII

- 81 — e) O Direito na Grecia.
82 — f) O Direito em Roma.

XXXIII

- 83 — g) Os celtas e os eslavos. Invasão dos barbaros. O Direito Germanico.

XXXIV

- 84 — h) O Feudalismo. A Igreja. O Direito Canonico.

XXXV

- 85 — i) As Universidades. A Revolução Francesa. As legislações modernas.

XXXVI

- 86 — j) O Direito Português.

XXXVII

- 87 — k) O Direito Brasileiro, do descobrimento á Independencia.
88 — l) O Direito Brasileiro, do Imperio.
89 — m) O Direito Brasileiro, da Republica.

XXXVIII

- 90 — As novas diretrizes do Direito Brasileiro.

Aula de encerramento: Vista retrospectiva. Observações para os novos estudos de Direito.

NOTA — Terminada a explicação de um ponto, será fornecido ao aluno um esquema da materia, com indicação de livros correspondentes para as suas investigações.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Catedratico
(ass.) *Dr. José Joaquim de Almeida*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

2.ª CADEIRA

ECONOMIA POLITICA
E CIENCIA DAS FINANÇAS

AULAS DIARIAS

1.º

Influencia da vida social sobre o ser humano. Agrupamentos tendo por fim a satisfação das necessidades humanas.

2.º

Economia Politica ou mais propriamente Economia Social. Objeto, método, historia da ciencia economica.

3.º

Produção da riqueza. A terra e os agentes naturais. O trabalho e a industria. As fórmulas da produção nas diversas sociedades humanas.

4.º

Capital. Relações entre o capital e o trabalho.

5.º

Propriedade. Sua evolução. Diferentes fórmulas de propriedade. A grande e a pequena propriedade. Influência das transformações económicas sobre as instituições, os costumes, as idéas.

6.º

A parte do capital. Lucro do empresario. Salarios.

7.º

Associações operarias. Sindicatos.

8.º

Socialismo. Coletivismo. Historia e critica.

9.º

Troca e valor. Fórmulas de troca entre as diversas sociedades humanas. Valor e preço. Concorrência. Monopolio.

10.º

Moeda. Papel moeda. Sistema monetario.

11.º

Credito. Credito privado. Credito publico. Titulos de credito.

12.º

Banco. Historico. Operações a que se entregam os Bancos emissores.

13.º

Comercio interno e externo. Cambio. Balança do comercio. Livre cambio. Protecionismo.

14.º

Consumo produtivo e improdutivo. Economia (poupança). Caixas Economicas.

15.º

Ciencia das finanças. Fontes. Sua importancia Historico.

16.º

Despesas publicas. As despesas sob o ponto de vista do Direito, da Politica e da Economia.

17.º

Receitas publicas. Receitas publicas originarias. Receitas publicas derivadas. Taxas e suas fórmãs.

18.º

Do imposto. Classificação. Sistema fiscal.

19.º

Imposto sobre bens imoveis. Sobre moveis. Monopolios.

20.º

Orçamento. Divida publica. Divida flutuante. Divida consolidada. Empréstimos. Emissão. Conversão. Amortização.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Catedratico
(ass.) *Dr. Alfredo Alves da Silva Freyre*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

Secretario

(ass.) *Jaime Regueira Costa*

SEGUNDO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(Parte geral e parte geral das obrigações)

1.º

Do credito em geral. Subjetivo, objetivo e científico. Principais divisões. Origem e desenvolvimento das normas juridicas. Como se distinguem da moral.

2.º

Fontes do direito civil. Lei e suas especies. Elaboração das leis. Prazo da obrigatoriedade e sistemas a respeito. Interpretação e aplicação das leis. Ficções.

3.º

Limites da lei no espaço. Principios de direito internacional privado consignados no codigo civil.

4.º

Sujeito do direito. Pessoas naturais. Inicio da personalidade. Capacidade. Fim da personalidade.

5.º

Pessoas juridicas, suas especies e constituição. Do registro civil referente ás pessoas naturais e do que é

peculiar ás pessoas jurídicas. Domicilio de umas e de outras. Do nome das pessoas naturais e da denominação das pessoas jurídicas.

6.º

Objeto do direito. Causas corporeas e incorporeas do direito romano e as materiais e imateriais do Codigo Civil. Causas moveis e imoveis. Fungiveis e não fungiveis. Consumiveis e não consumiveis. Divisiveis e não divisiveis. Simples e compostas. Singulares e coletivas. Principais e accessorias.

7.º

Dos bens publicos e particulares. Bens publicos de uso comum, de uso especial e dominicais. Das cousas fóra do commercio. Do bem de familia.

8.º

Classificações das cousas, adaptaveis aos direitos subjetivos, e algumas divisões de que estes são suscetiveis.

9.º

Exercicio e colisão dos direitos. Defesa do direito.

10.º

Fatos juridicos, em geral. Atos juridicos. Requisitos para sua validade. Modalidades a que podem subordinar-se. Atos nulos e anulaveis.

11.º

Dos atos ilicitos. Dolo e culpa.

12.º

Da prescrição. Causas que a impedem, suspendem e interrompem. Prazos em que se consuma a prescrição.

13.º

Conceito de obrigação. Idéas romanas e modernas a respeito.

14.º

Causas das obrigações. Da declaração unilateral da vontade.

15.º

Das obrigações positivas de dar e de fazer. Das negativas de não fazer.

16.º

Obrigações com pluralidade de sujeitos. Solidariedade e indivisibilidade.

17.º

Obrigações com pluralidade de objetos. Das obrigações alternativas.

18.º

Teoria das condições no direito das obrigações. Do termo, e do encargo ou modo.

19.º

Transmissão das obrigações. Da cessão de credito.

20.º

Modos pelos quais se extinguem as obrigações. Da mora.

21.º

Inexecução das obrigações. Da clausula penal.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Catedratico

(ass.) *Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

2.ª CADEIRA

DIREITO PENAL

(*Parte Geral*)

I

Noção da ciencia do Direito Penal ou Criminal; sua posição enciclopédica. Evolução historica da mesma ciencia: — da escola classica; seus principios fundamentais.

II

Da chamada escola antropologica do Direito Penal, principios fundamentais: temibilidade. Existencia de um ou mais tipos antropologicos de delinquente. Estigmas de criminalidade. Classificação dos criminoso. Fatores do crime.

III

De uma terceira escola do Direito Penal; orientação critico-naturalista na interpretação do criminoso, do crime e da pena.

IV

Doutrinas parciais sob recentes relações. Ao criminoso, ao crime e á pena.

V

Conceito legal do crime; divisão, classificação e definição dos fatos puníveis. Dos delitos conexos e do delicto continuado.

VI

Intrepretação da lei penal. Eficacia da lei penal em relação ao tempo. Idem em relação ao espaço. Idem quanto á condição das pessoas.

VII

Da tentativa.

VIII

Da autoria e suas formas. Da cumplicidade e suas fórmias. Autoria e cumplicidade nos chamados crimes de imprensa.

IX

Responsabilidade criminal, teoria do dolo, legislação comparada. Teoria da culpa, legislação comparada. Teoria do caso fortuito, legislação comparada.

X

Das causas que dirimem a criminalidade e das que justificam os crimes. A idade. As doenças da mente. Sonambulismo, hipnotismo e sugestão.

XI

Violencia e surdo-mudez. Do sexo.

XII

Da ignorancia e do erro. Do consentimento do ofendido. Do arrependimento.

XIII

Da obediencia hierárquica. Do estado de necessidade. Da legitima defesa.

XIV

Das agravantes. A noite e o logar ermo, a superioridade em sexo, força e armas. Da premeditação.

XV

Do motivo reprovado e do motivo frivolo. Fraude e abuso de confiança. Traição, surpresa, ou disfarce e emboscada.

XVI

Do ajuste; dos crimes cometidos com o emprego de diversos meios e dos cometidos por ocasião de incendio, naufragio, inundação, calamidade publica ou desgraça particular do ofendido. Da reincidencia. Agravantes especiais (art. 41 do Codigo).

XVII

Das atenuantes. Referencia á doutrina da meia responsabilidade; do pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar (§ 1.º do art. 42 do Codigo). Do exemplar comportamento anterior do delinquente e prestação de bons serviços á sociedade (§ 9.º do art. 42 do Codigo). Estudo sucinto dos demais parágrafos do art. 42 do Codigo.

XVIII

Concurso de agravantes e atenuantes; preponderancia de umas sobre as outras.

XIX

Da extinção da ação penal; anistia e perdão do

ofendido. Da prescrição. Do Indulto ou do direito de graça.

XX

Dos meios pelos quais se extingue e por que se suspende a condenação. Da reabilitação.

XXI

Da satisfação do dano. A legislação brasileira de 1830 em avanço ás atuais legislações.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Catedratico

(ass.) *Dr. Gervasio Fioravanti Pires Ferreira*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

3.^a CADEIRA

DIREITO PUBLICO E CONSTITUCIONAL

I

INTRODUÇÃO

1.^o

Conceito de sociedade humana. Normas reguladoras da convivencia social. O Direito. Direito publico e privado. Direito Constitucional.

2.^o

A ciencia do Direito Constitucional. Definição. Distinção de outras ciencias. Ciencias auxiliares.

3.º

Conceito absoluto, relativo, ideal e positivo de Constituição. Origem e legitimidade de uma Constituição.

4.º

O Direito Constitucional Brasileiro. Origens e fontes.

5.º

A Constituição, seus principios fundamentais. Reforma e defesa da Constituição.

6.º

A supremacia da Constituição. Limites.

II

Primeira Parte

NOÇÕES GERAIS

7.º

As relações da teoria geral do Estado com o Direito Constitucional.

8.º

Conceito de Estado. Seus aspectos fundamentais. Estado como Instituição. Ordenamento e Pessoa Jurídica.

9.º

A noção de soberania. Sua evolução.

10.º

Poder do Estado. Fundamento e extensão.

11.º

Governo, seu conceito. Fórmulas de governo. Monarquia e República.

12.º

A democracia, conceitos fundamentais.

13.º

O regimen representativo. Democracia representativa. A democracia inglesa, a francesa e a suíça.

14.º

A teoria da separação dos poderes. Historia e sistemas. Funções do Estado.

15.º

O sistema parlamentar. O sistema francês e inglês.

16.º

O sistema presidencial. O sistema americano do norte e o argentino.

17.º

Estado unitario e federal. Confederação. Federação na America do Norte (Estados Unidos), Argentina, Suíça e Alemanha.

18.º

Estado de direito e ditadura. Estado fascista e soviético.

III

Segunda Parte

ESTRUTURA DO ESTADO BRASILEIRO
19.º

A Nação Brasileira. Povo e território do Estado.
Federação e democracia.

20.º

A nacionalidade brasileira. Dupla nacionalidade.
Suspensão, perda, reanquirição da nacionalidade brasileira.

21.º

Os direitos políticos, gozo, suspensão e perda do
direito de cidadania.

22.º

A opinião publica. Política e administração. Os
partidos políticos no sistema do direito publico brasileiro.

23.º

As associações sindicais. Conceito, constituição e
atividade. A ação do Estado.

24.º

A União, sua organização.

25.º

A União e os Estados. O sistema de relações jurídicas.

26.º

A União e os Estados. A separação de funções e
competencias. Competencias privativas e comuns.

27.º

Instituições e serviços federais. Instituições e serviços estaduais.

28.º

Intervenção federal.

29.º

Do sufragio. A organização do corpo eleitoral e das eleições. A representação profissional ou de interesses.

30.º

Os órgãos da soberania nacional. A função legislativa. Organização e funcionamento da Camara de Deputados.

31.º

Atribuições do Poder Legislativo

32.º

Das leis e resoluções.

33.º

Da elaboração do orçamento.

34.º

Da situação jurídica dos deputados. Seus direitos e deveres.

35.º

A função executiva. Natureza e organização do poder executivo.

36.º

O presidente da Republica. Condições de investidura. Competencia e responsabilidade.

37.º

Os ministros de Estado. Atribuições. Responsabilidade.

38.º

Relações entre o Poder Executivo e o Legislativo.

39.º

A função judicial. Organização e competência do Poder Judiciário.

40.º

A Corte Suprema. Competência. Investidura e responsabilidade dos ministros.

41.º

Os juizes e tribunais federais.

42.º

A Justiça Eleitoral. Organização e funcionamento.

43.º

A Justiça Militar. Organização e jurisdição.

44.º

A coordenação dos poderes. O Senado Federal. Composição e atribuições do Senado.

45.º

Orgãos de cooperação nas atividades governamentais: a) o Ministério Público; b) o Tribunal de Contas; c) os Conselhos Técnicos.

46.º

Organização dos Estados. O Estado e sua Constituição. A Justiça dos Estados.

47.º

Os Municípios. Autonomia e competencia.

48.º

O Distrito Federal. Acre.

49.º

Limitação ás competencias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

50.º

Dominio da União e dos Estados.

51.º

Os simbolos estaduais, a proteção da Republica e a Seguranca Nacional.

52.º

O Direito dos funcionarios da União e dos Estados.

53.º

A ordem economica e social.

54.º

O Estado e os problemas de educação e cultura.

55.º

A União, os Estados e o Direito Internacional.

IV

Terceira Parte

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

56.º

A declaração dos direitos do homem. Dos direitos e garantias individuais.

57.º

Liberdade. Liberdade de fato e jurídica. Liberdade política e civil.

58.º

Direitos políticos de liberdade. Igualdade. Liberdade pessoal. Propriedade.

59.º

Liberdade de pensamento e imprensa.

60.º

Liberdade de consciencia e de culto.

61.º

Direito de reunião e de associação.

62.º

Direito de petição e de representação.

63.º

A Anistia. Natureza e efeitos.

64.º

Garantias da liberdade. Suspensão das garantias constitucionais.

65.º

O estado de sitio.

V

Quarta Parte

FUNDAMENTOS HISTORICOS
DO ESTADO BRASILEIRO

66.º

Historia constitucional brasileira. O Imperio. A Constituição de 25 de Março de 1924. O Ato Adicional.

67.º

A Republica. A Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.

68.º

A Republica (2.ª fase). O Decreto de instituição do Governo Provisorio de 11 de Novembro de 1930. O Código dos Interventores. O ante-projeto constitucional.

69.º

Estudo critico da Constituição de 16 de Julho de 1934. As Constituições dos Estados.

VI

CONCLUSÃO

70.º

O direito publico universal e o Direito Constitucional brasileiro.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro
de 1935.

O Livre Docente, no exercício da cadeira
(ass.) *Dr. Luís Sebastião Guedes Alcoforado*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro
de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

TERCEIRO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(Parte especial das obrigações)

1.º

Acto juridico e contracto. Requisitos e interpretação dos contractos. O consentimento: proposta e acceitação. Contractos entre ausentes.

2.º

Dos defeitos dos actos juridicos. Vícios do consentimento. Erro, dolo, coacção, simulação e fraude contra os credores. O *agere in fraudem legis*.

3.º

Da fôrma dos contractos e de sua prova. Das nulidades e suas especies. Critica da doutrina dos actos inexistentes. Annullabilidade, ratificação e conversão.

4.º

Das modalidades dos actos juridicos. Noção, especies e efeitos das condições. Termo e encargo.

5.º

Da classificação dos contractos no direito romano e moderno.

6.º

Os contractos mediante representante e em favor de terceiro. Direito romano e moderno. Theorias a respeito do direito do beneficiario: Effeitos dos contractos em favor de terceiro.

7.º

Fundamento da obrigatoriedade dos contractos. Das arrhas. Do dever de garantia em geral e, em particular, da evicção e dos vicios redhibitorios.

8.º

Da compra e venda. Natureza juridica, requisitos e especies do contracto de compra e venda. Dos direitos e obrigações das partes. Riscos. Das clausulas especificas á compra e venda. Da retrovenda. Da venda a contento. Da preempção ou preferencia. Do pacto de melhor comprador. Do pacto commissorio. Da troca.

9.º

Da doação. Conceito, requisitos e especies de doação. Revogação e nullidadês das doações.

10.º

Do contracto de locação em geral. Da locação de cousas. Direitos e obrigações do locador e do locatario, duração e termo da locação. Recondução tacita. Bemfeitorias. Locação de predios urbanos e rusticos. Direito de sublocar e cessão de arrendamento.

11.º

Da locação de serviços. Natureza juridica e especies. Direitos e obrigações das partes. O salario. Serviços liberaes. Recondução tacita e duração da locação. Da empreitada. Dos riscos. Direitos e obrigações do empreiteiro e do dono da obra.

12.º

Do emprestimo. Natureza e requisitos do mutuo. Direitos, obrigações e prova do contracto de mutuo. Da promessa de mutuo. Do commodato, sua natureza e suas condições. Direitos e obrigações do commodato. Da promessa do commodato.

13.º

Definição e requisitos do contracto de deposito. Objecto e prova do deposito. Direitos e obrigações das partes. Das especies de deposito.

14.º

Do mandato. Concepção romana e moderna. Natureza juridica e condições do mandato. Da procuração. As varias especies de mandato. Direitos e obrigações das partes. Responsabilidade em face de terceiros. Ratificação. Substabelecimento. Da extinção do mandato. Da gestão de negocios.

15.º

Do contracto de edição. Direitos e obrigações das partes. Natureza juridica e gozo dos direitos autoraes. Das diferentes especies de obras. Registro, contrafacção e plagio. Da representação dramatica.

16.º

Do contracto de sociedade. Especies, forma e praso das sociedades. Administração e representação social. Direitos e obrigações reciprocas dos socios. Obrigações da sociedade e dos socios para com terceiros. Dissolução das sociedades. Da parceria agricola e pecuaria.

17.º

Da renda e suas especies. Do contracto de constituição de renda, condições de validade. Das rendas

constituídas sobre immoveis. Dos contractos aleatorios. Do jogo e da aposta.

18.º

Do seguro em geral. Elementos do contracto de seguro. Objecto, premio, risco, sinistro e avaliação do damno. A apolice. As partes contractantes, seus direitos e suas obrigações. Da subrogação e do reseguro.

19.º

Especies de seguro. Do seguro de vida em particular. Condições do contracto. Modalidades. Riscos, sinistro e valor do seguro de vida. Situação jurídica do beneficiario. Da collação. Direitos dos credores.

20.º

Desenvolvimento historico da fiança. Natureza jurídica da fiança e suas consequencias. Species de fiança. Do contracto de fiança. Dos effeitos e da extinção da fiança.

21.º

Da vontade unilateral como fonte de obrigações. A promessa de recompensa. A doutrina dos quasi-contractos e dos quasi delictos. Responsabilidade sem culpa.

22.º

Dos titulos de credito em geral. Dos titulos ao portador e suas especies. Natureza jurídica dos titulos ao portador.

23.º

Fundamento da obrigação dos titulos á ordem e ao portador. Circulação dos titulos de credito: tradição, endosso e cessão. Autonomia dos direitos do portador. Excepções opponiveis. Da extinção dos titulos de credito.

24.º

Das obrigações por actos illicitos. Dólo e culpa. Especies e graos de culpa. Da legitima defesa e do estado de necessidade. Responsabilidade civil e criminal.

25.º

Da consequencia da inexecução das obrigações. Das perdas e damnos e suas especies. Damno material e moral; direito comparado. Nexo causal. A obrigação de indemnizar. Caso fortuito e força maior. Da liquidação das obrigações.

26.º

Do concurso de credores: tempo, lugar, objecto. Dos titulos de preferencia. Classificação de creditos. Dos privilegios geraes e especiaes.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico

(ass.) *Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Neto*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

2.ª CADEIRA

DIREITO PENAL

INTRODUÇÃO

Noticia synthetica dos postulados das tres escolas penaes.

Da pena. Evolução historica. Conceito.

Requisitos. Criterios de proporcionalidade entre a pena e o delicto.

Historico da legislação penal brasileira.
Codigo Criminal de 1830.
Penas nelle estabelecidas.
Modificações do Codigo Criminal.
Legislação penal da Republica.
Codigo penal de 1890.
Penas nelle estabelecidas.
Leis modificativas. Projecto Bergamini.
Penas da legislação anterior que foram eliminadas do Codigo Penal da Republica.
Applicação das penas. Pluralidade de penas em concurso com a pluralidade de crimes.
Valor da presumpção na applicação das penas.
Graos da pena.

DOS CRIMES EM ESPECIE

Qual o systema de classificação adoptado no Codigo Penal.

O crime politico. Historico.

Quaes os crimes politicos segundo o Codigo Penal.

Dos crimes contra a existencia politica da Republica.

Crimes contra a independencia, integridade e dignidade da patria e outras figuras delictuosas do Tit. I do Codigo Penal.

Dos crimes contra a segurança interna da Republica :

Conspiração.

Sedição.

Tirada ou fugida de presos.

Desacato.

Dos crimes contra a tranquillidade publica:

Incendio.

Crimes contra a segurança dos meios de transporte e comunicação.

Crimes contra a saúde publica.

Dos crimes contra o livre gozo e exercicio dos direitos individuaes:

Crimes contra o livre exercicio dos direitos. Contra a liberdade pessoal.

Contra o livre exercicio dos cultos.

Contra a inviolabilidade dos domicilios.

Contra a liberdade do trabalho.

Dos crimes contra a boa ordem e administração publica:

Prevaricação.

Falta de exacção no cumprimento do dever.

Peita ou suborno.

Concussão.

Peculato.

Abuso de autoridade e irregularidade de comportamento.

Dos crimes contra a fé publica:

Moedas falsas.

Falsidades.

Dos crimes contra a fazenda publica:

Contrabando.

Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das familias.

Violencia carnal.

Rapto.

Lenocinio.

Adulterio.

Ultrage publico ao pudor.

Dos crimes contra a segurança do estado civil:

Polygamia.

Parto supposto e outros fingimentos.
Subtracção, occultação e abandono de menores.

Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida :

Homicidio.
Infanticidio.
Suicidio.
Aborto.
Lesões corporaes.
Duello.

Dos crimes contra a honra e a boa fama :

Calumnia.
Injuria.

Dos crimes contra a propriedade publica e particular :

Damno.
Furto.
Estellionato, e outras figuras delictuosas.

Dos crimes contra a pessoa e a propriedade :

Roubo.
Das extorsões.

DAS CONTRAVENÇÕES EM ESPECIE

Violação das leis de inhumação e profanação dos tumulos e cemiterios.

Jogo de azar. Loteria e rifas.
Das casas de emprest.mo sobre penhores.
Do fabrico e uso de armas.
Das contravenções do perigo commum.
Do uso de nome supposto, titulos indevidos e outros disfarces.

Das sociedades secretas.
Do uso illegal da arte typographica.
Da omissão de declarações no registro civil.
Do damno ás cousas publicas.
Dos mendigos e ebrios. Dos vadios.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro
de 1935.

O Professor Cathedratico
(ass.) *Dr. Octavio Hamilton Tavares Barretto*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro
de 1935.

Secretario
(ass.) *Jayme Requeira Costa*

CURSO LIVRE

2.ª CADEIRA

DIREITO PENAL

I

Principios geraes de Direito penal em seu duplo
aspecto juridico e social. As sciencias penaes: anthro-
pologia, sociologia e psychologia criminaes. Estatistica
criminal, politico-criminal. Seu influxo nas novas le-
gislações penaes.

II

Conceito, dogmas, fundamentos, fontes e objecti-
vos do direito penal. Direito objectivo e subjectivo. Re-
lações do Direito penal com outros ramos da sciencia
juridica. Sciencias auxiliares do direito criminal.

III

Evolução histórica do Direito de punir. Seus varios periodos. A phase scientifica aberta pelas ciencias physicas e naturaes. As Escolas penaes. Os neo-classicos e os neo-positivistas. As doutrinas sobre a legitimidade do direito de punir.

IV

As novas theorias anthropologicas e psychologicas. Os subsidios da Endocrinologia e da Psychanalyse applicados á sciencia do crime e do criminoso. A nova psychologia criminal oriunda destes estudos bio-psychologicos.

V

Classificação dos criminosos sob os criterios anthropologico, sociologico e psychologico. O criminoso habitual e os delinquentes anormaes por estigmas physicos e psychicos. Classificação dos que apresentam estado perigoso. As deliberações dos congressos de sociologia criminal.

VI

De um typo anthropologico de criminoso. Diferenças entre o homem delinquente e o normal pela conformação morphologica, segundo os dados da anthropologia criminal. Estigmas de criminalidade e de degeneração. As doutrinas anthropologicas e sociologicas. O valor da tatuagem como expressão da psychologia dos criminosos.

VII

Divisão dos factos puniveis. Do crime e seu conceito segundo as correntes doutrinarias da philosophia do direito penal. Controversias das Escolas,

VIII

Os factores do crime. Theorias anthropologicas, sociologicas e psycho-pathologicas. O factor endocrino e os complexos sexuaes recalçados.

IX

Conceito legal do crime. Seus elementos objectivos e subjectivos. Dólo e culpa, suas categorias e divisões. Caso fortuito. *Aberratio ictus* e *aberratio delicti*. Concorso de dólo e culpa. Do delicto preterintencional.

X

Delicto de contagio. A contaminação morbida como figura juridico-penal. Dólo indeterminado e culpa. Legislações estrangeiras a respeito. Um projecto no Congresso nacional. O nosso codigo penal.

XI

Dos agentes do crime e sua participação criminosa. Coautoria, cumplicidade e suas fórmãs. Unidade de crimes e pluralidade de autores e vice-versa.

XII

Do concurso de crimes: ideal ou formal, real ou material. Crimes connexos. Delicto continuado.

XIII

Do mandato criminal e suas fórmãs. Elementos que o integram nos termos de nosso codigo penal.

XIV

Da tentativa. Actos preparatorios e actos de execução. Meios idoneos e inidoneos. Impossibilidade do crime de tentativa. Revelação da personalidade do criminoso. Systema do nosso codigo penal.

XV

A lei penal em relação ao tempo e aos limites impostos pelo espaço. Efeitos quanto ás pessoas. Principios da territorialidade e da extra-territorialidade. Seus fundamentos. Extradicação e expulsão. Ignorancia da lei penal.

XVI

Da responsabilidade criminal na doutrina e na legislação. As theorias classicas e positivas. Livre arbitrio e determinismo. Responsabilidade attenuada em face do nosso codigo e do projecto em elaboração. Da responsabilidade das pessoas juridicas.

XVII

Causas excludentes e attenuantes da imputabilidade. Causas physiologicas, psychologicas e pathologicas. Menoridade penal, velhice, idade juvenil, força irresistivel, coacção physica e moral, alterações das faculdades mentaes: loucura, psycho-neurose, etc.

XVIII

O crime passional e a imputabilidade criminal. O conceito legal da perturbação dos sentidos e da intelligencia em face do Codigo penal. O projecto Sá Pereira a respeito.

XIX

Da surdo-mudez e dos estados de deficiencias mentaes. Imbecilidade congenita e enfraquecimento senil (artigo 27 §§ 3 e 7). A imputabilidade dos debeis mentaes.

XX

Da embriaguez e do alcoolismo como circumstancias dirimentes attenuantes da imputabilidade criminal perante a doutrina e as legislações modernas. Systema do nosso codigo penal.

XXI

Das causas justificativas da acção criminosa. Legítima defesa, sua origem, seu conceito, requisitos, caracteres e limites. Seus fundamentos em face da criminologia científica. Requisitos dos artigos 33 e 34 do nosso Código penal.

XXII

Dos estados de necessidade e seus caracteres. Principios adoptados pela nossa lei penal. O consentimento da victima. A euthanasia ou homicidio compassivo.

XXIII

As circumstancias aggravantes nas legislações modernas e na doutrina. Os moveis sociaes e anti-sociaes que determinam a acção criminosa. A premeditação e a reincidencia. O systema do Código penal brasileiro e dos codigos estrangeiros. O projecto em discussão.

XXIV

Circumstancias que attenuam ou diminuem a responsabilidade. O systema do nosso Código e do projecto Sá Pereira. Os moveis do crime. As doutrinas e as legislações neste sentido.

PENOLOGIA

XXV

Da pena, sua natureza, suas origens, seus fundamentos e seus objectivos. Individualização e indeterminação da pena. Divisão das penas. Decadencia da pena em face das novas doutrinas criminologicas. Reparação dos damnos causados pelo crime.

XXVI

Politica criminal. A defesa social e a periculosidade *pre e post delictum*. Medidas de segurança empregadas pelo Estado. A prophylaxia do crime.

XXVII

Tribunaes para menores. A delinquencia infantil e juvenil. Medidas de preservaçào e de assistencia. O nosso codigo de menores.

XXVIII

Systemas penitenciarios. Estabelecimentos para menores delinquentes, alienados, anormaes deficientes. Institutos de educaçào e de assistencia, colonias correccionaes.

XXIX

O problema da mendicancia e da vagabundagem. A delinquencia hereditaria. Os profissionais do crime. A esterilizaçào dos degenerados criminosos.

XXX

Extinçào do direito de executar a condemnaçào. Prescripçào e seus effeitos. Amnistia, indulto e perdão. Morte do accusado. Do livramento e da condemnaçào condicionaes. As leis brasileiras a respeito. Os patronatos dos egressos da prisào como obra de assistencia e de preservaçào social.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Livre Docente
(ass.) Dr. João Aureliano Corrêa de Araujo

Aprovado em Congregaçào de 20 de Fevereiro de 1935.

Secretario
(ass.) Jaime Requeira Costa

3.ª CADEIRA

DIREITO COMMERCIAL

(1.ª Parte)

1.º

Commercio em geral; seu desenvolvimento; conceito do Direito Commercial.

2.º

Monumentos sobre o Direito Commercial anteriores ao Codigo Commercial francez. Influencia exercida por este Codigo.

3.º

Do direito commercial brasileiro; suas fontes proximas.

4.º

Conceito de actos de commercio.

5.º

Do contribuinte; como se adquire e como se perde esta qualidade.

6.º

Da capacidade do menor e da mulher casada para o exercicio do commercio.

7.º

Dos livros dos commerciantes; formalidades intrinsecas e extrinsecas; sua razão de ser.

8.º

Dos agentes do commercio; prepostos commerciaes.

9.º

Dos leiloeiros; seus direitos e obrigações.

10.º

Dos corretores; seus direitos e obrigações.

11.º

Das sociedades commerciaes; regras que lhes são communs.

12.º

Das sociedades em nome colectivo e em commandita simples.

13.º

Das sociedades de capital e industria; das sociedades em conta de participação.

14.º

Das sociedades por quotas, de responsabilidade limitada.

15.º

Das sociedades por acções; regras que lhes são communs.

16.º

Das sociedades em commandita por acções.

17.º

Das sociedades anonymas; seu desenvolvimento; sua importancia.

18.º

De outras sociedades commerciaes; sociedade de capital variavel; sociedade de credito agricola.

19.º

Dissolução e liquidação das sociedades commerciaes.

20.º

Dos contractos commerciaes em geral; sua distincção dos contractos civis.

21.º

Da compra e venda mercantil.

22.º

Do contracto de commissão mercantil.

23.º

Do penhor mercantil; armazens geraes; warrants.

24.º

Do contracto de transporte.

25.º

Do contracto de seguro; - seus elementos constitutivos; natureza deste contracto.

26.º

Especies de contracto de seguro; direitos e obrigações do segurador e do segurado.

27.º

Dos titulos de credito. Das letras de cambio e notas promissorias.

28.º

Das pessoas que figuram nas letras de cambio e notas promissorias; natureza das obrigações cambiaes.

29.º

Do saque, do accete, do endosso, do aval.

30.º

Do vencimento e do pagamento da letra de cambio; do protesto e do pagamento por intervenção.

31.º

Da acção cambial; prescripção da letra de cambio e da nota promissoria.

32.º

Dos cheques; camara de compensação (Clearing House).

33.º

Das operações de banco; da conta corrente.

34.º

Das bolsas commerciaes; transacções que nellas se effectuam.

35.º

Das invenções industriaes; patentes de invenção.

36.º

Das marcas de industria e de commercio; legislação brasileira a respeito dellas.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico
(ass.) *Dr. Thomaz Lins Caldas Filho*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

4.º CADEIRA

DIREITO PUBLICO INTERNACIONAL

1.º

Origem e fundamento do Direito internacional — O monismo juridico — As doutrinas — O sujeito de direito em Direito internacional — Direito internacional publico e Direito internacional privado.

2.º

Sociedades interestataes — Sociedade superestataes — Sociedades extra-estataes — As sancções em direito publico internacional — A responsabilidade.

3.º

O Estado: seus elementos constitutivos — A organização — Theoria da soberania limitada: critica — Caracteristicas historico-politicas — Delimitação das competencias estataes — A chamada "competencia exclusiva" ou o "dominio reservado".

4.º

Estabelecimento da competencia estatal — O reconhecimento — Reconhecimento "de jure" e "de facto"

— A entrada na Sociedade das Nações e o reconhecimento.

5.º

Ocupações de territorios — Annexações totaes ou parciaes: seus effeitos — Substituições temporarias de competencia — Servidões internacionaes — Garantia das competencias.

6.º

A neutralidade permanente — Natureza juridica — Regulamentação — Garantia — Neutralidades locais ou parciaes.

7.º

A colonização — Doutrina classica — Outras theorias — Atribuição da competencia colonial — A colonização no direito actual.

8.º

O protectorado colonial — Natureza juridica — Modalidades. Protectorados americanos — Typo classico: protectorados francezes e inglezes — Protectorado do Direito internacional.

9.º

O mandato internacional. Natureza juridica — As differentes classes de mandatos — Regimen juridico — Practicas positivas — A commissão dos mandatos — Fim do mandato.

10.º

O federalismo e as suas fórmias — A doutrina tradicional — Critica: os criterios formaes; os criterios juridicos — A lei de participação e a autonomia — Construção juridica do federalismo.

11.º

As uniões administrativas — Uniões pessoasas; uniões reacs — Confederações de Estados — O Estado federal.

12.º

O Imperio britannico. Os Dominios — O estatuto dos Dominios antes da guerra — A evolução do estatuto. Conquista da competencia internacional. O tratado de Versailles — O estatuto novo.

13.º

A Sociedade das Nações. Origens e fins — Natureza juridica — Composição e universalidade — O federalismo da S. D. N. e suas características — O regionalismo e a descentralização no seio da S. D. N. — A União europeia.

14.º

A União das Republicas Socialistas Sovieticas. A estrutura federativa. Os aspectos contradictorios do regimen — A União Pan-Americana.

15.º

As sociedades religiosas — Evolução da Igreja catholica — A Igreja e o direito internacional. Doutrina classica — A lei das garantias: sua natureza juridica, seu conteúdo. As Concordatas — Os accòrds de La-trão; o tratado; a concordata — O Estado Vaticano — A nacionalidade vaticana.

16.º

O Territorio do Estado — Ampliações do territorio do Estado — As aguas jurisdicionaes — Os navios de guerra e mercantes — As aeronaves.

17.º

A representação internacional — Os agentes diplomaticos — Os consules.

18.º

Relações jurídicas dos Estados — Os tratados internacionais — Celebração, ratificação, efeitos e fim dos tratados.

19.º

A protecção internacional das minorias — A protecção internacional dos direitos do homem — Os direitos dos estrangeiros.

20.º

Soluções pacificas dos conflictos internacionaes — Mediação — Arbitragem — Tribunal permanente de justiça internacional.

21.º

Medidas coercitivas — Retorsão; represalias; bloqueio pacifico; bloqueio economico.

22.º

A guerra — Direito de guerra — Estado de guerra. Tratados de guerra.

23.º

A guerra terrestre — Os belligerantes — Meios de ataque e de defesa—Prisioneiros de guerra — Feridos.

24.º

A occupação do territorio inimigo — Efeitos da occupação. Legislação: administração da justiça; funcionarios; imprensa; bens do Estado — Respeito da propriedade privada.

25.º

A guerra marítima — As forças navaes regulares do Estado — Marinha auxiliar — Meios licitos e illicitos de ataque e de defesa — O bloqueio e a guerra submarina.

26.º

A propriedade privada na guerra marítima — Presas — Lugar e época do apresamento — Direitos e deveres do captor — Tribunaes de presas — Côrte internacional das presas.

27.º

A guerra aerea — A força armada dos Estados belligerantes — Meios licitos e illicitos de ataque e de defesa — A propriedade privada e a propriedade publica do inimigo.

28.º

A neutralidade — Deveres das potencias neutras — Deveres dos nacionaes neutros — Direitos dos neutros.

29.º

Liberdade commercial dos neutros — O contrabando de guerra — Objectos de contrabando — Contrabando por analogia ou assistencia hostil.

30.º

Modos principaes de terminar a guerra — Os tratados de paz — Clausulas ordinarias e clausulas especiaes dos tratados de paz — Execução dos tratados de paz.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro
de 1935.

O Professor Cathedratico
(ass.) *Dr. Odilon Nestor*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro
de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

QUARTO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(Direito das Coisas)

1.º

PRELIMINARES

Direito das Coisas. Direitos pessoais e reais. Direito real na própria e na coisa alheia. Do património.

2.º

DA POSSE

Theorias subjectiva e objectiva da posse. Especies da posse. Composses. Quasi-posse. Modos de adquirir e transmitir a posse. Efeitos da posse. Perda e protecção da posse.

3.º

DA PROPRIEDADE IMMOVEL

Legitimidade, especies, extensão, caracteres. Modos de adquirir os immoveis. Transcrição e accessão. Usucapião e successão.

4.º

DIREITOS DE VIZINHANÇA

Uso nocivo. Arvores limitrophes. Passagem força-

da. Aguas e limites entre predios. Direito de construção. Direito de tapagem.

5.º

PERDA DO IMMOVEL

Prescrição, termo e condição. Alienação, renúncia, abandono, perecimento da coisa. Desapropriação. Propriedade resolúvel.

6.º

PROPRIEDADE MOVEL

Ocupação, caça e pesca. Invenção, thesouro. Especificação. Confusão. Comistão. Adjuncção. Usucapião e tradição.

7.º

CONDOMINIO

Direitos e deveres dos condominos. Divisão da coisa commum. Administração do condomínio. Condomínio de paredes. Compáscuo.

8.º

PROPRIEDADE LITTERARIA

Theorias sobre o direito de autor. Direitos do autor e do editor. Collaboração e cessão de direitos. Garantias do direito de autor.

9.º

EMPHYTEUSE

Objecto, constituição, duração. Direitos do senhorio directo. Direitos do foreiro. Extincção da emphyteuse.

10.º

SERVIDOES PREDIAES

Objecto e especies. Direitos do dono de predio dominante. Direitos do dono do predio serviente. Extinção das servidões.

11.º

USUFRUCTO

Direitos do usufructuario. Deveres do usufructuario. Do uso, da habitação e das rendas constituídas sobre immovel. Constituição e extinção.

12.º

DIREITOS DE GARANTIA

Especies, requisitos e vencimento. Penhor convencional e legal. Penhor agricola, pecuario e de titulos. Transcrição do penhor. Extinção.

13.º

ANTICRESE

Objecto e caracter. Constituição. Direitos e deveres do credor. Direitos e deveres do devedor. Execução e extinção.

14.º

HYPOTHECA CONVENCIONAL

Fôro, objecto, especies, constituição. Inscrição. Remissão. Excussão e cancellamento.

15.º

HYPOTHECA LEGAL E JUDICIARIA

Pessoas beneficiadas. Inscrição. Hypothecas de vias ferreas. Registro de immoveis.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico

(ass.) *Dr. Antonio Vicente de Andrade Bezerra*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

Secretario

(ass.) *Jaime Regueira Costa*

2.º CABEIRA

DIREITO COMMERCIAL

(Direito Commercial Maritimo, Fallencias e Concordatas)

PRIMEIRA PARTE

1.º

O Commercio Maritimo: conceito, historia e importancia social. O Direito Commercial Maritimo: conceito e classificação no quadro geral do Direito. Divisões do Commercio e do Direito Maritimo.

2.º

Historia do Direito Commercial Maritimo; estudo detalhado dos grandes monumentos legislativos, desde

os tempos antigos até Colbert. Os monumentos legislativos posteriores a Colbert. Influencia da França no movimento codificador do Direito Commercial Marítimo.

3.º

Navio: conceito, natureza jurídica. Partes e accessorios do navio.

4.º

Navio: modos de aquisição. Construcção por economia e por contracto.

5.º

Navio: estado civil, individualização e caracterização. Theoria da Personalização. Fim do navio. Registros de navio.

6.º

Abalroamento entre navios. Especies. Responsabilidades. Regulamentos e Convenções internacionaes.

7.º

Propriedade de navio. Responsabilidades directa e reflexa do proprietario.

8.º

A armação de navio. Especies de armador. Responsabilidades resultantes da armação.

9.º

Representação do navio, fóra de seu domicilio: agentes e consignatarios.

10.º

O capitão e a gente da tripulação. Direitos e obri-

gações das partes nos respectivos contractos de engajamento. Poderes do Capitão.

11.º

Contracto de fretamento. Especies. A carta partida. Natureza do contracto.

12.º

Contracto de fretamento á colheita ou prancha; o conhecimento de carga.

13.º

Contracto de fretamento: a viagem; o frete.

14.º

Contracto de transporte de passageiros. Natureza juridica. Direitos e obrigações das partes.

15.º

As avarias; especies; grossas ou communs e simples ou particulares. Typos principaes de cada especie. Caracterização de cada especie.

16.º

O contracto de seguro maritimo. O instituto do abandono. Acções.

17.º

O credito naval; hypotheca de navio. Creditos privilegiados e chirographarios.

18.º

Contracto de cambio maritimo: historia, desenvolvimento e importancia. Caracteristicas proprias.

19.º

Salvamento e Assistência. Diferenciação entre essas duas figuras jurídicas. Natureza de cada uma. A Convenção de Bruxellas de 1910.

SEGUNDA PARTE

Das Fallencias e das Concordatas

20.º

A Fallencia e as suas origens. Especialização de seu estudo no Direito Romano.

21.º

A Fallencia na idade media e tempos modernos. A sua caracterização definitiva: acção ou execução?

22.º

A Fallencia e os seus presupostos. Concepções latina e germanica do Instituto. Unidade e multiplicidade da fallencia.

23.º

A legislação brasileira da fallencia, anterior e posterior á independencia, até 1889. As reformas de 1890 e 1902: regimens que estabeleceram.

24.º

A lei n.º 2024, de 17 de Dezembro de 1908. Sua formação e applicação: effeitos. A sua reforma parcial pelo Decreto legislativo n.º 5.746, de 9 de Dezembro de 1929: melhorias introduzidas.

25.º

A declaração judicial da fallencia. Juizo competente. Recursos contra a sentença denegatoria do pedido ou declaratoria da fallencia. Motivos determinantes da fallencia. Fallencia dos commerciantes e dos não commerciantes. Fallencia das sociedades: efeitos sobre as pessoas dos socios.

26.º

Efeitos juridicos da sentença declaratoria da fallencia: a) quanto aos direitos dos credores; b) quanto á pessoa do fallido; c) quanto aos bens do fallido; d) quanto aos contractos do fallido; e) quanto á revogação de actos praticados pelo fallido, anteriormente á declaração da fallencia. Acção revocatoria.

27.º

Pessoal da administração : o syndico, o liquidatario. Obrigações de um e de outro. Disposições legaes communs a um e a outro. Arrecadação e guarda dos livros, papeis e bens do fallido. O systema brasileiro. Exame dos livros do fallido. Continuação dos negocios do fallido durante a syndicancia.

28.º

Verificação e classificação dos creditos. Impugnação de creditos e respectivo processo. Credores retardarios; sua admissão e respectivo processo. Recursos contra a admissão ou a exclusão de credores.

29.º

Assembléa de credores: constituição e poderes. Apresentação e julgamento de concordata na fallencia. Aceitação e recusa da concordata: recursos contra a aceitação. Não apresentação de proposta de concordata. Eleição de liquidatario.

30.º

Não cumprimento da concordata e seus efeitos. Reabertura da fallencia, pela revogação da concordata: processo. Cumprimento da concordata: reabilitação do fallido e seu processo.

31.º

Realização do activo e liquidação do passivo. Pagamento aos credores: a) da massa; b) da fallencia. Prestação de contas do syndico e do liquidatario: processo. Remuneração do syndico e do liquidatario. Desstituição do liquidatario e nomeação de novo: recursos.

32.º

Meios preventivos da declaração da fallencia: moratoria e cessão de bens. A concordata preventiva, sua historia, fundamento e processo: sua acceitação e homologação.

33.º

Embargos á acceitação da concordata preventiva. Processo e recurso contra a sentença que os julga não provados, homologando a referida concordata. Não homologação da concordata: recursos contra a sentença que denega a homologação. Não cumprimento da concordata preventiva aceita e homologada, efeitos: revogação da concordata e abertura da fallencia. Processo.

34.º

Sentenças estrangeiras de declaração de fallencia: sua exequibilidade no Brasil. Exigência de homologação pela Côte Suprema.

35.º

Dos crimes em materia de fallencia. Processo.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico
(ass.) *Dr. Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

3.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO CIVIL

PARTE PRIMEIRA

1.º

Do Direito Judiciario Civil: conceito; comprehensibilidade do seu objeto; posição enciclopédica; relações com os outros ramos da ciencia juridica.

2.º

Da eficacia do direito judiciario no tempo e no espaço.

3.º

Do processo: conceito e necessidade politica do processo. Condições fundamentais. Processo contencioso e administrativo; caracteres diferenciais.

4.º

Da ação, em suas diversas aceções: conceito e divisões. Condições requeridas para o seu exercicio. Da extinção das ações.

5.º

Do concurso e da accumulção das ações.

6.º

Do Poder Judiciario. Sistemas diversos de organização. Da organização judiciaria no Brasil.

7.º

Do Juizo arbitral: conceito e fundamento; seus inconvenientes e vantagens. Modo e fórma de sua constituição, ante as nossas leis.

8.º

Da jurisdição e da competencia: conceito e divisões.

9.º

Do juizo: conceito das pessoas que o constituem; partes necessarias e accidentais. Do litisconsorcio.

10.º

Da capacidade para estar em juizo. Da incapacidade absoluta e da incapacidade relativa; meio de supri-las.

11.º

Dos auxiliares das partes litigantes. Da assistencia judiciaria.

12.º

Da instancia: conceito. Quando começa e quando termina a instancia. Da suspensão e da perempção.

13.º

Dos atos processuais: discriminação, conforme os agentes. Dos atos, termos e certidões. Dos requerimentos, articulados e alegações. Dos despachos e sentenças.

14.º

Das condições de realização dos atos processuais, quanto ao lugar e ao tempo. Dos prazos e suas espécies. Dos feriados e férias forenses.

15.º

Da nulidade e suas espécies.

16.º

Das ações, sob o ponto de vista formal: espécies. Razão de ser das diferentes fórmulas de ação. Da substituição de uma ação por outra; casos de permissão.

PARTE SEGUNDA

Do processo contencioso

17.º

Dos atos processuais, comuns ás ações em geral. Da petição inicial. Cautelas e fórmula. Adição e emenda da petição inicial. Distribuição.

18.º

Citação: conceito e fundamento. Diferença entre citação, intimação e notificação. Quem deve ser citado. Pessoas que não devem ser citadas por condições especiais e temporarias. Do pedido de venia.

19.º

Das espécies de citação. Cautelas e fórmula a observar em cada espécie. Efeitos da citação. Da circundação e da revelia.

20.º

Da defesa. conceito e espécies. Das exceções: fisionomia jurídica e divisão. Ordem da apresentação

das exceções. Prazo dentro do qual devem ser oferecidas. Processo da suspeição e das demais exceções.

21.º

Da contestação: conceito e especies. Regras a observar na contestação e forma. Arguição de nulidades. Da replica e treplica. Da *litiscontestatio*.

22.º

Da dilação probatoria. Das provas em geral: conceito, especies e meios admitidos em nosso direito. O sistema de provas legais e o da convicção livre dos juizes. A quem incumbe o *onus* da prova.

23.º

Da prova documental. Da confissão. Do depoimento pessoal. (Noções gerais, cautela e processo).

24.º

Das testemunhas. Das presunções, das vistorias e do arbitramento. (Noções gerais, cautela e processo).

25.º

Das alegações finais.

26.º

Da sentença: definição; requisitos elementares e formais. Da publicação e intimação da sentença. Efeitos da sentença. Da coisa julgada.

PARTE TERCEIRA

Dos incidentes do processo

27.º

Da reconvenção. Da autoria.

28.º

Da opposição. Da assistencia.

29.º

Da falsidade. Da habilitação. Do erro de conta.

PARTE QUARTA

Das ações ordinarias

30.º

Das ações ordinarias: casos em que tem lugar o processo.

PARTE QUINTA

Da execução da sentença

31.º

Da execução: conceito e fundamento. Do juizo e partes competentes. Do ingresso da execução.

32.º

Do objeto da execução: entrega da cousa certa: entrega da cousa incerta; prestação de fato; abstenção do ato ou fato.

33.º

Do objeto da sentença: pagamento de quantia incerta. Liquidação da sentença.

34.º

Objeto da sentença: pagamento da quantia certa. Dos atos constitutivos da execução: nomeação de bens penhora, avaliação, editais de praça e venda dos bens penhorados.

35.º

Da arrematação. Da adjudicação. Da remissão.

36.º

Dos incidentes da execução: embargos do executado e embargos de terceiros.

37.º

Do concurso de credores.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Livre Docente em exercício da cadeira
(ass.) *Dr. Pedro Lins Palmeira*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

4.ª CADEIRA

MEDICINA LEGAL

1.º

Conceito e Divisão da Medicina Legal. Feição de estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática medico-forense. Relações entre a Medicina Legal, a Criminologia e a Psicopatologia Forense.

2.º

Ensino e Pericia. Gabinetes ou Institutos medico-policiais. Especialização pericial; pericia e peritos. Documentos medico-legais.

3.º

Noções de Técnica Policial-Judiciaria. Da prova do crime. Prova testemunhal; psicologia do testemunho. Provas técnicas; levantamento de corpo, fotografia do local do crime e outras provas de laboratório.

4.º

Assinalamento Antropognostico. Caracteres anatomicos do homem. Raça, sexo, idade. Tipo somatico. Tipo ethnico. Formação do tipo ethnico brasileiro. Tipos patológicos.

5.º

Assinalamento Antropognostico. Caracteres auxiliares; sinais profissionais, fisiologicos e patológicos. Tatuagem. Grupos sanguineos. Anropometria e fotografia.

6.º

Assinalamento Antropognostico. Caracteres anatomicos funcionais. Postura, marcha, destreza, força. Movimentos anormais. Palavra escrita e falada. Mimica, gestos. Sensório e vida vegetativa.

7.º

Identificação Judiciaria. Reconhecimento no vivo, no cadaver e na fotografia. Fotografia sinaletica. Embalsamamento, recomposição de cadaveres.

8.º

Identificação Judiciaria. Datiloscopia: impressões digitais; sistemas datiloscopicos. Gabinetes de identificação datiloscopica. Provas no vivo e no cadaver. Processos de revelação de impressões digitais,

9.º

Do Casamento. Motivos de impedimento, estatuidos no Código Civil, relativos á consanguinidade, á capacidade civil, á idade e aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior. Casamentos nulos e anulaveis.

10.º

Do Casamento. Sentido legal do erro essencial sobre pessoa. Dubiedade de sexo; pseudo-hermafroditismo. Defloramento anterior ignorado pelo marido. Defeito fisico irremediavel ou molestia grave transmissivel por contagio ou herança. Desquite por sevicia ou injuria grave. Contaminação venérea. Exame medico pre-nupcial.

11.º

Do Defloramento. Conceito legal. Orgãos sexuais externos da mulher. Da himen, sua forma e consistencia. Traumatologia sexual; circunstancias concorrentes para o diagnostico. Do Estupro. Conceito legal. Estupro, atentado á vida e á saúde.

12.º

Do Atentado Contra o Pudor. Conceito legal. Practicas libidinosas; pederastia, sadismo, masoquismo e outras perversões sexuais. Lesões possiveis resultantes do atentado contra o pudor. Ultraje publico ao pudor.

13.º

Da Gravidez. Noções de embriologia. Diagnostico da gestação; practicas de laboratorio. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação. Do Parto. Sinais immediatos e sinais afastados. Do parto suposto.

14.º

Do Abortamento Criminoso. Conceito e elementos constitutivos do crime. Practica do abortamento; medi-

camentos ditos abortivos mecanicos. Lesões possíveis consecutivas á pratica do abortamento; exame da mulher, do aborto e anexos. Do abortamento legal e sua indicação rara. Perigo social do abortamento; represão pela propaganda e pela assistencia social á mulher grávida. Inutilidade das nossas leis penais na profilaxia do abortamento clandestino.

15.º

Do Infanticidio. Conceito legal. Elementos constitutivos de crime; infanticidio por comissão e por omisão. Determinação da idade do recém-nascido. Provas de vida extrauterina. Diagnostico da *causa-mortis*.

16.º

Traumatologia Forense. Semiologia geral das ofensas fisicas. Lesões corporais por ação externa; agentes fisicos, mecanicos e quimico-traumaticos.

17.º

Das Asfixias. Asfixias puras. Asfixias complexas. Asfixias mixtas.

18.º

Outras Lesões Corporais. Inanição, envenenamento, infecção. Delito de contagio.

19.º

Classificação das Lesões Corporais. Cod. Penal: lesão leve, semiotica da dôr; lesão grave. Do incomodo de saúde que inhabilita o paciente do serviço ativo por mais de trinta dias. Mutilação, amputação, deformidade. Da privação permanente do uso de membro ou órgão. Da enfermidade incuravel que prive para sempre o ofendido de exercer o seu trabalho.

20.º

Lesão mortal. Conceito legal. Natureza e séde das lesões mortais. Estudo medico-legal das concausas.

21.º

Homicidio. Suicidio. Acidente. Semiotica. Conceito medico-legal.

22.º

Tanatologia Forense. Diagnostico da morte; sinais duvidosos; sinais certos. Morte subita, morte agonica. Data da morte; fenomenos cadavericos.

23.º

Acidentes de Trabalho. Legislação: direito transaccional. Teoria do risco profissional. Doença profissional e acidente de trabalho. Lei nacional.

24.º

Pericia de Acidentes. Cura da lesão; consolidação medica e Consolidação jurídica. Concausalidade. Simulação. Avaliação de incapacidades. Jurisprudencia.

25.º

Responsabilidade e Capacidade. A questão da responsabilidade criminal; doutrina. Limites modificadores; Cod. Penal, Cod. Civil. Idade, sexo, prodigalidade, intervalos lucidos, alienação, loucura.

26.º

Semiologia Mental. Percepção, intelligencia, emoção, vontade. Alienação e loucura. Conceito medico-legal.

27.º

Psicopatologia Forense. Estudo medico-legal das

doenças mentais; causas gerais, diagnostico. Simulação. Classificação das doenças mentais.

28.º

Psicopatologia Forense. Das toxicofilias (etilismo, morfinismo, cocainismo e eterismo). Estudo medico-legal e profilatico.

29.º

Psicopatologia Forense. Das perversões sexuais. Perturbações hormono-glandulares. Conceito froideano. Estudo medico-legal, terapeutico e profilatico.

30.º

Psicopatologia Forense. Noções de hygiene mental. Protecção á creança anormal, aos toxicofilos, aos perversos, aos frenastenicos e aos analfabetos. Representação á credence popular, ás praticas de espiritismo e similares, ao curandeirismo, etc. Vantagens da segregação mental precóce. Manicomios, preventorios, hospitais abertos. Profilaxia das doenças venéreas.

31.º

Psicologia Criminal. O crime e seu conceito historico; fórma fundamental e fórma evolutiva. O criminoso e sua ficha antropopsicologica: antecedentes hereditarios, influencias congenitas, vida na infancia, vida em sociedade. Exame somatico e psiquico do delinquente em clinicas criminais.

32.º

Terapeutica Penal. A pena e sua finalidade utilitaria de terapeutica medico-psicologica, medico-pedagogica, medico-cirurgica, medico-opoterapica incretoria.

Penitenciarias, reformatórios, manicômios penais, clínicas penológicas.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Catedrático
(ass.) *Dr. Edgar Allino*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretário

QUINTO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(*Família e Successões*)

(CADEIRA VAGA)

1.º

Do direito de família. Dos esponsaes. Do casamento até o Código Civil. Das formalidades preliminares do casamento e impedimentos, suas espécies e efeitos. Da celebração do casamento, da autoridade competente e do logar proprio. Do casamento *in extremis*.

2.º

Dos meios de prova do casamento. Do casamento nullo e annullavel. Das pessoas que podem propôr as acções de nullidade ou de annullação de casamento, e do tempo em que ellas devem ser iniciadas. Do casamento putativo, suas espécies e efeitos.

3.º

Dos efeitos juridicos do casamento. Da incapacidade da mulher casada. Dos direitos e deveres do marido e da mulher. Dos regimens de bens no casamento.

4.º

Do regimen da communhão universal e da communhão parcial de bens. Do regimen da separação e do

regimen dotal. Direitos e deveres do marido e da mulher quanto ao dote. Da restituição do dote. Da administração do dote pela mulher. Dos bens paraphernaes. Das doações entre conjuges.

5.º

Da dissolução da sociedade conjugal. Do desquite e do divorcio. Do divorcio nos codigos estrangeiros. Do desquite em o nosso Codigo Civil. Dos effeitos do desquite quanto aos bens e filhos do casal.

6.º

Do parentesco e suas especies. Linhas e graus de parentesco. Da legitimidade ou illegitimidade dos filhos. Da legitimação. Do reconhecimento dos filhos naturaes. Da adopção, seus requisitos e effeitos.

7.º

Do patrio poder. Direitos e deveres dos paes quanto à pessoa e bens dos filhos. Da suspensão e perda do patrio poder. Dos alimentos; quando e por quem são devidos. Como devem ser arbitrados os alimentos. Alimentos presentes, futuros e provisionaes.

8.º

Da tutela, seu conceito e sua evolução. Da tutela do nosso Codigo e suas especies. Direitos e deveres dos tutores. Dos que devem ou podem ser tutores e das causas de excusa. Da garantias e da extensão da tutela.

9.º

Da curatela e suas especies. Direitos e deveres dos curadores. Dos que devem ou podem ser curadores. Excusas, garantias, extinção. Da ausencia. Curadoria e successão provisória do ausente. Da successão definitiva do ausente.

10.º

Da successão, suas especies e seu fundamento. Liberdade de testar. Transmissão da herança. Tempo e lugar da abertura da successão. Inventariante.

11.º

Acceitação e recusa da herança. Responsabilidade dos herdeiros. Da herança jacente e vacante.

12.º

Da successão legitima. Da ordem de vocação hereditaria. Successão por cabeça e por stirpe. Successão na linha recta e do conjuge. Successão na linha collateral. Do direito de representação.

13.º

Da successão testamentaria. Do testamento e suas especies. Da capacidade testamentaria. Requisitos dos testamentos publico, cerrado e privado.

14.º

Dos testamentos especiaes. O testamento maritimo e o militar. Dos codicillos. Inefficacia e revogação dos actos da ultima vontade. Do testamenteiro.

15.º

Noção, especies, efeitos e caducidade dos legados.

16.º

Do direito de accrescer entre herdeiros e legatarios. Dos herdeiros necessarios e da redução das disposições testamentarias. Da capacidade para succeder. Indignidade e desherdação.

17.º

Das substituições e das collações.

18.º

Do inventario e da partilha. Dos sonegados. Do pagamento das dividas do espolio. Garantia dos quinhões hereditarios. Nullidade da partilha.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico no exercicio da cadeira
(ass.) *Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Neto*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Requeira Costa*
Secretario

2.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO CIVIL

(*Segunda Parte*)

CAPITULO I

DAS ACÇÕES

1.º

Das acções summarias: noções geraes; casos em que têm logar. Rito processual e pratica formularia.

2.º

Das acções summarissimas: noções geraes; casos em que têm logar. Rito processual e pratica formularia.

3.º

Das acções executivas: noções geraes; presuppostos jurídicos; especies; casos de applicação. Rito processual e pratica formularia.

4.º

Das acções decendiarias: noções geraes; presuppostos; casos em que têm logar. Marcha processual e pratica formularia. *Das acções quindicendiarias.*

5.º

Das acções possessórias: noções geraes; especies. Do interdício prohibitorio; da acção de manutenção; da acção de esbulho; cautelas e fôrma a observar em cada especie. Pratica formularia.

6.º

Da acção de inmissão de posse: noções geraes; rito processual e pratica formularia. *Da nunciaçã da obra nova:* noções geraes; requisitos; curso processual e pratica formularia.

7.º

Da acção de despejo: a quem compete e quando tem logar; cautelas a observar, nos diversos casos. Da defesa: em que pode consistir; reflexo do seu conteúdo sobre a fôrma do processo. Pratica formularia. Do renovamento de locação de immoveis destinados a fins commerciaes ou industriaes: fundamento legal; presuppostos jurídicos; processo e pratica formularia.

8.º

Das acções de divisão e demarcação de terras: noções geraes; cautelas e fórma processual a observar em cada uma. Pratica formularia.

9.º

Das acções para a construcção e conservação de tapumes e para a indemnização de parede ou tapume divisorio: disposições legaes em que se fundam; cautelas, rito processual e pratica formularia. *Da acção de usocapião:* fundamento legal; modo e fórma de agir.

10.º

Da acção de reforço de garantia: fundamento legal; cautelas, marcha processual e pratica formularia. *Da acção de remissão do immovel hypothecado:* em que casos tem lugar; cautelas e fórma de agir, em cada caso.

11.º

Da acção de excussão do penhor: quando tem lugar; fórma processual e pratica formularia. *Da remissão do penhor:* fórma processual e pratica formularia.

12.º

Da acção de deposito: cautelas; pratica processual e formularia. *Da acção de prestação de contas:* pratica processual e formularia.

13.º

Da acção de accidente no trabalho: noções geraes; procedimento preliminar; iniciativa; fórma processual e pratica formularia.

14.º

Da acção de exoneração de fiança: quando tem logar; pratica processual e formularia. *Da recuperação de titulos ao portador:* quando tem logar; cautelas a observar; marcha processual e pratica formularia.

15.º

Do mandado de segurança: noções geraes; fundamento legal; presupostos juridicos; fórma processual e pratica formularia. *Da reforma de autos perdidos:* modo e fórma de agir.

CAPITULO II

DOS PROCESSOS PREVENTIVOS,
PREPARATORIOS E INCIDENTES

16.º

Do embargo ou arresto: presupostos juridicos; casos em que tem logar; cautelas: fórma processual e pratica formularia. *Do sequestro:* casos em que tem logar; cautelas; marcha processual e pratica formularia.

17.º

Da exhibição: noções geraes; requisitos; pratica processual e formularia. *Das vendas judiciaes:* casos em que têm logar; iniciativa; meios de realização; modo e fórma de agir.

18.º

Da consignação em pagamento: noções geraes; fundamento legal; casos em que póde occorrer; cautelas a observar nos diversos casos; defesa; marcha processual e pratica formularia. *Das cauções em juizo:* noções geraes; modo e fórma de proceder, nas cauções reaes e nas fideijussorias.

19.º

Do deposito de pessoas: quando tem logar; iniciativa; cautelas; processo. *Da separação de corpos*: fundamento legal; casos em que tem logar; processo. *Dos alimentos provisionaes*: em que acções podem occorrer e em que casos; cautelas a observar; processo.

20.º

Da posse em nome do nascituro: noções geraes; cautelas; processo. *Da busca e apprehensão*: casos em que têm logar; cautelas; processo.

21.º

Do protesto e da interpeação judicial: noções geraes; processo. *Da justificação*: noções geraes; processo. *Dos embargos de terceiros*: noções geraes; em que casos podem ter logar; cautelas; rito processual e pratica formularia.

CAPITULO III

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

22.º

Do inventario e partilha: noções geraes; cautelas a observar quanto ao tempo, ao logar e das pessoas a quem cabe a iniciativa. Do inventariante. Das declarações de herdeiros e bens. Da avaliação. Da collação. Do pagamento de dividas. Do calculo. Da partilha. (Pratica processual, especialmente formularia) *Dos arrolamentos*: quando têm logar; processo.

23.º

Da apresentação, abertura e execução dos testamentos: processo relativo ás diversas especies de testamento.

24.º

Da extinção do usufructo e do fideicommisso: noções geraes; modo e fórma de proceder. Do cumprimento dos testamentos: noções geraes e processo.

25.º

Da arrecadação dos bens de defuntos: noções geraes; cautelas quanto ao logar e á iniciativa da arrecadação; guarda e administração dos bens; procedimentos ulteriores; habilitação de herdeiros. Processo e pratica formularia. Dos bens de ausentes: noções geraes; modo e fórma de proceder. Dos bens achados: noções geraes; modo e fórma de proceder.

26.º

Da successão provisoria: noções geraes e fundamento legal; cautelas; processo e pratica formularia. Da successão definitiva; noções geraes e fundamento legal; modo e fórma de proceder.

27.º

Da nomeação de tutor ou de curador: noções geraes; cautelas; processo. Da prestação de contas; processo. Da remoção do tutor e do curador; processo.

28.º

Da curatela dos loucos, dos surdos-mudos e dos prodigos: noções geraes; iniciativa, cautela e processo relativo a cada especie. Da especialização da hypotheca legal: noções geraes e fundamento legal; iniciativa; cautela; processo.

29.º

Do casamento: habilitação prévia; opposição de impedimento; dispensa de proclamas; celebração. Do desquite por mutuo consentimento: fundamento legal;

cauteladas a observar; retractação e reconciliação dos conjuges. Rito processual e pratica formularia.

30.º

Do bem de familia: noções geraes e fundamento legal; modo e fórma de proceder. *Da separação do dote e da venda dos bens dotaes*: noções geraes; fundamento legal; processo. *Da subrogacão dos bens inalienaveis*: noções geraes; fundamento legal; processo.

31.º

Da venda, arrendamento ou hypotheca de bens dos incapazes: noções geraes e processo. *Do supprimento do consentimento*: noções geraes e processo. *Do resgate e abandono do aforamento e da alienação do dominio util ou directo*: noções geraes e processo.

32.º

Da liquidação das sociedades: noções geraes; designação de liquidante; actos que lhe incumbem; partilha; processo. *Da organização, funcionamento e dissolução das fundações*: noções geraes; processo.

33.º

Da desapropriação: noções geraes; fundamento legal; decreto de desapropriação; modo e fórma de agir para a indemnização do valor de bens desapropriados.

34.º

Da fallencia: noções geraes; actos preliminares; decretação da fallencia; notificação dos credores; arrecadação; declaração de credits; assembléa dos credores; liquidação. Modo e fórma de proceder.

35.º

Da concordata: noções geraes; especies; modo e fórma de agir, em cada especie.

CAPITULO IV

DOS RECURSOS

36.º

Dos recursos: noções geraes; fundamento juridico; especie. *Dos embargos*: noções geraes; casos, natureza e especies; cautelas; rito processual e pratica formulario.

37.º

Da appellação: noções geraes; especie, effeitos; cautelas, relativas á interposição e seguimento da appellação; rito processual e pratica formulario, nas duas instancias.

38.º

Do agravo: noções geraes; natureza e especies; casos em que são admittidos. Do agravo de petição; quando tem logar; effeito; cautelas; rito processual e pratica formulario, nas duas instancias.

39.º

Do agravo de instrumento: quando tem logar; effeito; cautelas; rito processual e pratica formulario, em ambas as instancias. *Da carta testemunhavel*: noções geraes; quando tem logar; cautelas; processo, nas duas instancias; pratica formulario.

40.º

Do recurso extraordinario: noções geraes; natureza especifica; casos em que tem logar; processo na justiça local e na instancia superior; pratica formulario.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico
(ass.) *Dr. Mario Castro*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Requeira Costa*
Secretario

3.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO PENAL

I

1 — Processo Criminal. 2 — Suas relações com outras sciencias. 3 — Divisão do processo criminal em relação á gravidade dos delictos. 4 — Divisão do processo criminal em relação á qualidade dos delictos e dos delinquentes.

II

5 — Principaes fórmias historicas do processo criminal. 6 — Systema accusatorio. 7 — Systema inquisitorio. 8 — Systema mixto.

III

9 — Da acção penal. 10 — Da acção publica. 11 — Da acção privada. 12 — Da acção civil para reparação do damno causado pelo delicto. 13 — Modos de iniciar o processo criminal. 14 — Da queixa. 15 — Da denuncia. 16 — Do procedimento ex-officio. 17 — Quando tem logar e seus inconvenientes.

IV

18 — Da instrução preparatoria, sua utilidade e importancia. 19 — Diligencias policiaes, autoridades a que incumbem e sua marcha.

V

20 — Identificação. 21 — Anthropometria. 22 — Dactyloscopia.

VI

23 — Da prisão. 24 — Custodia, detenção, prisão. 25 — Da prisão preventiva, seus fins, fundamentos e condições. 26 — Da prisão em flagrante delicto, suas condições e fins. 27 — Auto de prisão em flagrante delicto; cautelas e fórmulas.

VII

28 — Da fiança. 29 — Seu historico na antiguidade e na legislação portugueza. 30 — Da fiança segundo a legislação patria. 31 — Da fiança provisoria. 32 — Da fiança definitiva. 33 — Quebramento e extinção da fiança. 34 — Podem as legislações estaduaes ampliar ou restringir os casos de fiança, estabelecer normas para a sua prestação? 35 — Termo de fiança; cautelas e fórmulas.

VIII

36 — Da prova. 37 — Seu papel em materia criminal. 38 — Diversas classificações de prova: Baldus, Mascardus, Bentham, Bordeaux, Bonnier, Garraud, etc.

IX

39 — Da prova testemunhal. 40 — Sua antiguidade e seu valor. 41 — Classificação de testemunhas. 42 — Garantias e condições essenciaes; juramento. 43 — Como devem ser inquiridas. 44 — Legislação patria sobre a prova testemunhal. 45 — Segredo profissional. 46 — Acareação.

X

47 — Do corpo de delicto; sua antiguidade. 48 — Do corpo de delicto directo. 49 — Do corpo de delicto indirecto. 50 — Como devem agir as autoridades incumbidas de proceder ao corpo de delicto. 51 — Dos peritos. 52 — Dos quesitos. 53 — Auto de corpo de delicto.

XI

54 — Do interrogatorio; seu historico. 55 — Theorias a respeito do interrogatorio; systema preferivel. 56 — Legislação patria sobre o interrogatorio. 57 — Da confissão; sua importancia. 58 — Condições essenciaes á confissão como meio de prova. 59 — A confissão tacita é admissivel em materia criminal?

XII

60 — Das investigações psychiatricas.

XIII

61 — Da instituição do jury; seu historico. 62 — Importancia social do jury. 63 — Causas de sua decadencia entre nós; seus remedios. 64 — Sobre que pontos da instituição do jury podem os Estados legislar? 65 — Jury federal e estadual. 66 — Formação do tribunal do Jury; solemnidades essenciaes. 67 — Comparecimento das partes e testemunhas. 68 — Dos jurados; seus direitos, deveres e responsabilidades. 69 — Dos debates perante o tribunal do jury; accusação, defesa; replica e treplica. 70 — Dos incidentes. 71 — Dos quesitos e da sentença.

XIV

72 — Dos recursos criminaes e suas necessidades. 73 — Recursos necessarios e voluntarios. 74 — Dos recursos admittidos na primeira phase do processo cri-

minal. 75 — Da appellação no antigo direito portuguez e na legislação patria. 76 — Casos em que tem lugar, para quem é interposto o seu processo. 77 — Dos embargos ao accordão. 78 — Do protesto por novo julgamento. 79 — Vantagem ou inconveniência deste recurso; legislação patria a respeito. 80 — Podem os Estados determinar os casos em que tem lugar esse recurso? 81 — Da revisão. 82 — Erro absoluto e erro relativo: revisão *pro reo* e *pro societate*.

XV

83 — Do *habeas-corpus*, sua historia, seus fins, suas vantagens e abusos. 84 — Interposição do *habeas-corpus*, seu processo e julgamento.

XVI

85 — Da extincção da acção penal e da condemnação. 86 — Da prescripção.

XVII

87 — Das execuções criminaes. 88 — Como se conta o tempo da pena.

XVIII

89 — Formação da culpa nos crimes communs.

XIX

90 — Formação da culpa nos crimes de responsabilidade dos funcionarios publicos não privilegiados.

XX

91 — Formação da culpa nos crimes communs e de responsabilidade dos funcionarios publicos privilegiados.

XXI

92 — Crimes policiaes, contravenções e seus processos. 93 — Termo de bem viver.

XXII

94 — Da advocacia criminal. 95 — Exercicios praticos, escriptos e oraes. 96 — Da compostura moral e physica do pessoal do fôro.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico
(ass.) *Dr. Gennaro de Barros Guimarães*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

4.ª CADEIRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

I

Direito administrativo e sciencia da administração: Objecto do direito administrativo e da sciencia da administração. Relações com as outras sciencias e influencias reciprocas.

II

Formação scientifica do direito administrativo: A formação do direito administrativo na França e evolução correspondente na Italia e em outros paizes. A sua posição contemporanea. Desenvolvimento historico dessa sciencia no Brasil. Fontes do direito administrativo.

III

Do Estado, sua acção e fins: O Estado, seus órgãos e funcções. Distincção entre a forma jurídica e a forma social da acção do Estado. Exposição e critica das diversas theorias sobre a actividade social do Estado. A questão da soberania e do serviço publico.

IV

Meios de investigação das necessidades sociaes: A administração e as necessidades sociaes. Meios de que se utiliza o Estado para conhecê-las e exercer effi- cazmente a sua actividade. Estudo de conjuncto sobre a estatística. Methodos estatísticos e sua orientação actual. Exposições, suas modalidades e efficiencia. In- queritos e suas divisões; efficiencia dos inqueritos na vida social. Órgãos consultivos e technicos.

V

Da acção do Estado nos assumptos de ordem eco- nomica: Acção do Estado na producção das riquezas; formas directas e indirectas. Legislação do trabalho. Questões concernentes ao regimen industrial. Acção do Estado na circulação e distribuição das riquezas; formas pelas quaes se manifesta. Serviços de commu- nicação e transporte. Acção do Estado no consumo das riquezas. Bases economicas, de mutualidade e seguros.

VI

Da acção do Estado em relação á população: Exa- me do problema da população, encarado sob o ponto de vista administrativo e suas relações com a politica. Emigração e immigração; caracteres actuaes da poli- tica immigracionista.

VII

Da acção do Estado com relação á segurança pu- blica: Administração da defesa publica externa e da segurança publica interna. Divisão da policia, cara-

cteres especiaes da policia de segurança. Do “poder de policia” e sua extensão.

VIII

Da acção do Estado em relação á saúde publica e assistencia publica: Actividade social e administrativa do Estado em relação á hygiene publica. A questão do livre exercicio da profissão considerada administrativamente. A assistencia publica e das providencias administrativas para attenuar os effeitos do pauperismo.

IX

Da acção cultural do Estado: Papel do Estado no desenvolvimento da instrucção publica. Da instrucção primaria e a quem deve caber. Ensino secundario e superior. Ensino technico e profissional. Ensino leigo e ensino religioso.

X

Da administração publica: Conceito da administração; distincção entre governo, administração e politica. Função da administração publica.

XI

Organização da administração publica: Como se organiza a administração publica; suas condições essenciaes. Distribuição da acção administrativa sob o criterio da competencia e do territorio. Centralização e descentralização.

XII

Organização administrativa brasileira: A nossa organização administrativa em face do systema constitucional. Atribuções administrativas do presidente da Republica e dos ministros de Estado. O mecanismo administrativo dos differentes ministerios.

XIII

Competencia administrativa da União, dos Estados e dos Municipios nos termos da Constituição Federal.

XIV

Da função publica: Das theorias sobre a função publica. Dos funcionarios publicos e sua classificação.

XV

Da hierarchia administrativa. Do vinculo hierarchico e do poder disciplinar.

XVI

Natureza juridica das relações entre o Estado e os seus funcionarios. Direitos e deveres dos funcionarios publicos. Vitaliciedade, estabilidade e demissibilidade no direito brasileiro. Aposentadoria e montepio. Accumulações remuneradas. Responsabilidade disciplinar, penal e civil dos funcionarios publicos.

XVII

Da responsabilidade do Estado: Exposição das theorias sobre a responsabilidade civil do Estado. Das theorias de irresponsabilidade absoluta. Theorias intermediarias. Jurisprudencia dos tribunaes brasileiros.

XVIII

Da manifestação da vontade juridica do Estado: Lei e regulamento. Das differentes fórmãs de regulamento. Faculdade regulamentar, sua essencia e limites.

XIX

Da manifestação externa da vontade da administração publica: Actos administrativos e sua fórmula. Caracteres e obrigatoriedade desses actos.

XX

Relações entre a administração e os administrados; Relações das administrações com os administrados; distincção entre as condições destes de nacionaes e estrangeiros. Regulamentação administrativa dos direitos de cidadão. Registo civil e legislação eleitoral. Do estrangeiro e seus direitos; naturalização, extradicação e expulsão.

XXI

Regulamentação administrativa da liberdade individual, da liberdade de imprensa e do exercicio de actos religiosos.

XXII

Regulamentação administrativa dos direitos de reunião e de associação.

XXIII

Regulamentação administrativa do direito de propriedade: Das rescisões publicas. Da desapropriação por necessidade e utilidade publica, suas fórmulas e processo.

XXIV

Das funcções jurisdiccionaes de administração: Da justiça administrativa; jurisdicção graciosa e jurisdicção contenciosa. Do contencioso administrativo e sua evolução. Do contencioso administrativo no Brasil; systema actual e suas tendencias.

XXV

Dos conflictos de jurisdicção e de attribuição; competencia para o seu julgamento.

XXVI

Dominio publico e dominio privado do Estado.

XXVII

Administração da fazenda publica: Administração das rendas e despesas publicas. Privilegios e isenções fiscaes.

XXVIII

Des tribunaes de contas: Estudo comparativo dos systemas de fiscalização da fazenda publica. Tribunaes de contas e suas modalidades. O tribunal de contas no Brasil; competencia e attribuições.

XXIX

Das administrações municipaes e suas funções. Organização do Districto Federal e serviços que lhe competem.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Cathedratico,

(ass.) *Dr. Annibal Freire da Fonseca*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretario

5.ª CADEIRA

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

I

INTRODUÇÃO

1.º

A disciplina do Direito Internacional Privado. — Seu estudo no Brasil. — Bibliografia brasileira: Pi-

menta Bueno, Clovis Bevilacqua, Rodrigo Otavio, Gomes de Castro, Eduardo Espinola.

2.º

A Sociedade Internacional. — A sociabilidade internacional e a formação das normas jurídicas que a presidem.

3.º

A Codificação dos princípios do Direito Internacional Privado e a uniformização de certos preceitos do Direito Privado. Distinção que se impõe.

I — *A tarefa uniformizadora do Direito Privado :*

- A) — A ação do Governo Belga :
- a) Congresso de Direito Comercial de Antuerpia, de 1885;
 - b) Congresso de Direito Comercial de Bruxelas, de 1888;
 - c) Convenções de Bruxelas, de 1910, sobre o abalroamento e a assistência e salvação marítimas;
 - d) O "Comité Marítimo Internacional".

B) — Congresso Internacional do Direito Marítimo, Genova, 1892.

II — *A tarefa codificadora do Direito Internacional Privado* — Suas modalidades: individual e coletiva, de iniciativa particular e de iniciativa oficial.

Resumo cronológico do trabalho científico coletivo privado, visando a codificação do Direito Internacional Privado:

- a) "A Associação Internacional para o Progresso das Ciências Sociais" (*National Association for the Promotion of Social Science*) Londres, 1859;
- b) A Associação Internacional para a Reforma e Codificação do Direito das Gentes (*Association for*

- The Reform and Codification of the Law of Nations*, fundada em 1873; primeira reunião em Bruxelas, 1873; denominada a partir de 1894 — *International Law Association*);
- c) O "Instituto de Direito Internacional", fundado em 1873, realizou a sua primeira reunião em Gand, nesse mesmo ano;
- d) O Instituto Americano de Direito Internacional, instalado em Washington em janeiro de 1915.

4.º

A Codificação oficial do Direito Internacional Privado:

- a) As iniciativas italianas; a ação de Mancini;
- b) As iniciativas holandêsas: as Conferencias de Haia de 1893, 1894, 1904, 1905, 1925 e 1928.

Resultado das Conferencias de Haia:

I — Convenção relativa ao Processo Civil, assinada aos 17 de Julho de 1905.

II — Convenção para regular os conflitos de leis em materia de casamento, assinada em Haia aos 12 de Julho de 1902.

III — Convenção para regular os conflitos de leis e de jurisdições em materia de divorcio e de separação de corpos, assinada aos 12 de Junho de 1902.

IV — Convenção para regular a tutela dos menores, assinada em Haia aos 12 de Junho de 1902.

c) A contribuição americana:

I — *Congresso de Lima* (1877-1878).

II — *Congresso de Montevideo* (1888-1889).

III — *As Conferencias Panamericanas*:

1 — Primeira Conferencia Panamericana (Washington, 1889-1890. Criação da "União Internacional das Republicas Americanas").

2 — Segunda Conferencia Panamericana (Mexico,

1901-1902). Ao delegado do Brasil, Dr. José Higino Duarte Pereira, coube a primazia no movimento codificador do direito internacional, no seio das Conferências Panamericanas.

3 — Terceira Conferencia Panamericana (Rio de Janeiro, 1906). Criação da Comissão de Jurisconsultos.

4 — Quarta Conferencia Panamericana (Buenos Aires, 1910). No intervalo da 4.^a para a 5.^a Conferencia, em 1912, na cidade do Rio de Janeiro, a "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos" realizou a sua primeira reunião.

5 — Quinta Conferencia Panamericana (Santiago, 1923). A "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos, em 1927, no Rio de Janeiro, realizou a sua segunda e ultima reunião.

6 — Sexta Conferencia Panamericana (Havana, 16 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 1928). Aprovação do Código de Direito Internacional Privado (*Código Bustamante*).

Ligeiro exame da Convenção de Havana, de 20 de Fevereiro de 1928, que pôs em vigor o *Código Bustamante*:

Direito de reserva quanto á aceitação de um ou varios artigos do Código. Entrada em vigor. Ratificação. É uma Convenção aberta; forma da adesão por parte de outros Estados ou pessôas jurídicas internacionais. Reforma e denuncia.

II

DOCTRINA

5.º

Denominações e definições do Direito Internacional Privado. — Fixação do seu verdadeiro conceito. — Posição enciclopédica do Direito Internacional Privado. — Opiniões de Pillet e Jitta. — Relações com outros ramos jurídicos.

6.º

Fontes do Direito Internacional Privado:

- I — os costumes nacionais e internacionais;
- II — os tratados;
- III — as leis internas.

Caracter das normas do Direito Internacional Privado.

Aplicação das normas do Direito Internacional Privado.

7.º

Determinação do fundamento do Direito Internacional Privado.

Os post-glosadores, os estatuarios, os holandeses e os anglo-americanos.

A *comitas gentium*, a idéa de justiça, a comunidade jurídica do genero humano (Jitta).

8.º

Objeto do Direito Internacional Privado.

Discriminação de Pillet, Clovis e Machado Vilela:

- 1 — A condição jurídica dos estrangeiros;
- 2 — O conflito de leis;
- 3 — O exercicio em um país dos direitos adquiridos em outro.

9.º

O estudo da *nacionalidade*.

a) Preliminares: Nacionais e estrangeiros. — Importancia que para o Direito Internacional Privado tem a determinação da nacionalidade. — Nacionalidade originaria e nacionalidade adquirida. — Naturalização e suas modalidades. — A ausencia da nacionalidade (*Heimatlosat*) e a dupla nacionalidade.

b) Determinação da nacionalidade individual. — Os principios do *ius soli* e do *ius sanguinis*. Origem

dos dois sistemas e seus fundamentos. — Diferenças existentes entre as condições da Europa e da America quanto á nacionalidade

c) Disposições do *Código Bustamante* em materia de nacionalidade e naturalização. A determinação da nacionalidade de origem (art. 9). Conflitos em materia de nacionalidade de origem (art. 10). — *A lex fori* como subsidiaria (art. 11). — Aquisição individual da nacionalidade (art. 12). — Naturalização tacita e coletiva (art. 13). — Perda da nacionalidade (art. 14) — Reaquisição da nacionalidade (art. 15).

d) Nacionalidade das pessoas coletivas. Disposições do *Código Bustamante* (arts. 16 a 21).

10.º

Da nacionalidade brasileira :

a) Determinação da nacionalidade individual brasileira segundo as Constituições Federais de 1891 (art. 69) e de 1934 (art. 106).

— Brasileiros de origem nascidos fóra do Brasil.

b) A aquisição da nacionalidade brasileira pela naturalização (Decreto n.º 6.948, de 14 de Maio de 1908 e lei posterior n.º 2004, de 26 de Novembro do mesmo ano). — Processo de naturalização. — Direito dos estrangeiros naturalizados.

c) Perda da nacionalidade brasileira: Constituições de 1891 (art. 71, § 2) e de 1934 (art. 107).

A mulher brasileira que se casa com um estrangeiro perde a sua nacionalidade?

A nacionalidade das pessoas coletivas no Direito Brasileiro.

11.º

Direitos dos estrangeiros em geral:

a) O principio do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros e sua fórmula.

b) Sua formação através da Historia. A condição jurídica dos estrangeiros entre os povos antigos:

I — *Orientais* (Hindús, Egipcios, Chineses e Hebreus);

II — *Europeus* (Gregos, Romanos e Germanos).

c) A condição dos estrangeiros na Idade Média: o regimen feudal; os Francos; como o personalismo do direito bárbaro se transformou no rigoroso territorialismo feudal.

— O direito de *albinagio*; a cavagem; o *droit de formariage*.

Modificações da condição dos estrangeiros na França após a vitória da realeza. Direitos políticos e direitos privados. O *Jus detractus* (*droit de detraction*).

d) A condição dos estrangeiros nos tempos modernos; o movimento filosofico do seculo XVII; a Revolução Francesa. — Os decretos de 7 de Agosto de 1790 e de 8 de Abril de 1791, revogando o *droit d'aubain* e o *droit de detraction*. — A influencia da Revolução Francesa entre os outros povos.

12.º

Objetivação do principio do reconhecimento da personalidade juridica dos estrangeiros. — Seu caracter: principio geral e indeterminado. — Direitos geralmente concedidos hoje aos estrangeiros. — Exame da questão quanto aos:

- a) Direitos politicos;
- b) Direitos publicos ou individuais;
- c) Direitos privados.

—O Direito Internacional Operario.

Disposições do Codigo Bustamante: direitos civis (art. 1.º); restrições de ordem publica; as garantias individuais e a exceção dos direitos politicos (art. 2.º).

13.º

Condição juridica dos estrangeiros no Brasil. A tradição liberal do nosso direito. Constituição Imperial e Constituição Republicana de 1891. — As garantias in-

dividuais (Constituição de 1934, art. 113)). — Direito á educação (Constituição de 1934, art. 149).

— Os direitos privados (Codigo Civil de 1916, art. 3).

A navegação de cabotagem (Constituição de 1891, § unico do art. 13 e Constituição de 1934, art. 5, numero XIX, letra e).

As pessôas juridicas de direito publico e as de direito privado: reconhecimento e capacidade (Codigo Civil, art. 2.º da Introdução).

Os cargos publicos, civis ou militares (Const. de 1934, art. 113, n.º 15); lei n.º 4.247, de 5 de Janeiro de 1921).

14.º

Definição do conflito de leis. — Conflito entre leis de um mesmo país. Conflito de leis no tempo e conflito de leis no espaço.

— Os elementos de conexão das relações juridicas com as legislações nacionais.

A solução do problema do conflito de leis procurada na atribuição de um caracter pessoal ou territorial ás leis.

O principio que estabelece que as leis estrangeiras são validas, eficazes e applicaveis.

Como deve ser entendido este principio.

15.º

Historia das doutrinas que visam solvel o problema do conflito de leis.

A "*Teoria dos Estatutos*" e suas quatro escolas:

I — A *Escola Estatutaria Italiana*. — Ondè se originou; causas do seu aparecimento; duração de sua applicação. A obra de seus doutrinadores principais: Bartolo e Dumoulin.

II — A *Escola Francesa do seculo 16*. — A doutrina de D'Argentrè. A personalidade dos estatutos é excecional e se apoia em uma idéa de justiça.

III — A *Escola Holandesa*. — Quando e por que

surgiu. Seus elaboradores: Borgundio, Paulo e João Voécio. A personalidade dos estatutos decorre da *comitas gentium*.

IV — *Escola Francesa do seculo 18.* — Quando apareceu. — Suas idéas principais. — Escola de transição. — Seus principais representantes: Boullenois, Froland e Bouhier. — Critica geral da "*Teoria dos Estatutos*".

V — *A Teoria Neo-Estatutaria* de Vareilles Sommieres.

VI — *A Doutrina anglo-americana.* — E' profundamente impregnada das idéas estatutarias. — Em que consiste. Seu principio basico: a territorialidade das leis temperada pela *comitas gentium* quanto ao estado e á capacidade das pessoas. — Como se originou esta Escola. Critica.

16.º

Doutrinas científicas para a solução dos conflitos de leis.

- A comunidade de direito entre os povos.
- Razão da aplicação das leis estrangeiras.
- Teorias calcadas na comunidade de direito:

a) *Doutrina de Savigny.* Seus principios, eficacia e influencia.

b) *Doutrina Italiana Moderna.* Baseia-se na personalidade do direito, como regra geral, a qual comporta duas exceções — uma tirada da ordem publica e outra da autonomia da vontade.

c) *Doutrina de Pillet.* — Seus principios.

d) *Doutrina de Machado Villela.* Sua organização.

e) *Doutrina de Bustamante:* leis de ordem publica interna, leis de ordem publica internacional e leis de ordem privada.

17.º

Exame perfuntorio das principais regras de Direito Internacional Privado para a solução dos conflitos de leis consagradas pelo direito objetivo:

- a) No costume internacional;
- b) Nas leis internas:

- I — no Código Civil da Prússia de 1794;
- II — no Código Civil Francês;
- III — no Código Civil Italiano;
- IV — no Código Civil Argentino;
- V — na lei de Introdução ao Cod. Civil Alemão;
- VI — na Introdução ao nosso Código Civil.

- c) Nos Tratados Normativos:

- I — no Tratado de Lima;
- II — nos Tratados de Montevidéo;
- III — nas Convenções de Haia;
- IV — no *Código Bustamante*.

• 18.º

Das leis pessoais — Qual a lei pessoal. — Aplicação da lei pessoal. — Conflitos de leis pessoais. — Das leis pessoais no sistema do Código Civil Brasileiro. — Das leis pessoais (ou de ordem pública interna) no sistema do *Código Bustamante*.

19.º

Das leis territoriais. — Qual a lei territorial. — Apreciação da lei territorial. — Distinção entre as leis pessoais e as leis territoriais. — Das leis territoriais no sistema do Código Civil Brasileiro. — Das leis territoriais (ou de ordem pública internacional) no sistema do *Código Bustamante*.

20.º

Das leis escolhidas pela vontade das partes. — Quais são. — O principio da autonomia da vontade no Direito Internacional Privado. — Exame da questão no sistema do Código Civil Brasileiro. — A mesma hipótese no Código Bustamante: leis de ordem privada.

21.º

Questões complementares:

I — Conflitos de qualificação;

II — Conflitos entre as leis que determinam a competência normal das leis em geral, também chamados conflitos de segundo grau: conflitos positivos e conflitos negativos (*teoria do retorno* ou *da devolução*).

III — Conflitos no tempo entre leis que devem resolver os conflitos de leis no espaço.

IV — O desvio da aplicação da lei normalmente competente por um processo fraudulento.

V — Conflitos de leis e conflitos de jurisdições.

22.º

Das leis de ordem publica internacional. — Como conceitua-las. — Leis de ordem publica interna e leis de ordem publica internacional. Das leis de ordem publica internacional no sistema do *Código Bustamante* (Vide ponto 19, deste programa, no fim).

23.º

Do reconhecimento dos direitos adquiridos em país estrangeiro. — O principio basico para este reconhecimento; seu caracter proprio, limites e condições de aplicação. — Prescrições do *Código Bustamante*: Os direitos adquiridos sob a égide das normas do Código terão plena eficácia em todos os Estados contratantes, salvo ofensa á ordem publica internacional (art. 8). —

Hipótese do casamento com a violação de certos impedimentos (art. 40).

24.º

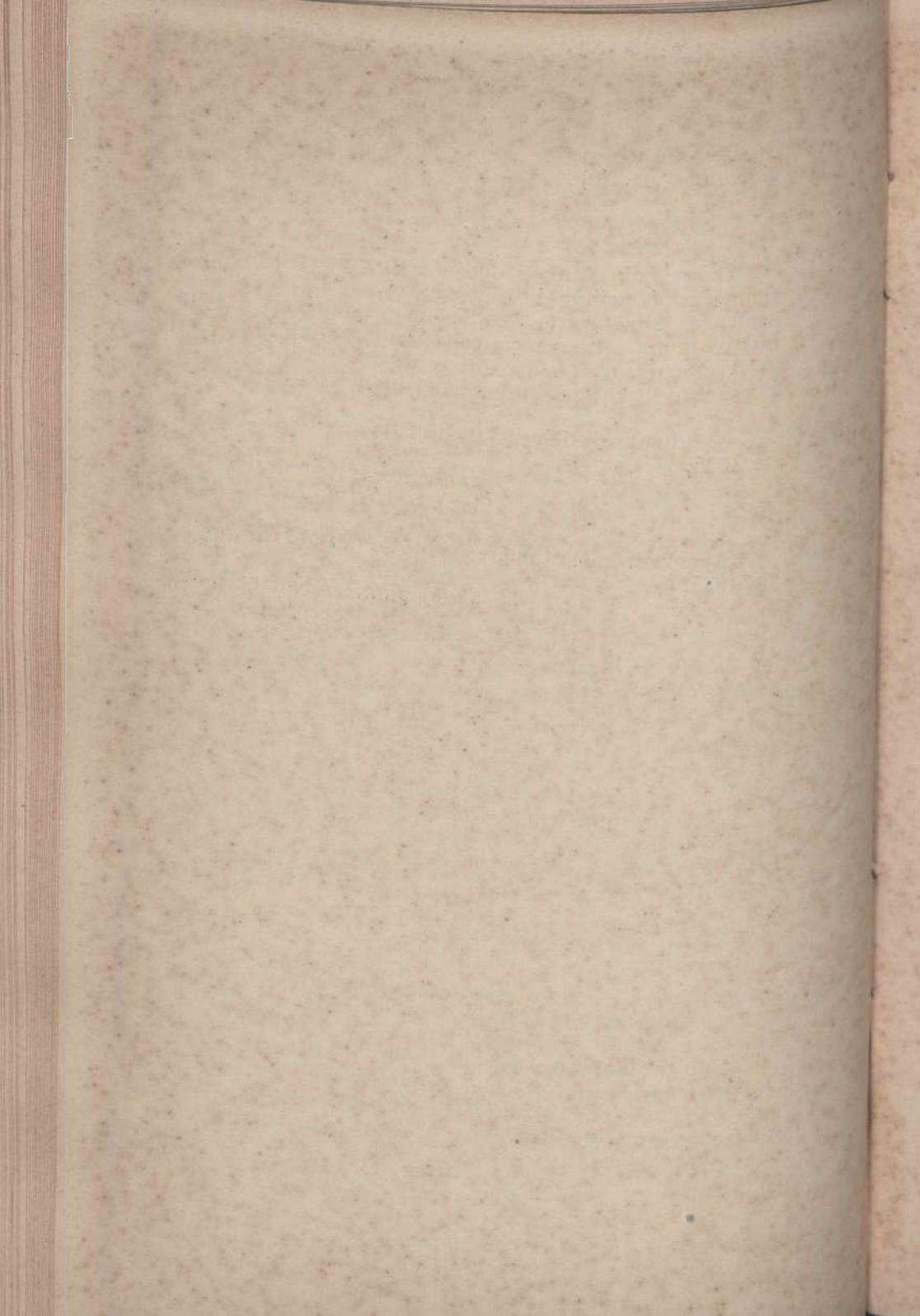
Do reconhecimento dos direitos assegurados em sentenças de tribunais estrangeiros. — Execução das sentenças estrangeiras. — Sistemas doutrinários e legislativos quanto á execução das sentenças estrangeiras. — A execução das sentenças estrangeiras no Brasil. — Força executiva dos títulos emitidos no estrangeiro.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1935.

O Professor Catedrático
(ass.) *Dr. Sérgio Lorêto Filho*

Aprovado em Congregação de 20 de Fevereiro de 1935.

(ass.) *Jaime Regueira Costa*
Secretário



Curso de Doutorado

Programas

Lista de alunos

PRIMEIRO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO ROMANO

Prof. Dr. Joaquim Guedes C. Gondim Neto

(Quartas e sextas-feiras, ás 8 horas)

1.º — Fontes das obrigações. Dos contractos e seus requisitos.

Prova e interpretação dos contractos.

2.º — O consentimento. Proposta e acceitação. Momento de formação do vinculo obrigacional nos contractos entre ausentes. Theorias.

3.º — Dos vicios do consentimento: erro, dolo. Da fraude e da simulação.

O in fraudem legis agere.

4.º — Das nullidades. Nullidade de pleno direito e rescisão. Nullidade absoluta e relativa. Critica da doutrina dos actos inexistentes. Ratificação e Conversão.

5.º — Especies e classificação dos contractos no direito romano e moderno.

6.º — Da representação nos actos juridicos. Doutrina romana e moderna da representação. Theorias a respeito. O Codigo Civil allemão e o brasileiro.

7.º — Dos contractos em favor de terceiro. Direito romano e moderno. Theorias sobre o direito do beneficiario. Efeitos dos contractos em favor de terceiro.

8.º — Elementos accidentaes dos contractos. Noção e especies de condições. Seus effectos. Admissibilidade de condições. Termo e *modus*.

9.º — Dos actos illicitos. Dolo e culpa, especies e graus de culpa. *Culpa in contrahendo*.

10.º — Do damno e suas especies. O damno moral. Riscos, caso fortuito e força maior. A obrigação de idemnizar. Nexo causal. O damno no Código Civil brasileiro.

11.º — Das outras fontes de obrigações. A doutrina do quasi contracto e do quasi delicto. A vontade unilateral. Responsabilidade sem culpa.

Recife, 12 de Janeiro de 1935.

(a) *Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Neto*

2.ª CADEIRA

DIREITO PUBLICO

(Theoria geral do Estado e partes especiaes)

Prof. Dr. Odilon Nestor de Barros Ribeiro

(Quartas e sextas-feiras, ás 15 horas)

1.º — O direito publico. As divisões do direito publico. O direito publico e o direito privado.

2.º — O Estado. Origem e evolução historica da concepção do Estado.

3.º — Os elementos essenciaes do Estado. População, territorio, distincção entre governantes e governados.

4.º — A soberania. Criticas das principaes doutrinas da soberania.

5.º — Teoria da separação dos poderes.

6.º — Theoria das constituições escriptas.

7.º — A protecção da liberdade individual.

8.º — A liberdade religiosa e o regimen dos cultos.

9.º — O regimen das associações.

10.º — A liberdade e o regimen geral da imprensa.

11.º — O regimen das reuniões.

12.º — A liberdade do trabalho, do commercio e da industria.

13.º — As obrigações positivas do Estado.

14.º — Evolução do direito publico moderno. A concepção solidarista do direito: o syndicalismo, o communismo, o fascismo.

12 de Janeiro de 1935.

(a) *Dr. Odilon Nestor de Barros Ribeiro*

3.ª CADEIRA

ECONOMIA E LEGISLAÇÃO SOCIAL

Prof. Dr. Alfredo Alves da Silva Freyre

(Terças e quintas-feiras, ás 9 horas)

1.º — Economia simples: sua theoria, seus processos, seus limites.

2.º — Economia social. Theoria da Sociedade economica. A sociedade considerada na sua estrutura e nos seus processos puramente economicos.

3.º — Economia do Estado: suas relações com a economia simples e com a social.

4.º — Economia mundial: suas relações com a economia nacional.

5.º — Fundamentos geraes da economia social e motivos para as differenças nacionaes de economia: clima, condições geologicas, situação geographica, concentração, densidade e distribuição de população.

6.º — Condições de desenvolvimento da vida economica. Technica de exploração. A terra. O trabalho. O capital. A concentração de produção.

7.º — Valor: sua distribuição. Lucro. Interesse. Salario.

8.º — Valor e troca. Moeda. Credito. Transporte.

9.º — O capitalismo como methodo geral. Como methodo especializado de economia occidental.

10.º — O socialismo. Theoria e typos.

11.º — O Estado e a vida economica. Legislação social.

Recife, 12 de Janeiro de 1935.

O Professor,

(a) *Dr. Alfredo A. da Silva Freyre*

SEGUNDO ANO

1.ª CADEIRA

HISTORIA DO DIREITO NACIONAL

Professor Dr. Gervasio Fioravante Pires Ferreira

(Quartas e sextas-feiras, ás 10 horas)

PARTE PRELIMINAR

1 — Noticia geral dos Direitos grego, semita, romano, feudal, germanico e canônico.

2 — Caracteristicos diferenciais entre êles, notadamente entre os Direitos romano, germanico e canônico.

3 — Evolução histórica do Direito português sob a influência das diversas raças conquistadoras da Ibéria. As tres grandes codificações portuguezas até a independencia do Brasil.

PARTE ESPECIAL

4 — Evolução histórica do Direito Constitucional Brasileiro. A idéa federativa, germens — Constituições da Monarquia. Ato Adicional de 1834 e Lei de interpretação. Constituições republicanas. Estudo histórico e comparativo.

5 — Evolução histórica do Direito Penal Brasileiro. — Leis, codigos e projetos. Filiação histórica, comparação com os projetos anteriores e os posteriores ao Código vigente.

6 — Evolução do Processo Criminal Brasileiro. Ainda o método de filiação histórica e comparação. O *habeas-corpus*, o júri e o resarcimento do dano.

7 — Evolução do Direito Civil Brasileiro. Leis, projetos e Código.

8 — Evolução do Direito Comercial Brasileiro e de seu processo.

9 — Evolução do Direito Administrativo Nacional nas diversas fases de sua historia politico-administrativa.

10 — Vista geral da Legislação financeira e da Legislação social no Brasil. O elemento servil e a organização do trabalho livre.

Recife, 12 de Janeiro de 1935.

(a) *Dr Gervasio Fioravanti Pires Ferreira*

Observação — As rubricas gerais deste programa não dispensam o estudo particular das leis que tiveram marcada influência na evolução do nosso Direito. Isto será assunto para destacar no decorrer das aulas do Curso, como especialização de teses para defesa em provas dos candidatos ao grau de Doutor — (Vid. Arts. 35 e 36 do Dec. 19.852, de 11-4-931). — *Gervasio Fioravanti*.

2.ª CADEIRA

SCIENCIA DAS FINANÇAS

Prof. Dr. Joaquim I. de Almeida Amazonas

(Quartas e sextas-feiras, ás 9 horas)

1.1º — Os phenomenos economico e financeiro na historia e na actualidade. A Sciencia das Finanças: seu conceito, classificação e historia. Suas relações com a Economia Politica e outras sciencias.

2.º — As finanças publicas em correlação com a evolução historica das funcções do Estado.

3.º — Recursos financeiros do Estado:

- a) historia;
- b) rendas do dominio privado do Estado;
- c) explorações industriaes do Estado;
- d) impostos e taxas: differenciação.

4.º — Theoria geral do imposto: a) conceito do imposto; b) fundamentos politico, economico e juridico do imposto; c) fins fiscaes, economicos e sociaes do imposto; d) faculdade de imposição do imposto: principios fundamentaes. Limitação a esta faculdade.

5.º — Classificação dos impostos: impostos directos e indirectos.

6.º — Distribuição dos impostos:

- a) o principio fundamental da igualdade e os meios de realizal-a;
- b) o imposto proporcional e o progressivo.

7.º — O imposto sobre o capital:

- a) mobiliario;
- b) immobiliario.

8.º — O imposto sobre a renda: cedular e global.

9.º — O imposto de consumo.

10.º — Theoria geral da moeda: Padrão monetario. Monometalismo e bimetalismo.

Circulação fiduciaria. Moeda-Papel. Papel-Moeda. — Inflação e deflação monetarias. Consequencias e remedios.

11.º — O systema tributario brasileiro e a respectiva legislação, relativamente:

- a) ao imposto territorial;
- b) aos impostos sobre a transmissão da propriedade;
- c) aos impostos de consumo;
- d) ao imposto sobre a renda;
- e) aos impostos aduaneiros e respectivas tarifas de valores.

12.º — Theoria geral do Orçamento: elaboração e technica do orçamento.

Receitas e despezas publicas. O controle destas pelo Tribunal de Contas.

Recife, 12 de Janeiro de 1935.

(a) *Dr. Joaquim I. de Almeida Amazonas*

3.ª CADEIRA

PHILOSOPHIA DO DIREITO

Prof. Dr. Antonio V. de Andrade Bezerra

(Terças e quintas-feiras, ás 8 horas)

PARTE GERAL

1.º — Philosophia do direito, suas relações com a philosophia geral e com as diversas sciencias. Methodo philosophico-juridico,

2.º — As correntes contemporaneas da philosophia do direito.

3.º — A theoria do conhecimento e o conceito do direito.

4.º — Formação historica do direito positivo.

5.º — A justiça e as exigencias racionaes do direito.

6.º — Processos de elaboração scientifica e technica do direito.

7.º — As fontes formaes do direito. A interpretação juridica.

8.º — Direito positivo e direito natural. Relação entre a moral e o direito.

9.º — O valor do direito positivo. O problema das leis injustas.

10.º — Fundamento da imposição coactiva. A ordem juridica.

PARTE ESPECIAL

Desenvolvimento historico e conceito philosophico das principaes instituições sociaes:

11.º — A propriedade.

12.º — O contracto.

13.º — A familia.

14.º — A corporação profissional.

15.º — A sociedade civil e a politica.

16.º — A sociedade internacional.

Recife, 12 de Janeiro de 1935.

(a) *Andrade Bezerra*

CURSO DE DOUTORADO

Lista dos alunos matriculados em 1935

1.º ANO

- 1 — Bacharel Georges Latache Pimentel
- 2 — Bacharel Luiz Cerquinho Nunes
- 3 — Bacharel Agripino Ferreira da Nóbrega

2.º ANO

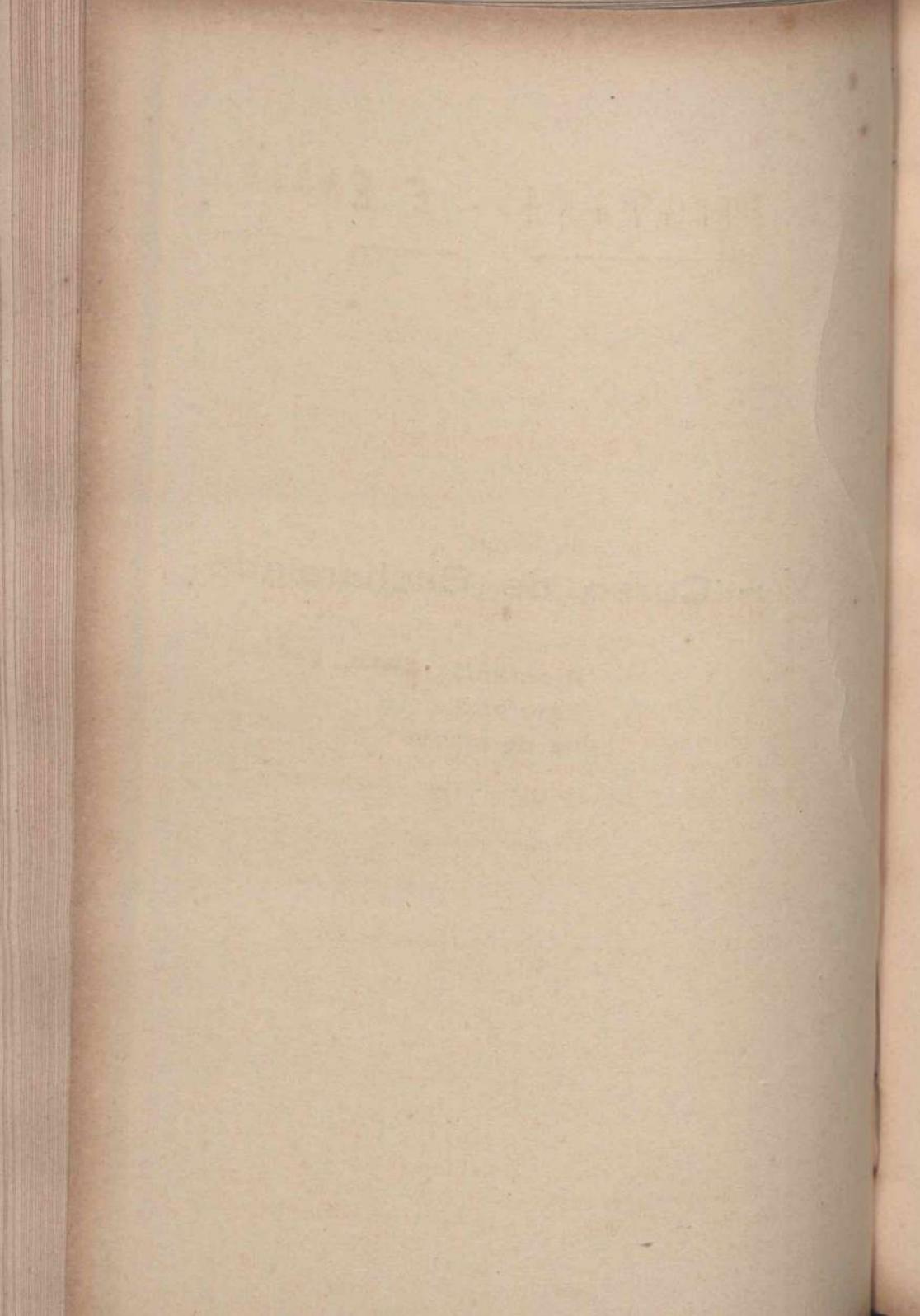
- 1 — Bacharel Leovigildo Samuel da Silva Costa Júnior
- 2 — Bacharel Mario Neves Batista
- 3 — Bacharel Adauto Maia
- 4 — Bacharel Evaldo Bezerra Coutinho

PROGRAMAS DE ENSINO

1936

V - Curso de Bacharelado

Programas para 1936 -
Horario
Lista de alunos



PRIMEIRO ANO



1.ª CADEIRA

INTRODUÇÃO A' SCIENCIA DO DIREITO

AULAS DIARIAS

Aula inicial — Explicação do objeto da cadeira. Sua importância. Indicação de obras gerais. Orientação a seguir para a maior eficiência do estudo. Exigências regulamentares. Cooperação no estudo.

Primeira Parte

I

1 — Teoria do conhecimento. Sua aplicação ao direito

II

2 — Metodo em geral. Metodologia juridica.

III

3 — Ciencia. Classificação das ciencias.

4 — A sociologia e o direito na classificação das ciencias.

5 — A sociedade como condição necessaria á formação do direito. Conceito de sociedade. Noção das principais teorias sobre a origem e justificação da vida em sociedade.

V

- 6 — O Estado. A sociedade e o Estado. Conceito de Estado.
- 7 — Elementos constitutivos do Estado.
- 8 — Fins do Estado.

VI

- 9 — Regras de conduta social: religiosas, economicas, morais e juridicas.
- 10 — Caracteres gerais das regras juridicas.

VII

- 11 — O direito como fato social humano.
- 12 — Etiologia juridica.
- 13 — Conceito do direito.
- 14 — Concepção individualista, socialista e transpersonalista do direito. Teoria da Instituição.

VIII

- 15 — O direito e o Estado. Problema da anterioridade do direito ou do Estado. Teoria do Estado de direito.

IX

- 16 — O direito e a Economia. Como se deve compreender a influencia dos fatos economicos no desenvolvimento do direito.

X

- 17 — O direito e a moral. Distinção. Influencia reciproca. Concepções teoricas sobre as relações entre o direito e a moral.

XI

- 18 — O direito, a justiça e a equidade.
- 19 — Teleologia juridica.

XII

- 20 — O direito, ciencia e arte.
- 21 — Técnica juridica.

XIII

- 22 — Formação histórica e desenvolvimento do direito.
- 23 — Evolução, progresso e história do direito. A evolução jurídica quanto á personalidade, á família, á propriedade, ao contrato, á sucessão e ao direito penal.
- 24 — Leis e fatores da evolução jurídica.
- 25 — Concepção spengleriana sobre a evolução jurídica. Influência do direito romano na evolução jurídica.

Segunda Parte

XIV

- 26 — Morfologia jurídica. Direito objetivo e subjetivo. Distinção. Importância. Outras denominações. Questão da prioridade entre o direito subjetivo e objetivo.

XV

- 27 — Direito subjetivo. Conceito. Elementos componentes do direito subjetivo.

XVI

- 28 — Sujeito de direito. Conceito. Sujeito ativo e passivo. Direito sem sujeito.
- 29 — Pessoa natural. Noção histórica de pessoa. Personalidade e capacidade.
- 30 — Começo e fim da personalidade. Incapacidade absoluta e relativa.

XVII

- 31 — Pessoa jurídica. Conceito. Outras denominações.
- 32 — Ligeira notícia das principais teorias sobre a natureza das pessoas jurídicas.
- 33 — A realidade no conceito das pessoas jurídicas. Elementos característicos.
- 34 — Classificação das pessoas jurídicas. Começo e fim da sua personalidade. Capacidade.

XVIII

- 35 — Objeto de direito. Pessoa. Bens ou cousas. Conceito de patri-
- 36 — Classificação dos bens ou cousas. Bem de familia.

XIX

- 37 — Relação jurídica. Conceito. Direitos absolutos e relativos.
- 38 — Fontes do direito subjetivo. Fatos jurídicos. Aquisição, mo-
dificação e extinção dos direitos.
- 39 — Atos jurídicos. Classificação. Defeitos e modalidades dos atos
jurídicos.
- 40 — Atos ilícitos. Seus elementos integrantes. Exceções.

XX

- 41 — Proteção-coação. Garantias contra a violação dos direitos e
para a reparação dos direitos violados. Ação judiciaria. Exe-
cução sobre as pessoas e sobre os bens. Penas.

XXI

- 42 — Direito objetivo. Direito positivo. Seu conceito.
- 43 — Direito natural. Sua compreensão na antiguidade, na idade
media e nos tempos modernos. Renascimento do direito na-
tural.
- 44 — Novas concepções teoricas sobre o problema do direito natural.

XXII

- 45 — Divisão do direito positivo em publico e privado. Distinção.
Diversos criterios propostos. Subdivisões.
- 46 — Relação entre o direito publico e privado, de acordo com a
concepção individualista, supra-individualista e transpersona-
lista, do direito.
- 47 — Novas, concepções teoricas sobre a divisão do direito positi-
vo. Unidade do direito. Primado do direito internacional. Ma-
nutenção da bipartição do direito positivo.

XXIII

- 48 — Ligeira noticia de cada ramo do direito positivo : a) Direito
civil.

- 49 — b) Direito commercial.
- 50 — c) Direito industrial.
- 51 — d) Direito internacional privado.
- 52 — e) Direito internacional publico.
- 53 — f) Direito constitucional.
- 54 — g) Direito administrativo.
- 55 — h) Direito penal.
- 56 — i) Direito judiciario civil e penal.

XXIV

- 57 — Fontes do direito positivo. Conceito e discriminação.
- 58 — A jurisprudencia e os principios gerais de direito.

XXV

- 59 — Lei. Acepções da palavra lei. Conceito. Caractères distintos. Classificação.
- 60 — Elaboração das leis. Codificação.
- 61 — Hierarquia das leis. Constituição. A inconstitucionalidade das leis. Leis ordinarias federais, estadoais e municipais. Decreto. Regulamento.

XXVI

- 62 — Obrigatoriedade das leis. Fundamento juridico, sociologico e filosofico dessa obrigatoriedade.
- 63 — Inicio e fim da obrigatoriedade das leis. Revogação.
- 64 — Limites da obrigatoriedade das leis no tempo. Irretroatividade. Direitos adquiridos.
- 65 — Limites da obrigatoriedade das leis no espaço. Extensão do conceito juridico de territorio.

XXVII

- 66 — Costumes. Habito, uso e costume. Importancia primitiva e actual dos costumes. Fundamento juridico de sua obrigatoriedade. Requisitos necessarios para essa obrigatoriedade.
- 67 — Eficacia dos costumes em face das leis. Costumes *secundum legem, præter legem e contra legem*.

XXVIII

- 68 — Interpretação. Hermeneutica. Conceito. Desenvolvimento histórico.
- 69 — Noção das principais teorias sobre interpretação.
- 70 — Sistema tradicional. Escola de exegese.
- 71 — Sistema historico-evolutivo. Escola de direito livre.
- 72 — Compreensão atual da interpretação. Especies de interpretação. Unidade fundamental do instituto.
- 73 — A interpretação quanto á sua origem, quanto aos seus elementos e quanto aos seus efeitos. Analogia.
- 74 — Dever do interprete. Regras de interpretação.
- 75 — Interpretação dos atos juridicos.

XXIX

- 76 — Universalização e socialização do direito.

Terceira Parte

XXX

- 77 — Historia do direito. Primeiras manifestações do direito. O direito nas chamadas raças inferiores. Na Oceania e na Africa.
- 78 — O direito na China, no Perú e no Mexico.
- 79 — O direito no Egito, na India e na Persia.
- 80 — O direito entre os hebreus e os arabes.

XXXI

- 81 — O direito na Grecia.
- 82 — O direito em Roma.

XXXII

- 83 -- Os celtas e os eslavos. Invasão dos barbaros. O direito germanico.
- 84 — O feudalismo. A igreja. O direito canonico.
- 85 — As universidades. A Revolução Francêsa. As legislações modernas.

XXXIII

- 86 — O direito português.

XXXIV

- 87 — O direito brasileiro, até a independência do Brasil.
88 — O direito brasileiro do imperio.
80 — O direito brasileiro da República.

XXXV

- 90 — As novas diretrizes do direito brasileiro.

Aula de encerramento — Vista retrospectiva. Observações para os novos estudos de direito.

NOTA — Terminada a explicação de um ponto, será fornecido ao aluno um esquema da matéria explicada, com indicação de livros para as suas investigações.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1936

O Professor Catedrático
(a) Dr. José Joaquim de Almeida.

PRIMEIRO ANO

2.ª CADEIRA

ECONOMIA POLITICA

I

Influencia da vida social sobre o ser humano.

II

Agrupamentos tendo por fim a satisfação das necessidades humanas.

III

A sciencia economica : nome, definição, divisão e caracteres.
Leis Economicas.

IV

O problema economico : as necessidades humanas. Principal tendencia economica. O Quadro social. Contingencias economicas.

V

O methodo : — methodo inductivo e deductivo. Estatisticas.
Pesquizas. Monographias.

VI

Produção de riqueza. A terra e os agentes naturaes. As maquinas.

VII

O trabalho. Fontes e divisões do trabalho.

VIII

As formas da produção nas diversas sociedades humanas.

IX

O capital. Definição, classificação. Productividade. Utilidade social da Capitalização. Genese do capital. Condições da capitalização.

X

O Capitalismo. Relação entre o capital e o trabalho.

XI

A grande empresa e a Concentração. O facto de concentração : vantagens, condição e limites da concentração.

XII

Concentração das empresas e das fortunas. Theoria marxista da concentração.

XIII

Industria : Definições e organizações.

XIV

Função do Estado na produção. Organização das empresas de Estado. Nacionalização.

XV

Adaptação da produção do consumo. As crises.

XVI

Quadro social da Producção. Regimen da livre concorrência.
A associação. O papel do Estado.

XVII

Propriedade. Sua evolução. Diferentes formas de propriedade.
A grande e a pequena propriedade.

XVIII

Influencia das transformações economicas sobre as constituições, os costumes e as idéas.

XIX

Socialismo. Collectivismo. Historia e critica.

XX

O direito de propriedade privada.

XXI

Valor.

XXII

Preço.

XXIII

Contracto do trabalho. Contracto colectivo do trabalho.

XXIV

Salario Minimo.

XXV

Seguros sociaes.

XXVI

Associações operarias. Sindicatos.

XXVII

Principios da legislação do trabalho.

XXVIII

Remuneração do empregario.

XXIX

Remuneração do proprietario de capitães.

XXX

Remuneração do proprietario fundiario.

XXXI

Troca e transportes. — Noções geraes. Vias de comunicação e transportes. O escambo e a moeda.

XXXII

Moeda metallica. Escambo dos metaes. Valor real e valor nominal. Lei de Gresham.

XXXIII

Estabelecimento dum systema monetario. Papel moeda. Inflação e deflação. Estabilização e sancamento monetario.

XXXIV

Sucedaneos da moeda. Letra de cambio, bilhete á ordem, cheque. Camaras de compensação — bilhete de banco.

XXXV

Credito: Noção e Fundamento de credito. Importancia das operações de credito.

XXXVI

Bancos. Operações a que se entregam os Bancos. Bancos de emissão.

XXXVII

Outros organs de credito. Credito fundiario; credito movel, credito agricola e credito urbano. Caixas Raiffeisen. Cooperativas Schulze-Delitzsch.

XXXVIII

Credito publico. Empréstimo e dividas publicas. Titulos de credito.

XXXIX

Commercio. Operações commerciaes. Mercados e feiras. Bolsas.

XL

Commercio internacional. Balança de Commercio e balança de contas. Cambio.

XLI

Politica commercial. Protecção. Livre Cambio. Tratados de commercio.

XLII

Consumo. Definição. Conservação. Economia. Poupança. Luxo.

XLIII

Consumo e população. — Theoria de Malthus. Emigração e Colonização.

XLIV

Imposto. Natureza e fundamento do imposto.

XLV

Regras geraes. Justiça no imposto. Classificação dos impostos.

XLVI

Multiplicidade dos impostos.

XLVII

Esboço historico das doutrinas economicas. Antes do seculo
18. Os physiocratas. Adom Smith.

XLVIII

Economistas inglezas, belgas e francezes.

XLIX

Escola allemão.

L

Os socialistas. Os catholicos. O movimento social catholico.

Recife, 14 de janeiro de 1936.

Dr. Alfredo Freyre,
Professor cathedratico.

PRIMEIRO ANO

3.^a CADEIRA

DIREITO ROMANO

- 1.º — Definição do direito romano, suas divisões, importancia e utilidade de seu estudo. — Da historia externa do direito romano e dos periodos em que se divide. Influencia do christianismo.
- 2.º — Das fontes do direito romano.
- 3.º — Da sciencia juridica dos romanos. Indicação de seus juriscultos mais notaveis. Proculeianos e Sabinianos. Do ensino do direito.
- 4.º — Legislação justiniana. Modo de citar o "Corpus Juris". Li-geira noção das interpolações.
- 5.º — O direito romano depois de Justiniano, no Oriente e no Ocidente. Os Glosadores e Commentadores ou Bartolistas. Re-nascimento do estudo do direito romano.
- 6.º — Do direito no sentido objectivo. Distincção das normas ju-ridicas das restantes normas sociaes. Das differentes espe-cies de leis.
- 7.º — Do direito no sentido subjectivo. Especies e qualidades dos direitos subjectivos.

- 8.º — Da applicação das leis. Da interpretação e suas especies.
- 9.º — Os novos métodos de interpretação. A actividade pretoriana e a escola do direito livre.
- 10.º — Da personalidade em geral. Requisitos e extincção da personalidade physica.
- 11.º — Da capacidade. Do estado e das qualidades juridicamente relevantes das pessoas physicas.
- 12.º — Da *capitis deminutio*. Do domicilio.
- 13.º — Do poder dominical. Direitos do senhor. Situação juridica dos escravos. Modos de aquisição e extincção do *dominium potestas*. Do colonato e do *mancipium*.
- 14.º — Noção e theorias sobre as pessoas juridicas; sua classificação.
- 15.º — Da constituição, capacidade e extincção das pessoas juridicas.
- 16.º — Noção da familia romana e das relações de parentesco.
- 17.º — Do matrimonio. Os *esponsalia*. Especies de casamento em Roma. Instituições affins.
- 18.º — Requisitos e effeitos do casamento. Direitos e deveres dos conjuges. Dissolução do matrimonio. Do *divortium* e do *repudium*.
- 19.º — Da *manus* e suas especies. Modos de constituição da *manus* estabelecida *matrimonii causa*, seus effeitos e causas de sua extincção.
- 20.º — Do dote e suas especies. Modos de constituição. Direito dos conjuges sobre os bens dotaes.
- 21.º — Da restituição do dote. Da *donatio propter nuptias*. Dos bens paraphrenaes. Das doações entre esposos.
- 22.º — Da *patria potestas*. Poderes do pae quanto á pessoa e aos bens do filho. Da aquisição e da extincção do patrio poder.

- 23.º — Da filiação legitima e da illegitima.
- 24.º — Noção, especie e efeitos da legitimação.
- 25.º — Noção, especies e efeitos da adopção.
- 26.º — Da tutela e suas especies. Da capacidade para ser tutor e das excusas.
- 27.º — A Administração da tutela : *negotiorum gestio e auctoritalis interposita*. Poderes e responsabilidades dos tutores. Da pluralidade de tutores.
- 28.º — Da tutela das mulheres. Da protutella. Causas de extinção da tutela. A *in integrum restitutio*.
- 29.º — Noção e especies da curatella. Poderes e responsabilidade dos curadores. Começo e fim da curatella.
- 30.º — Das cousas e suas divisões. O patrimonio.
- 31.º — A posse no direito romano, sua natureza e requisitos. O *animus possidendi* e o *corpus possessionis* : theorias principaes.
- 32.º — Posse e detenção. As diferentes especies de posse. Composse. Da posse de direito e de estado.
- 33.º — Da aquisição, conservação e perda da posse. Dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé.
- 34.º — Fundamentos da protecção possessoria e origem dos interdictos. Os interdictos possessorios, sua duplicidade e suas especies. Do chamado effeito recuperatorio dos *interdicta retinendae possessionis*.
- 35.º — Noção do direito de propriedade. Historia da propriedade romana. O *dominium ex jure quiritium* e a propriedade bonitaria.
- 36.º — Da communhão e do condominio. Limitações do direito de propriedade. Da defesa do dominio.

- 37.º — Da aquisição originaria e derivada da propriedade. *Modus* e *titulus adquirendi*. Da tradição, seus requisitos e seus efeitos.
- 38.º — Noção e historia da prescrição acquisitiva no direito romano. Requisitos do uso-capião : *res habilis, possessio, fides, titulus e tempus*. Dos efeitos do usocapião.
- 39.º — Da occupação, da accessio, do *thesaurus*, da especificação e da confusão.
- 40.º — Noção do direito de emphyteuse, seu objecto e sua duração. Direitos e deveres do emphyteuta e do proprietario. Modos de constituição, transmissão e extincção da emphyteuse.
- 41.º — Noção do direito de superficie. Direitos e deveres do superficiario e do proprietario. Modos de constituição e extincção do direito de superficie.
- 42.º — Noção e requisito das servidões prediaes.
- 43.º — As varias especies de servidões.
- 44.º — Dos direitos e deveres dos proprietarios dos predios dominante e serviente. Da indivisibilidade e da inalienabilidade das servidões prediaes. Tutella do direito de servidão.
- 45.º — Noção e especies de usufructo. Do objecto do usufructo. Quasi-usufructo. Direitos e deveres do usufructuario. Da constituição, duração e extincção do usufructo.
- 46.º — Do *usus*, da *habitatio* e do trabalho de escravos e animaes (*operae servorum vel animalum*).
- 47.º — Dos direitos reaes de garantia. A *fiducia*, o *pignus* e a *hypotheca*. Condições da hypotheca.
- 48.º — Da hypotheca voluntaria, legal e judiciaria. Diferenças dos direitos pignoraticios quanto ao seu objecto.
- 49.º — Dos efeitos da hypotheca. Dos direitos e da preferenciados credores hypothecarios. Da antichrese. Da subrogação hypothecaria. Da extincção da hypotheca.
- 50.º — Das obrigações e suas especies.

- 51.º — Fontes das obrigações. Noção e especies de contracto. Do quasi-contracto.
- 52.º — Dos actos illicitos. Dolo e culpa.
- 53.º — Da successão hereditaria. Da capacidade para succeder. Da indignidade e da desherdação. A *hereditas* e a *bonorum possessio*. Diferenças e conciliação de ambas.
- 54.º — Da successão legitima no antigo e no novo direito romano. Dos herdeiros necessarios. Das collações.
- 55.º — Da successão testamentaria. O testamento e suas es especies. Da capacidade de testar. — Da abertura, prova e execução dos testamentos. Da invalidade e da revogação. Dos codicillos.
- 56.º — Da instituição de herdeiros. Das substituições.
- 57.º — Da aquisição da herança. Aceitação e recusa da *hereditas* e da *bonorum possessio*. Dos beneficios de inventario e de separação de patrimonios.
- 58.º — Noção e historia dos legados e fideicommissos; suas condições. — Da aquisição, invalidade e revogação dos legados.
- 59.º — Ligeiras noções sobre o processo e a organização judiclaria dos romanos.
- 60.º — Das acções e suas divisões.

Faculdade de Direito do Recife, 7—2—1936.

O Professor Cathedratico de Direito Civil, no exercicio interino da cadeira,

Dr. Gondim Neto.

Aprovado em congregação de 16 de janeiro de 1936.

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 16 de janeiro de 1936.

(a) Jayme Regueira Costa,
Secretario.

SEGUNDO ANO

—
1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(PARTE GERAL E PARTE GERAL DAS OBRIGAÇÕES)

I

1 — Do Direito em geral. Sua distinção de moral. 2 — Principaes divisões do direito. 3 — Do direito civil e sua classificação.

II

4 — Fontes do direito civil. O costume, a lei e a jurisprudencia. O codigo civil. 5 — Lei e suas especies. Elaboração das leis. Prazo de obligatoriedade. Revogação. 6 — Limites da lei no tempo. Retroactividade das leis. 7 — Interpretação e applicação das leis.

III

8 — Limites da lei no espaço. Principios de direito internacional privado no codigo civil.

IV

9 — Conceito e natureza do direito privado no sentido subjectivo. Objecto, conteúdo e extensão da efficacia do direito privado. 10 — Sujeito do direito. Pessoas naturaes. 11 — Inicio da persona-

lidade. Capacidade. Registro civil e domicilio. 12 — Fim da personalidade. Dos commorientes.

V

13 — Pessoas juridicas. Theorias a respeito. 14 — Classificação das pessoas juridicas. 15 — Das sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extincção. 16 — Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extincção. 17 — Registro Civil e domicilio.

VI

18 — Objecto do direito. Causas corporeas e incorporeas. 19 — Causas moveis e immoveis. 20 — Causas fungiveis e não fungiveis. 21 — Causas consumiveis e não consumiveis. 22 — Causa divisiveis e indivisiveis. 23 — Causas singulares e collectivas. O patrimonio e a herança. 24 — Causas principaes e accessorias. 25 — Bens publicos e particulares. 26 — Das causas que estão fóra do commercio. 27 — Do bem de familia.

VII

28 — Exercicio, concurrencia e collisão dos direitos. Defesa do direito.

VIII

29 — Factos juridicos em geral. 30 — Actos juridicos. Seus requisitos. 31 — Defeitos dos actos juridicos, erro, dolo, coacção, simulação e fraude de credores. 32 — Modalidades dos actos juridicos : condição, encargo e termo. 33 — Da forma dos actos juridicos e sua prova. 34 — Nullidade e annullabilidade dos actos juridicos.

IX

35 — Actos illicitos. Dólo e culpa.

X

36 — Prescripção. 37 — Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescripção. 38 — Prazos em que se opera a prescripção.

X I

39 — Conceito romano e moderno da obrigação. 40 — Elementos da obrigação. 41 — Causas geradoras das obrigações. Da declaração unilateral da vontade.

X II

42 — Obrigação civil e naturaes.

X III

43 — Obrigações conjunctas, genericas, alternativas e facultativas.

X IV

44 — Obrigações positivas de dar.

X V

45 — Obrigações positivas de fazer negativas de não fazer.

X VI

46 — Obrigações divisiveis e indivisiveis.

X VII

47 — Obrigações solidarias. Theorias a respeito. 48 — Solidariiedade activa e passiva. Causas e effeitos da solidariiedade.

X VIII

49 — Obrigações puras, condicionaes, a termo e com clausula penal. Obrigações principaes e accessorias, liquidas e illiquidas.

X IX

50 — Modos pelos quaes se extinguem as obrigações. Pagamento. Pessoas que podem pagar e receber. 51 — Objecto, logar, tempo e prova do pagamento.

XX

- 52 — Mora. Pagamento indevido. Pagamento por consignação.
53 — Pagamento com subrogação. Imputação de pagamento. Dação em pagamento.

XXI

- 54 — Historia e conceito da novação. 55 — Suas especies, requisitos e efeitos.

XXII

- 56 — Historia e conceito da compensação. 57 — Suas especies, requisitos e efeitos.

XXIII

- 58 — Transação. Seus requisitos e efeitos. Compromisso.

XXIV

- 59 — Confusão e remissão de dividas.

XXV

- 60 — Inexecução das obrigações. Perdas e danos.

XXVI

- 61 — Cessão de creditos. Sua historia, requisitos e efeitos.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de janeiro de 1936.

O docente livre no exercicio da cadeira

(a) *Dr. José Soriano de Souza Neto*

SEGUNDO ANO

—
2.ª CADEIRA

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

- 1 — Noção do direito criminal. Qual a denominação que deve ser preferida : se a de direito criminal, se a de direito penal.
- 2 — Se o direito criminal é um ramo de direito publico.
- 3 — Noticia das theorias das diversas escolas a respeito do fundamento do direito de punir. As theorias absolutas, relativas e mixtas. A pena como uma necessidade de legitima defeza social.
- 4 — Relações do direito criminal com a anthropologia criminal, com a estatistica criminal, com a medicina legal, com o direito internacional, com a economia politica, o direito administrativo, a historia e outras sciencias.
- 5 — Principaes periodos da evolução historica do direito criminal.
- 6 — As tres escolas penaes. Antecedentes da escola classica. Beccaria. Principaes postulados da escola classica de direito criminal.
- 7 — A escola positiva italiana ou nova escola penal. Lombroso, Ferri e Garofalo. Papel de cada um destes scientistas na nova es-

- cola penal. Postulados desta escola, em contraposição aos da escola classica.
- 8 — Desaccordo entre os adeptos das novas theorias juridico-penaes. A terceira escola ou escola critico-naturalista. Principaes pontos de divergencia entre a escola positiva e a critico-naturalista.
 - 9 — O conceito do crime segundo os juristas. Conceito scientifico do crime.
 - 10 — A theoria do delicto natural — de Garofalo. O crime como acto contrario aos sentimentos moraes fundamentaes do homem civilisado : os sentimentos altruistas de piedade e probidade.
 - 11 — Critica e objecções e theorias de Garofalo.
 - 12 — Outras definições do crime sob o ponto de vista scientifico. A definição de Berenini e de E. Ferri. Razões pelas quaes esta definição deve ser preferida á de Garofalo.
 - 13 — Factores do crime. As diversas cathogorias desses factores : factores cosmicos, economicos e anthropologico e sociaes.
 - 14 — Importancia preponderante dos factores sociaes na genese da criminalidade, segundo a escola critico-naturalista.
 - 15 — Theoria da escola positiva a respeito. Dos substitutivos penaes.
 - 16 — O typo anthropologico do criminoso nato. Estygmas que caracterisam o criminoso nato, segundo os anthropologos criminalistas. Classificação desses estygmas.
 - 17 — Objecções apresentadas pelos classicos e pelos criticos á theoria lombrosiana do criminoso nato.
 - 18 — O typo social, o typo profissional, o typo mimico emotivo penitenciario.
 - 19 — Argumentos da escola positiva em sustentação do typo anthropologico do criminoso nato.
 - 20 — As mais notaveis theorias dos criminologistas a respeito da genese da criminalidade. O crime como phenomeno de normalidade biologica e de normalidade social.

- 21 — A theoria do crime como phenomeno de atavismo organico expendida por Lombroso. O crime como phenomeno de atavismo psychico, de loucura, de epilepsia, de neurasthenia, como phenomeno puramente social, etc.
- 22 — Classificação scientifica dos delinquentes. Classificação propostas anteriormente á escola positiva.
- 23 — A classificação feita por Ferri em cinco cathogorias: delinquentes alienados, delinquentes natos, delinquentes por habito adquirido, delinquentes de occasião e delinquentes por paixão.
- 24 — Outras classificações. Importancia pratica de uma classificação scientifica de criminosos.
- 25 — O crime como infracção da ordem juridica; seus elementos. O sujeito activo, o sujeito passivo, o objecto do crime. As pessôas juridicas.
- 26 — Distincção dos factos puniveis. Crimes, delictos e contravenções. Critica dessa classificação. Qual a classificação adoptada pelo legislador brasileiro.
- 27 — Outras distincções. Crimes publicos e particulares, crimes politicos e communs, crimes militares, crimes permanentes e instantaneos, simples e habituaes de acção e de inacção, completo, connexos e continuados, materiaes e formaes, flagrantes e não flagrantes, dolosos, culposos e casuaes.
- 28 — Importancia pratica destas distincções.
- 29 — Interpretação da lei penal. Regras de interpretação peculiares ao direito criminal.
- 30 — Efeitos da lei penal quanto ao tempo. Irretroactividade da lei penal: excepções a esta regra.
- 31 — Efeitos da lei penal quanto ao espaço; os systemas da personalidade, da territorialidade, da ultra-territorialidade e o systema mixto. Systema da legislação brasileira.
- 32 — O conceito juridico de territorio. Extradicação.

- 33 — Efeitos da lei penal quanto á condição das pessoas. O chefe do Estado, os representantes do povo, os agentes diplomaticos, os militares.
- 34 — Da tentativa. Tentativa, crime falho e crime consummado. Elementos da tentativa, resolução criminosa, actos preparatorios, actos de execução.
- 35 — Razões da punibilidade da tentativa. Se a tentativa deve ser punida com a mesma pena do crime consummado. O arrependimento na tentativa.
- 36 — A corrente subjectivista e a corrente objectivista. A tentativa no direito penal brasileiro.
- 37 — Autoria e suas diversas especies. Concurso necessario e concurso facultativo.
- 38 — O mandato. Anomalias do mandato.
- 39 — Cumplicidade e suas diversas especies. Cumplicidade posterior ao delicto, o asylo e a receptação. A cumplicidade no direito penal brasileiro.
- 41 — Responsabilidade criminal. O livre arbitrio e a responsabilidade moral.
- 42 — A negação do livre arbitrio e a responsabilidade criminal. A responsabilidade social, segundo a escola positiva.
- 43 — O dolo e suas diversas especies.
- 44 — A culpa e as suas diversas especies. Punibilidade dos delictos culposos. Os crimes culposos na legislação brasileira.
- 45 — Causas dirimentes da criminalidade. A idade. A questão do discernimento. As medidas puramente educativas para os delinquentes menores
- 46 — A alteração das faculdades mentaes.
- 47 — A embriaguez. Theorias mais importantes a respeito da punibilidade dos crimes commettidos em estado de embriaguez.

Embriaguez e alcoolismo. A embriaguez no direito penal brasileiro.

- 48 — O somnambulismo, a hypnose e a 'sugestão criminosa. As escolas de Nancy e da Salpêtrière.
- 49 — A surdo-mudez.
- 50 — Causas justificativas do crime. A coacção, o caso fortuito.
- 51 — A autorisação da lei; a ordem da autoridade legitima.
- 52 — Legitima defeza. Theoria classica e theoria positiva.
- 53 — Requisitos da legitima defeza, segundo o direito penal brasileiro.
- 54 — Estado de necessidade. Distincção entre o estado de necessidade e a legitima defeza. Requisitos do estado de necessidade, segundo o direito penal brasileiro.
- 55 — Ignorancia. Erro de facto e erro de direito; suas diversas especies.
- 56 — O consentimento do offendido. Condições de sua validade. Participação no suicidio.
- 57 — Circumstancia aggravantes. Distincção entre circumstancias aggravantes. As circumstancias elementares do crime.
- 58 — Condições de communicabilidades das circumstancias aggravantes. As circumstancias aggravantes no direito criminal brasileiro.
- 59 — Appreciação das circumstancias aggravantes, da premeditação e da reincidencia.
- 60 — Circumstancias attenuantes. Historico. Enumeração das circumstancias attenuantes. Systemas do codigo penal brasileiro.
- 61 — A Pena, seus requisitos e funções. Enumeração das penas — segundo o codigo penal brasileiro.
- 62 — Concurso de crimes e de penas. Systema da accumulção material : systema da absorpção da pena menor pela pena maior; systema da exasperação da pena ou da accumulção juridica.

O código penal brasileiro. Limite máximo estabelecido pelo código penal para as penas restrictivas da liberdade.

63 — Acção pública e acção privada. Quaes os delictos de acção privada segundo o nosso código penal.

64 — Modos de extincção da acção penal e da condemnação. A morte do condemnado e o principio da personalidade das penas. A graça. A amnistia. A reabilitação do condemnado.

65 — Prescripção penal. Theorias a respeito.

Faculdade de Direito do Recife, 8 de Janeiro de 1936.

O Professor Cathedratico

(a) *Dr. Octavio H. Tavares Barrêlto*

SEGUNDO ANO

3.ª CADEIRA

DIREITO PUBLICO E CONSTITUCIONAL

I

INTRODUÇÃO

1.º

Conceito de sociedade humana. Normas reguladoras da convivência social. O Direito. Direito publico e privado. Direito Constitucional.

2.º

A ciencia do Direito Constitucional. Definição. Distinção de outras ciencias. Ciencias auxiliares.

3.º

Conceito absoluto, relativo, ideal e positivo de Constituição. Origem e legitimidade de uma Constituição.

4.º

O Direito Constitucional Brasileiro. Origens e fontes.

5.º

A Constituição, seus princípios fundamentais. Reforma e defesa da Constituição.

6.º

A supremacia da Constituição. Limites.

II

PRIMEIRA PARTE

Noções Gerais

7.º

As relações da teoria geral do Estado com o Direito Constitucional.

8.º

Conceito de Estado. Seus aspectos fundamentais. Estado como Instituição, Ordenamento e Pessoa Jurídica.

9.º

Poder do Estado. Fundamento e extensão.

10.º

A noção de soberania. Sua evolução.

11.º

Governo, seu conceito. Fórmulas de governo. Monarquia e República.

12.º

A democracia, conceitos fundamentais.

13.º

O regimen representativo. Democracia representativa. A democracia inglesa, a francesa e a suíça.

14.º

A teoria da separação dos poderes. Historia e sistemas. Funções do Estado.

15.º

O sistema parlamentar. O sistema francês e inglês.

16.º

O sistema presidencial. O sistema americano do norte e o argentino.

17.º

Estado unitario e federal. Confederação. Federação na America do Norte (Estados Unidos), Argentina, Suíça e Alemanha.

18.º

Estado de direito e ditadura. Estado fascista e soviético.

III

SEGUNDA PARTE

Estructura do Estado Brasileiro

19.º

A Nação Brasileira. Povo e territorio do Estado. Federação e democracia.

20.º

Nacionalidade. A nacionalidade brasileira. Perda e requisição da nacionalidade brasileira.

21.º

Os direitos politicos, gozo, suspensão e perda do direito de cidadania.

22.º

A opinião publica. Politica e administração. Os partidos politicos no sistema do direito politico brasileiro.

23.º

As associações sindicais. Conceito, constituição e atividade. A ação do Estado.

24.º

A União, sua organização.

25.º

A União e os Estados. O sistema de relações juridicas.

26.º

A União e os Estados. A separação de funções e competencias. Competencias privativas e comuns.

27.º

Instituições e serviços federais. Instituições e serviços estaduais.

28.º

Intervenção federal.

29.º

Do sufragio. A organização do corpo eleitoral e das eleições. A representação professional ou de interesses.

30.º

Os órgãos da soberania nacional. A função legislativa. Organização e funcionamento da Camara de Deputados.

31.º

Atribuições ao Poder Legislativo.

32.º

Das resoluções.

33.º

Da elaboração do orçamento.

34.º

Da situação jurídica dos deputados. Seus direitos e deveres.

35.º

A função executiva. Natureza e organização do poder executivo.

36.º

O presidente da Republica. Condições de investidura. Competencia e responsabilidade.

37.º

Os ministros de Estado. Atribuições. Responsabilidade.

38.º

Relações entre o Poder Executivo e o Legislativo.

39.º

A função judicial. Organização e competencia do Poder Judiciario.

40.º

A Côrte Suprema. Competencia. Investidura e responsabilidade.

41.º

Os juizes e tribunais federais.

42.º

A Justiça Eleitoral. Organização e funcionamento.

43.º

A Justiça Militar. Organização e jurisdição.

44.º

A coordenação dos poderes. O Senado Federal. Composição e atribuições do Senado.

45.º

Orgãos de cooperação nas atividades governamentais : a) o Ministério Público; b) o Tribunal de Contas; c) os Conselhos Técnicos.

46.º

Organização dos Estados. O Estado e sua Constituição. A Justiça dos Estados.

47.º

Os Municípios. Autonomia e competencia.

48.º

O Distrito Federal. Acre.

49.º

Limitação ás competencias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

50.º

Dominio da União e dos Estados.

51.º

Os simbolos estaduais, a proteção da Republica e a Segurança Nacional.

52.º

O Direito dos funcionarios da União e dos Estados.

53.º

A ordem economica e social.

54.º

O Estado e os problemas de educação e cultura.

55.º

A União, os Estados e o Direito Internacional.

VI

TERCEIRA PARTE

Dos Direitos e Garantias Individuais

56.º

A declaração dos direitos do homem. Dos direitos e garantias individuais.

57.º

Liberdade. Liberdade de fato e jurídica. Liberdade politica e civil.

58.º

Direitos politicos de liberdade. Igualdade. Liberdade pessoal. Propriedade.

59.º

Liberdade de pensamento e imprensa.

60.º

Liberdade de consciencia e de culto.

61.º

Direito de reunião e de associação.

62.º

Direito de petição e de representação.

63.º

A Anistia. Natureza e efeitos.

64.º

Garantias da liberdade. Suspensão das garantias constitucionais.

65.º

O estado de sitio.

V

QUARTA PARTE

Fundamentos Historicos do Estado Brasileiro

66.º

Historia constitucional brasileira. O Imperio. A Constituição de 25 de Março de 1924. O Ato Adicional.

67.º

A Republica. A Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.

68.º

A Republica (2.ª fase). O Decreto de instituição do Governo Provisorio de 11 de Novembro de 1930. O Codigo dos Interventores. O ante-projeto constitucional.

69.º

A Constituição de 16 de julho de 1934. As Constituições dos Estados. Constituição do Estado de Pernambuco.

VI

CONCLUSÃO

70.º

O direito publico universal e o Direito Constitucional brasileiro.
Faculdade de Direito do Recife, 15 de Janeiro de 1936.

O Livre Docente, no exercicio da cadeira
(ass.) *Dr. Luis Sebastião Guedes Alcoforado*

Aprovado em congregação de 16 de janeiro de 1936.
Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 16 de janeiro de 1936.

(a.) *Jayme Regueira Costa,*
Secretario.

SEGUNDO ANO

4.^a CADEIRA

SCIENCIAS DAS FINANÇAS

I

O Estado e a Economia financeira.

II

Objecto, definição, limites, caracteres, fontes, divisão e importância da sciencia das finanças.

III

Despezas publicas. Caracteres : juridico, politico e economico das despezas publicas.

IV

Classificação das despezas publicas. Differentes grupos.

V

Necessidades financeiras. O serviço do Estado. Os Tratamentos (Ordenados, Salarios, etc.).

VI

As necessidades financeiras ou as despezas destinadas a cobrir os gastos de percepção das receitas do Estado.

VII

Necessidades financeiras ocasionadas pela direcção central suprema estabelecida pela Constituição.

VIII

Necessidades financeira ocasionadas pela execução do fim do direito e do poder. Justiça — Policia — Negocios Estrangeiros.

IX

Necessidades financeiras ocasionadas em particular pelos negocios militares (Exercito e Marinha).

X

Necessidades financeiras ocasionadas pela realização do fim de cultura e de prosperidade.

XI

Receita Publica — Classificação das receitas publicas.

XII

Rendimentos do dominio publico.

XIII

Rendas das explorações industriaes.

XIV

Receitas provenientes das taxas propriamente ditas.

XV

Orçamento. Definição. Direito Orçamentario na Inglaterra e nos Estados Unidos.

XVI

Direito Orçamentario na França.

XVII

Direito Orçamentario no Brasil.

XVIII

Preparação do Orçamento. Epoca de preparação do orçamento.
Anno financeiro.

XIX

Principios essenciaes da lei orçamentaria. Universalidade e es-
pecialização.

XX

Modos de avaliação das receitas e das despesas.

XXI

Orçamento ordinario.

XXII

Orçamento extraordinario.

XXIII

Das taxas. Natureza e Systemas.

XXIV

Evolução do imposto, suas causas e as condições em que se pro-
duzem.

XXV

Do imposto : Requisitos necessarios.

XXVI

O imposto como medida fiscal.

XXVII

O imposto como phenomeno economico.

XXVIII

O imposto como postulado de Justiça Social.

XXIX

Systema de imposto. O problema de um systema de imposto racional.

XXX

O imposto unico.

XXXI

Imposto uniforme de capitação.

XXXII

Imposto em natureza.

XXXIII

Imposto sobre o luxo.

XXXIV

Impostos socialistas.

XXXV

Imposto sobre a renda global.

XXXVI

Imposto sobre diversas rendas consideradas distinctamente.

XXXVII

Imposto com tarifas differenciaes segundo a origem da renda.

XXXVIII

Imposto sobre o capital e impostos mixtos sobre o capital e a
renda.

XXXIX

Impostos sobre as successões.

XL

Grandes monopolios fiscaes.

XLI

Impostos directos e indirectos.

XLII

Impostos de repartições e de quota.

XLIII

Impostos sobre valores mobiliarios e sobre os valores fundiarios.

XLIV

Impostos sobre a propriedade e sobre os objectos de consumo.

XLV

Incidencia do imposto.

XLVI

Impostos sobre os objectos de consumo qualificados como super-
fluos e de utilidade relativa.

XLVII

Impostos sobre os objectos de primeira necessidade.

XLVIII

O imposto nos Estados federaes e uniões analogas de Estados.

XLIX

Distribuição de competencia em materia de imposto na vigencia da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891.

L

Distribuição de competencia em materia de imposto no regimen da Constituição de 16 de Julho de 1934.

LI

Actualidade do quadro tributario do Brasil.

LII

Coordenação de finanças na Federação Brasileira. Compensação financeira.

LIV

Modalidade do credito publico. Seu influxo nas gestões financeiras. Sua evolução.

LV

Principaes especies de dividas publicas modernas. Dividas do Estado.

LVI

Dividas consolidadas. Empréstimos. Amortização.

LVII

Administração das dividas do Estado, sob o ponto de vista da technica financeira.

LVIII

Papel moeda do Estado.

LIX

Execução do orçamento. Fiscalização : pelo Congresso, pela Administração; pelo Tribunal de Contas.

LX

Creditos additionaes.

LXI

Creditos especiaes de duração limitada e de duração indefinida.

Recife, março de 1936.

(a) DR. ALFREDO FREYRE

Aprovado em sessão do Conselho Technico de 30/3/1936.

(a) *Jayme Regueira Costa*
Secretario

TERCEIRO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(PARTE ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES)

1.º

Dos contractos, em geral, e suas divisões.

2.º

Requisitos dos contractos.

3.º

Celebração dos contractos. Pactos adjectos.

4.º

Estipulações em favor de terceiros.

5.º

Da compra e venda e da troca.

6.º

Clausulas especiaes á compra e venda : retro-venda, venda a contento, preemção ou preferencia, pacto do melhor comprador e pacto commissorio. Da reserva de dominio.

7.º

Da doação.

8.º

Da locação e da empreitada.

9.º

Do empréstimo. Commodato e mutuo.

10.º

Do deposito.

11.º

Do mandato e da gestão de negocios.

12.º

Da edição e da representação dramatica.

13.º

Da sociedade e da parceria.

14.º

Da constituição de renda e do contracto de seguro. Do jogo e da aposta.

15.º

Da fiança.

16.º

Dos titulos ao portador e da promessa de recompensa.

17.º

Das obrigações por actos illicitos e da respectiva liquidação.

Do concurso de credores.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1936.

O professor cathedratico
(a) *Dr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho*

TERCEIRO ANO

—
2.ª CADEIRA

DIREITO PENAL

(THEORIA DOS CRIMES CONSIDERADOS EM ESPECIE

(Art. 29 § 1.º do Dec. 19.852)

1

Theoria do crime politico.

2

Crimes contra a existencia politica da Republica : dos crimes
contra a independencia.

3

Dos crimes contra a integridade da Patria.

5

Da violação de tratados.

6

Da pirataria.

7

Dos crimes contra o livre exercicio dos poderes politicos; crimes contra a Const. da Republica.

8

Crimes contra a fórma de seu governo.

9

Crimes contra a segurança interna da Republica : da conspiração.

10

Da sedição.

11

Do ajuntamento illicito.

12

Dos crimes contra a tranquillidade publica : do incendio.

13

Do exercicio illegal da medicina.

14

Dos crimes contra o livre gozo e exercicio dos direitos individuais : os que se referem á liberdade dos cultos religiosos.

15

Crimes contra a liberdade do trabalho.

16

Crimes contra a inviolabilidade do domicilio.

17

Dos chamados delictos eleitoraes.

18

Dos crimes contra a bôa ordem e administração publica : prevaricação.

19

Falta de exacção.

20

Peita ou suborno.

21

Concuissão.

22

Peculato.

23

Excesso de autoridade, usurpação de funcções publicas e irregularidade de comportamento.

24

Crimes contra a fé publica : da moeda falsa.

25

Das falsidades em documentos e papeis publicos.

26

Falsidade em papeis particulares.

27

Testemunhos, queixas e denuncias falsos.

28

Crimes contra a fazenda publica. Do contrabando.

Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias.
Da violencia carnal e suas formas; especialmente do attentado ao pudor.

30

Corrupção de menores.

31

Do defloramento.

32

Do estupro.

33

Do rapto.

34

Do lenocínio.

35

Do adulterio.

36

Do ultraje publico ao pudor.

37

Dos crimes contra a segurança do estado civil, especialmente da polygamia.

38

Do parto supposto.

39

Da subtração, occultação e abandono de menores.

40

Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida; homicídio.

41

Infanticídio.

42

Suicídio.

43

Abôrto.

44

Lesões corporaes. Do art. 303 e 304.

45

Lesões corporaes do art. 303 e 304.

46

Do duello.

47

Dos crimes contra a honra e a bôa fama. Da calúnia.

48

Da injúria.

49

Crimes contra a propriedade publica e particular. Do damno, e da fallencia.

50

Do furto.

	51
Do estellionato.	
	52
Do abuso de confiança.	
	53
Da violação dos direitos de propriedade litteraria e artistica.	
	54
Dos crimes contra a pessoa e propriedade. Roubo	
	55
Da Extorsão.	
	56
Theoria das contravenções. Legislação comparada.	
	57
Das contravenções em especie. Contravenções relativas à profanação dos tumulos e cemiterios.	
	58
Estudo critico dos capitulos 2.º, 3.º e 4.º do Titulo das Contravenções.	
	59
Idem dos capitulos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º das Contravenções.	
	60
Idem dos capitulos 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º e 14.º.	

TERCEIRO ANO

—
3.ª CADEIRA

DIREITO COMMERCIAL

PARTE GERAL

1.º

Origens do commercio: seu desenvolvimento historico. Conceito e divisões do commercio. Institutos auxiliares do commercio.

2.º

O Direito Commercial, sua formação, conceito e caracteres.

3.º

Unificação do Direito privado, ou a fusão do Direito Civil e do Commercial em um só ramo de direito.

4.º

Fontes do Direito Commercial. Relações do Direito Commercial com outras sciencias. Conteúdo do Direito Commercial.

5.º

Theoria geral dos actos de commercio. Noções juridica e economica.

6.º

Actos de commercio objectivos e subjectivos. Actos de commercio unilateraes ou mixtos. A theoria dos actos de commercio por connexão. Os actos de commercio em direito brasileiro.

AS PESSOAS

7.º

O commerciante : capacidade e incapacidade para commerciar. A mulher casada; os menores; os interdictos. Os prohibidos de commerciar.

8.º

Deveres do commerciante. Firma e registro da mesma. Livros do commerciante : sua escripturação e força probante.

9.º

As pessoas auxiliares do commercio : representação e mandato. Mandato geral e mandato especial.

10.º

As pessoas auxiliares do commercio : o gerente; os representantes geraes de firmas ou emprezas estrangeiras; os commissarios, consignatarios e agentes; os guarda-livros; os caixeiros.

11.º

Locação de serviços do pessoal auxiliar; contracto de preposição. Obrigações do patrão e do pessoal. Legislação trabalhista.

12.º

Os medeadores commerciaes : correctores e leiloeiros.

13.º

As pessoas juridicas; as sociedades em geral e seu desenvolvimento. Noção e especies de sociedade. Elementos fundamentaes do contracto da sociedade.

14.º

As sociedades de facto.

15.º

Sociedades de pessoas : caracteres propios. As sociedades em nome colectivo.

16.º

As sociedades em comandita simples. Sociedade de capital e industria e em conta de participação.

17.º

As sociedades por quotas e capital limitado. Noção e evolução. Direito comparado.

18.º

As sociedades de capital : a) anonymas. Noção, origem e historia.

19.º

As sociedades anonymas : sua constituição. Systemas. Formas e especies. Formação do capital das ditas sociedades : acções e suas especies. Administração e fiscalização.

20.º

As sociedades de capital : b) as comanditas por acções. Constituição. Formação do capital. Administração e fiscalização.

21.º

Sociedade de capital variavel : a) as cooperativas, b) as mutualidades.

22.º

Fusão e incorporação de sociedades.

23.º

Dissolução das sociedades commerciaes : liquidação do activo e sua distribuição.

AS COISAS

24.º

Generalidades sobre as coisas em Direito Commercial.

25.º

O estabelecimento commercial : os emblemas; o credito, a freguezia.

26.º

Transferencia de estabelecimento commercial : o que nella se comprehende. Proibição de se estabelecer novamente. A concorrência desleal.

27.º

Mercadorias : qualidade e quantidade. Valor de Troca. Circulação. As marcas de fabrica e de commercio.

28.º

O dinheiro e o credito : generalidades. Creditos confirmados. Creditos contra documentos

29.º

Titulos de credito : nominativos e a ordem. Emissão e circulação. Constituição de direitos reaes sobre os mesmos. Vencimentos e pagamento. Renovação e annullação.

30.º

Titulos de credito : theoria geral dos titulos ao portador. Debentures.

31.º

A cambial e seu conceito : historia da cambial. Caracteres da obrigação cambial.

32.º

Especies de cambial : a) a letra de cambio e seus requisitos. Direito comparado.

33.º

Saque, acceitação e aval da letra de cambio. Transferencia da propriedade da letra de cambio; endosso, suas especies e effectos.

34.º

Do vencimento e do pagamento da letra de cambio. Protesto por falta de acceitação ou de pagamento da letra. Direito de regresso. Da acção cambial e suas formalidades.

35.º

Especies de cambial : b) a nota promissoria, seu conceito e requisitos. Semelhanças e differenças em relação á letra do cambio.

36.º

Da cambial com firmas de incapazes e com firmas falsas ou falsificadas. Emissão, endosso e aval de cambiaes por mandatario.

37.º

Do cheque, sua historia e importancia. Requisitos do cheque. Cheque crusado.

38.º

Cheque circular : seu apparecimento, regulamentação e funcções.

39.º

O trabalho industrial e sua protecção : desenhos e modelos.

40.º

Do nome commercial e do direito ao seu uso. Transmissão e perda do nome commercial.

OBRIGAÇÕES E CONTRACTOS

41.º

Conceito das obrigações, em geral : as obrigações commerciaes e suas fontes.

42.º

Theoria geral dos contractos : capacidade e incapacidade na materia.

43.º

Conclusão dos contractos, entre presentes : proposta e acceptação. Formas dos contractos commerciaes e sua prova. Vícios de consentimento.

44.º

Possibilidade da conclusão do contracto por correspondencia : historia da questão. Momento da formação do contracto por correspondencia : a theoria da informação.

45.º

Momento de formação dos contractos por correspondencia : a theoria da agnição e suas sub-theorias.

46.º

Momento da formação do contracto por correspondencia, as theorias de Windscheid e Bluhme e de Koepen.

47.º

Conclusão do contracto por correspondencia : interesse das controversias sob o ponto de vista do Direito Internacional Privado.

48.º

A vontade unilateral como fonte geradora de obrigações.

49.º

Os contractos em especie : a) a compra e venda mercantil. As facturas ou contas assignadas e sua regulamentação especial.

50.º

Os contractos em especie : b) os contractos de bolsa : 1) o contrato de riporto.

51.º

2) Os contractos a termo. A venda de cousas futuras. 3) Os contractos differenciaes.

52.º

Os contractos em especie : c) os de abertura de credito e de conta corrente.

53.º

Os contractos em especie : d) os de garantia : 1) de penhor; 2) de fiança.

54.º

Os contractos em especie : e) o de deposito. Deposito regular e irregular. Deposito de dinheiro em bancos.

55.º

Deposito em armazens geraes. Os armazens geraes, suas funcções e vantagens. Systemas diversos de seustabelecimento, Warrants.

56.º

Os contractos em especie : f) o de seguros, sua origem e historia. Elementos e forma do contracto.

57.º

Especies de seguros. Seguros sobre a vida e contra os damnos.

58.º

Os contractos em especie : g) o de transporte, especialmente o ferroviario, tanto de pessoas como de mercadorias.

59.º

Os contractos em especie : h) os contractos de subministração de serviços publicos.

60.º

Da prescripção em Direito Commercial. Da prescripção geral e da especial.

F. D. do Recife, 7 de Janeiro de 1936.

Professor cathedratico
(a) *Dr. Joaquim I. de A. Amazonas*

TERCEIRO ANO

4.ª CADEIRA

DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO

1.º

Origem e fundamento do Direito internacional. — O monismo juridico. — As doutrinas. — O sujeito de direito em direito internacional. — Direito internacional publico e Direito internacional privado.

2.º

Sociedades internacionaes : interestataes; superestataes; extrastataes. — O controle de legalidade e as sancções do Direito internacional. — A responsabilidade.

3.º

O Estado : seus elementos constitutivos. — Theoria da soberania limitada : critica. — Independencia juridica. — Caracteristicas historico-politicas.

4.º

Estabelecimento da competencia estatal. — O reconhecimento. — Reconhecimento "de jure" e "de facto". — A entrada na Sociedade das Nações e o reconhecimento.

5.º

Occupações de territorios. — Annexações totaes ou parciaes; seus effeitos. — Substituições temporarias de competencia. — Servidões internacionaes.

6.º

A capacidade juridica internacional. — Neutralidade permanente. — Protectorados. — Os mandatos.

7.º

O federalismo e suas formas. — As uniões administrativas. — Uniões pessoaes; uniões reaes. — Confederações de Estados. — O Estado federal.

8.º

As sociedades religiosas. — Evolução da Igreja catholica. — A Igreja e o Direito Internacional. Doutrina classica. — A lei das garantias. — Os accordos de Latrão : o tratado; a Concordia. — O Estado Vaticano.

9.º

O territorio do Estado. — Ampliação do territorio do Estado. — As aguas jurisdiccionaes. — Os navios de guerra e mercantes. — As aeronaves.

10.º

A representação internacional. — Os agentes diplomaticos. — Os consules.

11.º

As relações juridicas internacionaes. — Os tratados. — Celebração, ratificação, effeitos e fim dos tratados.

12.º

A protecção internacional das minorias. — A protecção internacional dos direitos do homem. — Os direitos dos estrangeiros.

13.º

O direito preventivo da guerra. — Mediação. Arbitragem internacional. Justiça internacional.

14.º

A Sociedade das Nações. Origem e fins. — Natureza jurídica. O Pacto e sua revisão. — Organização. A Assembléa. O Conselho. O Secretariado. Os organismos technicos.

15.º

A União Panamericana. Desenvolvimento do panamericanismo. Natureza jurídica da União dos Estados americanos.

16.º

Outras disposições do direito preventivo da guerra. — Controle do commercio das armas. — Problema do desarmamento. — Os tratados de Locarno. — O Pacto de Paris.

17.º

Medidas coercitivas. — Retorsão; represalias; bloqueio pacífico; bloqueio economico.

18.º

A guerra. Sua definição. — Classificação das guerras. — Direito de guerra.

19.º

Estado de guerra. Tratados de guerra.

20.º

O direito de guerra terrestre. — Os belligerantes. — Meios de ataque e de defesa.

21.º

Prisioneiros de guerra. — Os feridos e doentes. — Formações sanitarias.

22.º

A occupação do territorio inimigo. — Effeitos da occupação. — Respeito da propriedade privada.

23.º

Direito de guerra marítima. O theatro da guerra e os belligerantes. As hostilidades na guerra marítima.

24.º

O bloqueio. — As zonas de guerra e a guerra submarina.

25.º

A propriedade privada na guerra marítima. — Presas. — Direitos e deveres do captor. — Tribunaes de presas.

26.º

Direito de guerra aerea. — A força armada dos Estados belligerantes. — Meios licitos e illicitos de combate. — A propriedade privada e a propriedade publica na guerra aerea.

27.º

A neutralidade. — Deveres das potencias neutras. — Deveres dos nacionaes neutros.

28.º

Direitos dos neutros.

29.º

Liberdade commercial dos neutros. — O Contrabando de guerra. — Objectos de contrabando. — Assistencia hostil.

30.º

Modos principaes de terminar a guerra. — Os tratados de paz. — Execução dos tratados de paz.

Apresento para o corrente anno o programma acima, podendo cada ponto ser o objecto de duas ou mais preleções.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de janeiro de 1936.

(a) *Dr. Odilon Nestor.*
Professor cathedratico

QUARTO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

DO DIREITO DAS COUSAS

- 1.º — Caracteres dos direitos reaes; sua distincção dos pessoaes e de autor.
- 2.º — Direitos pessoaes na cousa propria e alheia.

DAS DIFFERENTES CLASSES DE BENS

- 3.º — Dos bens considerados em si mesmos.
- 4.º — Dos bens reciprocamente considerados.
- 5.º — Dos bens publicos e particulares. Das cousas fóra do commercio.
- 6.º — Das cousas singulares e collectivas.
- 7.º — O patrimonio em seus differentes sentidos. Critica da doutrina franceza do patrimonio.

DA POSSE

- 8.º — A posse no direito romano, medieval e moderno, sua natureza juridica e requisitos.
- 9.º — O *animus possidenti* : Theorias.
- 10.º — O *corpus possessionis* : Theorias.
- 11.º — Classificação da posse.
- 12.º — As posses directa e indirecta dos Codigos Civis brasileiro e allemão. Composse.

- 13.º — Da posse de direitos e de estudo.
- 14.º — Aquisição e perda da posse.
- 15.º — Dos efeitos da posse. Direitos e deveres do possuidor de boa e de má fé.
- 16.º — Fundamento da protecção possessoria.
- 18.º — Das acções possessórias em direito brasileiro.
- 17.º — Dos interdictos romanos especialmente os possessórios.

DO DOMINIO

- 19.º — Noção da propriedade romana e moderna.
- 20.º — Caracteres, objecto, conteúdo e especies.
- 21.º — Limitação ao direito de propriedade.
- 22.º — Dos direitos de vizinhança.
- 23.º — Do condominio.
- 24.º — Direitos e deveres dos condominos.
- 25.º — Administração e divisão da coisa commun.
- 26.º — Condominio de paredes, muros, cercas e vallas. Do compascuo.

DA AQUISIÇÃO E PERDA DO DOMINIO

- 27.º — Aquisição originaria e derivada. *Modus e titulus adquirendi.*
- 28.º — Da tradição.
- 29.º — Da transcrição, sua extensão e seus efeitos.
- 30.º — Historia, especies e requisitos do usocapiao.
- 31.º — Da occupação e da especificação.
- 32.º — Da accessão, thesouro, invenção e confusão.
- 33.º — Perda da propriedade immovel. Da desapropriação. Do dominio resoluvél.

DOS DIREITOS DE AUTOR

- 34.º — Propriedade litteraria, scientifica e artistica: historia e theorias.
- 35.º — Direitos do autor e do editor.
- 36.º — Collaboração e cessão de direitos autoraes.
- 37.º — Garantias do direito aortal.

DA EMPHYTEUSE

- 38.º — Noção do direito de emphyteuse.
- 39.º — Objecto e duração da emphyteuse. Sub-emphyteuse.
- 40.º — Direitos e deveres do emphyteuta e do proprietario.
- 41.º — Modos de constituição e extincção da emphyteuse.

DAS SERVIDÕES PREDIAES

- 42.º — Noção e requisitos das servidões prediaes.
- 43.º — As varias especies de servidões.

- 44.º — Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente.
- 45.º — Da indivisibilidade das servidões.
- 46.º — Modos de constituição e extinção das servidões prediaes.
- 47.º — Tutela do direito de servidões.

DO USUFRUCTO

- 48.º — Noção e especies de usufructo.
- 49.º — Direitos e deveres do usufructuario.
- 51.º — Modos de constituição e extinção do direito de usufructo.

USO, HABITAÇÃO E RENDAS SOBRE IMMOVEIS

- 52.º — Noção do direito de uso no direito romano e brasileiro. Da habitação.
- 53.º — Das rendas constituídas sobre immoveis.

DOS DIREITOS REAES DE GARANTIA

- 54.º — Do penhor; penhor convencional e legal.
- 55.º — Direitos e deveres do credor e devedor pignoratício.
- 56.º — Do penhor agrícola, pecuario e de titulos.
- 57.º — Modos de constituição e extinção do direito de penhor.

DA ANTICHRESE

- 58.º — Noção do direito de antichrese.
- 59.º — Direitos e deveres do credor e devedor antichreticos.
- 60.º — Da constituição e extinção da antichrese.

DA HYPOTHECA

- 61.º — Noção do direito de hypotheca.
- 62.º — Objecto e especies de hypotheca.
- 63.º — Indivisibilidade hypothecaria.
- 64.º — Da remissão e da execução da hypotheca.
- 65.º — Da hypotheca convencional. Constituição, inscripção e cancellamento.
- 66.º — Hypotheca legal : Pessoas beneficiadas, especialisação e inscripção.
- 67.º — Hypotheca judiciaria. Hypotheca de vias-ferreas.
- 68.º — Do registro de Immoveis.

QUARTO ANO

2.ª CADEIRA

DIREITO COMMERCIAL, MARITIMO E FALLENCIAS

I

1 — Commercio marítimo; 2 — seu desenvolvimento.

II

3 — Direito commercial marítimo, sua historia; 4 — monumentos legislativos sobre o direito commercial marítimo.

III

5 — Do navio : diversos meios de sua aquisição; 6 — Sua natureza jurídica.

IV

7 — Nacionalidade do navio; cabotagem nacional. 8 — Importancia do art. 5.º n.º XIX da Constituição de 1934.

V

9 — Proprietarios e armadores do navio. 10 — Sua responsabilidade pelos actos do Capitão.

VI

11 — Parceria marítima; do gerente ou caixa do navio; 12 — direitos e obrigações dos compartes.

VII

13 — Do pessoal do navio e rol da equipagem; 14 — Do capitão, seus direitos e obrigações.

VIII

15 — Do contracto de fretamento ou de carta partida. 16 — Direitos e obrigações do fretador e afretador.

IX

17 — Do contracto de simples transporte. 18 — Importancia do conhecimento; direitos e obrigações delle decorrentes.

X

19 — Da avaria e suas diversas especies. 20 — Da avaria resultante do abalroamento.

XI

21 — Do protesto feito a bordo e sua ratificação. 22 — Da liquidação e contribuição da avaria grossa.

XII

23 — Do seguro marítimo e suas especies. 24 — Elementos constitutivos do seguro marítimo a premio. 25 — Da natureza dos contracto.

XIII

26 — Da apolice de seguro e suas enunciações. 27 — Direitos e obrigações do segurador e do segurado.

XIV

28 — Da acção de avaria e do abandono subrogativo. 29 — Casos em que um destes meios é preferivel ao outro; do pagamento do premio.

XV

30 — Do contracto de emprestimo a risco marítimo (*nauticum foenum*). 31 — Confronto entre este contracto e o de seguro marítimo.

XVI

- 32 — Dos credores chirographarios e privilegiados do navio.
33 — Da hypotheca naval, do embargo e venda do navio.

XVII

FALLENCIAS

- 34 — Da fallencia; origem e desenvolvimento deste instituto.
35 — Pre-historia da legislação brasileira sobre fallencia.

XVIII

- 36 — Da legislação brasileira sobre fallencia até a proclamação da Republica. 37 — Das leis posteriores até a epocha actual (Dec. legislativo n.º 5.746, de 9 de Dezembro de 1929).

XIX

- 38 — Presupostos da fallencia. 39 — Character da sentença declaratoria da fallencia.

XX

- 40 — Effeitos da sentença declaratoria da fallencia em relação ao fallido. 41 — Effeitos em relação aos credores. 42 — Effeitos em relação a actos e contractos do fallido, anteriores á declaração della.

XXI

- 43 — Do processo de fallencia e suas diversas phases. 44 — Da administração da fallencia.

XXII

- 45 — Dos syndicos e suas atribuições. 46 — Da verificação de creditos e da assembléa de credores. 47 — Recursos que podem ser interpostos.

XXIII

- 48 — Da proposta de concordata na fallencia; das condições em que pode ter logar e seus effeitos. 49 — Da rescisão da concordata e seus effeitos.

XXIV

50 — Da união dos credores. 51 — Dos liquidatarios. 52 — Da realização do activo e do pagamento aos credores.

XXV

53 — Dos credores da massa e dos credores da fallencia. 54 — Dos credores privilegiados, dos credores chirographarios.

XXVI

55 — Da reivindicação; dos separatistas *ex-jure crediti*.

XXVII

56 — Do encerramento da fallencia por insufficiencia do activo.
57 — Das fallencias de pequenos capitães.

XXVIII

58 — Dos meios preventivos da declaração da fallencia. 59 — Da concordata preventiva. 60 — Dos effeitos da concordata preventiva, rescisão da concordata preventiva.

XXIX

61 — Das sentenças estrangeiras de declaração de fallencia.
62 — Sua exequibilidade entre nós.

XXX

63 — Da fallencia de ponto de vista criminal. 64 — Do respectivo processo.

XXXI

65 — Da re-habilitação do fallido. 66 — Do processo de re-habilitação.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1936.

O Professor Cathedratico,
(a) Dr. Caldas Lins

QUARTO ANO

3.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO CIVIL

PARTE PRELIMINAR

1.º

Do Direito Judiciario Civil : Conceito; comprehensibilidade do seu objecto; posição enciclopédica; relações com os outros ramos da sciencia juridica.

2.º

Da efficacia do direito judiciario no tempo e no espaço.

3.º

Da função jurisdiccional, em confronto com as dos demais órgãos da soberania nacional. Do poder judiciario. Da função contenciosa e administrativa.

4.º

Organisação judiciaria. Systemas diversos de organização. Da organização judiciaria no Brasil.

5.º

Juizo arbitral : conceito e fundamento; inconvenientes e vantagens. Como se constitue e actua esse juizo, em face de nossas leis.

6.º

Da competencia : conceito e especies.

7.º

Do juizo : noção; das pessoas que o constituem; partes necessarias e partes intervenientes. Do litisconsorcio.

8.º

Da capacidade para estar em juizo. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa; meios de suppril-as.

9.º

Dos auxiliares das partes litigantes. Assistencia judiciaria.

10.º

Do processo : conceito; necessidade politica do processo. Condições fundamentaes.

11.º

Dos actos processuaes : descriminação. Dos requerimentos, articulados e allegações. Dos autos, termos e certidões. Dos despachos e sentenças.

12.º

Das condições de realização dos actos processuaes, quanto ao tempo e ao logar. Prazos. Feriados e ferias forenses.

13.º

Da nullidade : noções geraes; especies.

14.º

Da acção : accepções; conceito; divisões. Condições de seu exercicio. Extincção das acções.

15.º

Do concurso e da accumulção das acções.

PARTE SEGUNDA

16.º

Da instancia : conceito. Começo e termino da instancia. Suspensão e perempção.

17.º

Dos actos processuaes communs ás acções em geral. Da petição inicial. Cautelas e forma. Adição e emenda. Distribuição.

18.º

Citação : conceito e fundamento. Cautelas quanto ás pessoas que devem ser citadas. Especies. Efeitos. Da circumducção e da revelia.

19.º

Da defesa : conceito, fundamento e especies. Das excepções : phisionomia juridica e divisão. Cautelas quanto á ordem e ao tempo em que devem ser offerecidas. Processo.

20.º

Da contestação : conceito e especies. Cautelas e forma. Arguição de nullidade. Da replica e treplica. Da litiscontestação.

21.º

Dilação probatoria. Das provas em geral : conceito, especies e meios de prova admittidos em nosso direito. Do systema de provas legaes e do de livre convieção do juiz. Do onus da prova.

22.º

Da prova documental. Da confissão. Do depoimento pessoal (Noções geraes, cautela e processo).

24.º

Das vistorias. Do arbitramento. (Noções geraes, cautela e processo.

25.º

Das allegações finaes.

26.º

Da sentença : definição; requisitos elementares e formas. Publicação e intimação.

27.º

Da cousa julgada.

PARTE ESPECIAL

Das acções

28.º

Das acções ordinarias : noções geraes; casos em que tem logar; marcha processual e pratica formularia.

29.º

Das acções summarias e summarissimas : noções geraes, casos em que tem logar; processo e pratica formularia.

30.º

Das acções executivas : noções geraes; presupostos juridicos; especies; casos de applicação; processo e pratica formularia.

31.º

Das acções decendiarias e quindenciarias : noções geraes; casos em que têm logar; processo e pratica formularia.

32.º

Das acções possessorias : noções geraes, especies. Do interdito prohibitorio; da acção de manutenção; da acção de esbulho. Cautela e forma respectivas.

33.º

Da acção de imissão de posse. Da nunciação de obra nova: Noções geraes, cautelas, rito processual e pratica formularia, respectivamente.

34.º

Da acção de despejo: a quem compete e quando tem logar; cautelas a observar nos diversos casos. *Da defesa:* em que pode consistir; reflexo de seu conteúdo sobre a forma processual. *Pratica formularia. Do renovamento da locação de immoveis destinados a fins commerciaes ou industriaes:* fundamento legal; presuppostos; processo e pratica formularia.

35.º

Das acções de divisão e demarcação de terras: noções geraes; cautelas; processo e pratica formularia, respectivamente.

36.º

Das acções para a construcção e conservação de tapumes e para a idemnisação de parede ou tapume divisorio: disposições legaes em que se fundam; cautelas, marcha processual e pratica formularia. *Da acção de usocapião:* fundamento legal; modo e forma de agir.

37.º

Da acção de reforço de garantia: fundamento legal, processo; pratica formularia. *Da acção de remissão do immovel hypothecado:* Casos em que tem logar; processo e pratica formularia.

38.º

Da acção de excussão do penhor: quando tem logar; processo e pratica formularia. *Da remissão do penhor:* processo e pratica formularia.

39.º

Da acção de deposito: cautelas, processo e pratica formularia. *Da prestação de contas:* processo e pratica formularia.

40.º

Da acção de accidente no trabalho : noções geraes; procedimento preliminar; iniciativa; rito processual e pratica formularia.

41.º

Da acção de exoneração de fiança : quando tem logar; processo e pratica formularia. *Da recuperação de titulos ao portador* : quando tem logar; cautelas a observar; rito processual e pratica formularia.

DOS INCIDENTES DO PROCESSO

42.º

Da reconvenção : noções geraes e processo.

43.º

Da autoria : noções geraes e processo.

44.º

Da opposição e da assistencia : noções geraes; quando tem logar; processo e pratica formularia. *Da habitação* : noções geraes e processo.

45.º

Da falsidade e do erro de conta : noções geraes, rito processual e pratica formularia.

DOS PROCESSOS PREVENTIVOS, PREPARATORIOS E INCIDENTES

47.º

Do embargo ou arresto : presupostos juridicos; casos em que tem logar; cautelas; processo e pratica formularia.

48.º

Do sequestro : em que casos tem logar; cautelas; rito processual e pratica formularia.

49.º

Das exhibição : noções geraes; processo e pratica formularia.
Das vendas judiciaes : casos em que occorrem; iniciativa; meios de realisação, modo e forma de agir.

50.º

Da consignação em pagamento : noções geraes; fundamento legal; casos de applicação; defesa; processo e pratica formularia.

51.º

Das cauções em juízo : noções geraes; processo e pratica formularia.

52.º

Do deposito de pessoas : casos em que tem logar; iniciativa; cautelas; processo e pratica formularia.

53.º

Da separação de corpos : noções geraes; fundamento legal; processo e pratica formularia.

54.º

Da posse em nome do nascituro : noções geraes; cautelas; processo e pratica formularia. *Da busca e apprehensão* : casos em que tem logar; cautelas; processo.

55.º

Do protesto e da interpeação judicial : noções geraes; processo. *Da justificação* : noções geraes e processo.

56.º

Dos embargos de terceiros : noções geraes; em que casos têm logar; cautelas; rito processual e pratica formularia.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1936.

O Professor Cathedratico
(a) Dr. Mario Castro

QUARTO ANO

4.ª CADEIRA

MEDICINA LEGAL

a) MEDICINA LEGAL, ENSINO E PERICIA

- 1 — Objecto da Medicina Legal. Feição de estudo em Faculdades Juridicas. Didactica. Pratica medico-forense. Novos rumos da Cadeira. Medicina Legal Judiciaria.
- 2 — Institutos medico-legaes. Especialização pericial; pericia e peritos. Documentos medico-legaes.

b) SEMIOLOGIA MENTAL

- 3 — Percepção, intelligencia, emoção, vontade. Vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.
- 4 — Limites modificadores legaes da responsabilidade e da capacidade. Edade, sexo, prodigalidade, alienação, loucura, intervalos lucidos; conceito medico-legal.

c) PSICOPATOLOGIA FORENSE

- 5 — Estudo medico-legal das doenças mentaes; causas geraes, diagnostico, simulação. Classificação das doenças mentaes.
- 6 — Constituições psicopaticas. Relações anti-sociaes dos alienados.
- 7 — Das Toxifilias (etilismo, morfinismo, cocainismo, etc.). Estudo medico-legal.

8 — Das perversões sexuaes. Conceito froideano. Distúrbios hormo-glandulares e neurovegetativos.

9 — Noções de higiene mental. Protecção á creança anormal, aos toxifilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.

10 — Repressão á credence popular, ás praticas de espirítismo e similares, ao curandeirismo, etc. Profilaxia das doenças venereas.

d) PSICOLOGIA CRIMINA

12 — O crime e seu conceito historico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetaneo.

13 — O criminôso e sua ficha biografica; antecedentes hereditarios, influencias congenitas, vida na infancia, vida na sociedade.

14 — Exame somatico e psiquico do delinquente. Biotipologia criminal. Clinicas criminaes.

15 — Prevenção do crime. Extinção da maquina penal vigente. Substitutivos penaes de FERRI.

16 — A pena e sua finalidade utilitaria de terapeutica medico-psicologica, medico-pedagogica, medico-cirurgica e medico-opoterapica incretoria.

17 — Penitenciarias, reformatorios, clinicas criminaes, manicômios penaes, anexos psiquiatricos.

e) TECNICA POLICIAL JUDICIARIA

18 — Da prova do crime. Provas tecnicas; o levantamento de corpo, fotografia do local do crime, filmagem. Outras provas de laboratorio. Prova testemunhal. Confissão. Tecnica psicologica.

19 — Caracteres antropognosticos geraes, raça, sexo, idade.

20 — Tipo constitucional. Soma e psique. Tipos patologicos.

21 — Estatica antropognostica, caracteres profissionaes, fisiologicos e patologicos. Tatuagens, Grupos sanguineos. Antropometria.

22 — Dinamica antropognostica; caracteres funcionaes. Postura, marcha, dextreza, força.

23 — Movimentos anormaes. Palavra escrita e falada. Mimica, gestos.

24 — Sensorio. Vida vegetativa.

25 — Identificação judiciaria; reconhecimento no vivo, no cadaver e na fotografia. Fotografia sinaletica. Embalsamamento e recomposição de cadaveres.

26 — Identificação judiciaria; dactiloscopia. Impressões digitais e sistemas dactiloscopicos.

27 — Gabinêtes de identificação dactiloscopica; provas no vivo e no cadaver. Processos de revelação de impressões digitaes.

f) TRAUMATOLOGIA FORENSE

- 28 — Semiologia geral das ofensas fisicas. Estudo quantitativo das lesões corporaes.
- 29 — Lesões por agentes fisicos.
- 30 — Lesões por agentes mecanicos e quimico-traumatisantes.
- 31 — Asfixias puras.
- 32 — Asfixias complexas.
- 33 — Asfixias mixtas.
- 34 — Inanição. Envenenamento.
- 35 — Infecção; delicto de contagio.
- 36 — Classificação das lesões corporaes. Estudo qualitativo. Lesão leve; semiótica da dôr.
- 37 — Lesão grave. Inabilitação de serviço ativo. Enfermidade incuravel.
- 38 — Mutilação, deformidade, amputação, privação permanente de uso de membro ou organ.
- 39 — Lesão mortal; conceito legal. Naturêza e séde das lesões mortaes.
- 40 — Estudo medico-legal das concausas.
- 41 — Homicidio, suicidio, acidente. Semiótica. Conceito medico-legal.
- 42 — Do infanticidio. Conceito legal; critica. Elementos constitutivos do crime; infanticidio por comissão e por omissão. Diagnostico da idade do recém-nascido.
- 43 — Provas de vida extra-uterina; docimasias. Diagnosticos da causa da morte.

g) SEXOLOGIA FORENSE

- 44 — Do casamento. Motivos de impedimento estatuidos no Código Civil, relativos á consanguinidade. Leis de MENDEL.
- 45 — Relativos á idade e á capacidade civil.
- 46 — Idem aos direitos de sucessão de produto possivel de casamento anterior.
- 47 — Sentido legal do êrro essencial sobre pessoa. Defloramento anterior. Dubiedade de sexo e outras malformações genitales.
- 48 — Defeito fisico irremediavel ou molestia grave transmissivel por contagio ou herança.
- 49 — Sevicia ou injuria grave. Contaminação venerea. Casamentos nulos e anulaveis.
- 50 — Exame medico prenupcial. Mendelismo. Eugenetica.
- 51 — Do defloramento; conceito legal. Organs sexuaes externos da mulher; himen, sua forma e consistencia.

- 52 — Traumatologia sexual; circunstancias concurrentes para o diagnostico do defloramento.
- 53 — Do estupro; conceito legal. Casos em que constitúe atentado á saúde e á vida.
- 54 — Do atentado contra o pudor; conceito legal. Praticas libidinosas; perversões sexuaes. Lesões possiveis resultantes do atentado.
- 55 — Do ultraje publico ao pudor. Psicologia do ultrajante.
- 56 — Da gravidez; noções de embriologia e de concepção. Diagnostico da gestação; praticas de laboratorio. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.
- 57 — Do parto. Sinaes recentes e sinaes remotos. Do parto susposto.
- 58 — Do abortamento criminôso; conceito e elementos constitutivos do crime. Pratica do abortamento; medicamentos abortivos e processos abortivos mecanicos.
- 59 — Lesões possiveis consecutivas á pratica clandestina do abortamento; exame da mulher, do aborto e dos anexos. Pericia.
- 60 — Do abortamento legal; indicações terapeuticas e eugenicicas.
- 61 — Do perigo social do abortamento clandestino. Direito do naciuro. Inutilidade das leis penaes repressivas. Prevenção pela propaganda e pela assistencia social á mulher grávida.

h) INFORTUNISTICA

- 62 — Acidentes do trabalho. Lei nacional. Teoria do risco profissional. Doença profissional e accidente de trabalho.
- 63 — Pericia. Cura da lesão. Consolidação medica e consolidação jurídica. Simulação.
- 64 — Avaliação de incapacidades. Concausalidade. Legislação, jurisprudencia.

i) TANATOLOGIA FORENSE

- 65 — Da morte; sinaes duvidósoes, sinaes certos. Morte subita e morte agonica. Fenomenos cadavericos. Cronotanatognóse.

15 de janeiro de 1936.

Ed. Altino
Professor Cathedratico

Approvedo em congregação de 16 de janeiro de 1936.
Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 16 de janeiro de 1936.

(a) Jayme Regueira Costa,
Secretario

QUINTO ANO

1.ª CADEIRA

DIREITO CIVIL

(FAMILIA E SUCESSÕES)

PRIMEIRA PARTE

Direito da Família

1. — Da Família e do Direito da Família.
2. — Dos esponsaes. Do casamento até o Código Civil.
3. — Das formalidades preliminares do casamento e impedimentos, suas especies e efeitos.
4. — Da celebração do casamento, da autoridade competente e do logar proprio.
5. — Do casamento *in-extremis*.
6. — Dos meios de prova do casamento.
7. — Do casamento nullo e annullavel. Das pessoas que podem propor as acções de nullidade ou de annullação de casamento e do tempo em que devem ellas ser iniciadas.
8. — Do casamento putativo, suas especies e efeitos.
9. — Dos efeitos juridicos do casamento. Da incapacidade do mulher casada.
10. — Dos direitos e deveres do marido e da mulher.
11. — Dos regimens de bens no casamento.

12. — Do regimen da communhão universal e da communhão parcial de bens.
13. — Do regimen da separação e do regimen dotal.
14. — Direitos e deveres do marido e da mulher quanto ao dote.
15. — Da restituição do dote.
16. — Da administração do dote pela mulher. Dos bens parapher-naes.
17. — Das doações entre conjuges.
18. — Da dissolução da sociedade conjugal. Do desquite e do divorcio.
19. — Do divorcio nos codigos estrangeiros.
20. — Do desquite em nosso Codigo Civil. Dos effeitos do desquite quanto aos bens e filhos do casal.
21. — Do parentesco e suas especies. Linhas e graus de parentesco.
22. — Da legitimidade ou illegitimidade dos filhos.
23. — Da legitimação.
24. — Do reconhecimento dos filhos naturaes.
25. — Da adopção, seus requisitos e effeitos.
26. — Do patrio poder. Direitos e deveres dos paes quanto á pessoa e bens dos filhos.
27. — Da suspensão e perda do patrio poder.
28. — Dos alimentos; quando e por quem são devidos. Como devem ser arbitrados os alimentos. Alimentos presentes, futuros e provisionaes.
29. — Da tutela, seu conceito e evolução.
30. — Da tutela em nosso Codigo Civil e suas especies.
31. — Direitos e deveres dos tutores.
32. — Dos que devem ou podem ser tutores e das causas de excusa. Das garantias e da extensão da tutela.
33. — Da curatela e suas especies.
34. — Direitos e deveres dos curadores.
35. — Dos que devem ou podem ser curadores. Excusas, garantias e extinção da curatela.
36. — Da ausencia. Curadoria e successão provisoria do ausente.
37. — Da successão definitiva do ausente.

SEGUNDA PARTE

Das successões

38. — Da successão, suas especies e seu fundamento.
39. — Liberdade de testar.
40. — Transmissão da herança.
41. — Tempo e logar da abertura da successão. Do inventariante.

42. — Aceitação e recusa da herança. Responsabilidade dos herdeiros.
43. — Da herança jacente e vacante.
44. — Da successão legitima. Da ordem de vocação hereditaria.
45. — Successão por cabeça e por stirpe.
46. — Successão na linha recta e do conjuge.
47. — Successão na linha collateral.
48. — Do direito de representação.
49. — Da successão testamentaria.
50. — Do testamento e suas especies. Da capacidade testamentaria.
51. — Requisitos dos testamentos publico, cerrado e privado.
52. — Dos testamentos especiaes. O testamento maritimo e o militar. Dos codicillos.
53. — Inefficacia e revogação dos actos de ultima vontade. Do testamenteiro.
54. — Noção, especies, efeitos e caducidade dos legados.
55. — Do direito de acrescer entre herdeiros e legatarios.
56. — Dos herdeiros necessarios e da redução das disposições testamentarias.
57. — Da capacidade para succeder. Indignidade e desherdação.
58. — Das substituições e das collações.
59. — Do inventario e da partilha. Dos sonegados. Do pagamento das dividas do espolio.
60. — Garantia dos quinhões hereditarios. Nullidade da partilha.

Faculdade de Direito do Recife, em 12 de Janeiro de 1936.

O Professor Cathedratico
(a) *Dr. Andrade Bezerra*

QUINTO ANO

—
2.ª CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO CIVIL

(SEGUNDA PARTE)

CAPITULO I

DAS ACÇÕES SUMMARIAS, SUMMARISSIMAS, EXECUTIVAS E ESPECIAES

1.º

Das acções summarias : noções geraes; casos em que tem logar.
Rito processual e pratica formularia.

2.º

Das acções summarissimas : noções geraes; casos em que tem
logar. Rito processual e pratica formularia.

3.º

Das acções executivas : noções geraes; presupostos juridicos;
especies; casos de applicação. Rito processual e pratica formularia.

4.º

Das acções decendiarias : noções geraes; presupostos; casos em que tem logar. Marcha processual e pratica formularia. *Das acções quindenciarias*.

5.º

Das acções possessorias : noções geraes; especies. Do interdicto prohibitorio; da acção de manutenção; da acção de esbulho; cautelas e forma a observar em cada especie. Pratica formularia.

6.º

Da acção de immissão de posse : noções geraes; rito processual e pratica formularia. *Da nunciação da obra nova* : noções geraes; requisitos; curso processual e pratica formularia.

7.º

Da acção de despejo : a quem compete e quando tem logar; cautelas a observar, nos diversos casos. Da defesa : em que pode consistir; reflexo do seu conteúdo sobre a forma do processo. Pratica formularia. Do renovamento de locação de immoveis destinados a fins commerciaes ou industriaes : fundamento legal; presupostos juridicos; processo e pratica formularia.

8.º

Das acções de divisão e demarcação de terras : noções geraes; cautelas e forma processual a observar em cada um. Pratica formularia.

9.º

Das acções para a construção e conservação de tapumes e para a indemnização de parede ou tapume provisório : disposições legaes em que se fundam; cautelas; rito processual e pratica formularia. *Da acção de usocapião* : fundamento legal; modo e forma de agir.

10.º

Da acção de reforço de garantia : fundamento legal; cautelas, marcha processual e pratica formularia. *Da acção de remissão do*

imovel hypothecado : em que casos tem logar; cautelas e forma de agir, em cada caso.

11.º

Da acção de execução do penhor : quando tem logar; forma processual e pratica formularia. *Da remissão do penhor* : forma processual e pratica formularia.

12.º

Da acção de deposito : cautelas; pratica processual e formularia. *Da acção de prestação de contas* : pratica processual e formularia.

13.º

Da acção de accidente no trabalho : noções geraes; procedimento preliminar; iniciativa; forma processual e pratica formularia.

14.º

Da acção de exoneração de fiança : quando tem logar; pratica processual e formularia. *Da recuperação de titulos ao portador* : quando tem logar; cautelas a observar; marcha processual e pratica formularia.

15.º

Do mandado de segurança : noções geraes; fundamento legal; presupostos juridicos; forma processual e pratica formularia. *Da reforma de autos perdidos* : modo e forma de agir.

CASITULO II

DOS PROCESSOS PREVENTIVOS, PREPARATORIOS
E INCIDENTES

16.º

Do embargo ou arresto : presupostos juridicos; casos em que tem logar; cautelas; forma processual e pratica formularia. *Do sequestro* : casos em que tem logar; cautelas; marcha processual e pratica formularia.

17.º

Da exhibição : noções geraes; requisitos; pratica processual e formularia. *Das vendas judiciaes* : casos em que têm logar; iniciativa; meios de realização; modo e fórma de agir.

18.º

Da consignação em pagamento : noções geraes; fundamento legal; casos em que pode occorrer; cautelas a observar nos diversos casos; defesa; marcha processual e pratica formularia. *Das cauções em juizo* : noções geraes; modo e forma de proceder, nas cauções reaes e nas fideijussorias.

19.º

Do deposito de pessoas : quando tem logar; iniciativa; cautelas; processo. *Da separação de corpos* : fundamento legal; casos em que tem logar; processo. *Dos alimentos provisionaes* : em que acções podem occorrer e em que casos; cautelas a observar; processo.

20.º

Da posse em nome do nascituro : noções geraes; cautelas; processo. *Da busca e apprehensão* : casos em que têm logar; cautelas; processo.

21.º

Do protesto e da interpellação judicial : noções geraes; processo. *Da justificação* : noções geraes; processos. *Dos embargos de terceiros* : noções geraes; em que casos podem ter logar; cautelas; rito processual e pratica formularia.

CAPITULO III

DA EXECUÇÃO DA SENTENÇA

22.º

Da execução : conceito e fundamento. Do juizo e partes competentes. Do ingresso da execução.

23.º

Do objecto da execução : entrega da cousa certa; entrega da cousa incerta; prestação de facto; abstenção do acto ou facto.

24.º

Do objecto da sentença : pagamento de quantia incerta. Liquidação da sentença.

25.º

Objecto da sentença : pagamento da quantia certa. Dos actos constitutivos da execução; nomeação de bens, penhora, avaliação, edictaes de praça e venda dos bens penhorados.

26.º

Da arrematação. Da adjudicação. Da remissão.

27.º

Dos incidentes da execução : embargos do executado e embargos de terceiros.

28.º

Do concurso de credores.

CAPITULO IV

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

29.º

Do inventario e partilha : noções geraes; cautelas a observar quanto ao tempo, ao logar e das pessoas a quem cabe a iniciativa. Do inventariante. Das declarações de herdeiros e bens. Da avaliação. Da collação. Do pagamento de dividas. Do calculo. Da partilha (Pratica processual, especialmente formularia). *Dos arrolamentos* : quando têm logar; processo.

30.º

Da apresentação, abertura e execução dos testamentos : processo relativo ás diversas especies de testamento.

31.º

Da extinção do usufructo e do fideicomisso : noções geraes; modo e fórma de proceder. *Do cumprimento dos testamentos* : noções geraes e processo.

32.º

Da arrecadação dos bens de defuntos : noções geraes; cautelas quanto ao logar e á iniciativa da arrecadação; guarda e administração dos bens, procedimentos ulteriores; habilitação de herdeiros. *Processo e pratica formularia. Dos bens de ausentes* : noções geraes; modo e fórmula de proceder. *Dos bens achados* : noções geraes; modo e forma de proceder.

33.º

Da successão provisoria : noções geraes e fundamento legal; cautelas; processo e pratica formularia. *Da successão definitiva* : noções geraes e fundamento legal; modo e fórmula de proceder.

34.º

Da nomeação de tutor ou de curador : noções geraes; cautelas; processo. *Da prestação de contas; processo. Da remoção do tutor e do curador; processo.*

35.º

Da curatela dos loucos, dos surdos-mudos e dos prodígos : noções geraes; iniciativa, cautela e processo relativos a cada especie. *Da especialização da hypotheca legal* : noções geraes e fundamento legal; iniciativa; cautela; processo.

36.º

Do casamento : habilitação previa; opposição de impedimento; dispensa de proclamas; celebração. *Do desquite por mutuo consentimento* : fundamento legal; cautelas a observar; retractação e reconciliação dos conjuges. *Rito processual e pratica formularia.*

37.º

Do bem de familia : noções geraes e fundamento legal; modo e fórmula de proceder. *Da separação do dote e da venda dos bens dotaes* : noções geraes; fundamento legal; processo. *Da subrogação dos bens inalienaveis* : noções geraes; fundamento legal; processo.

38.º

Da venda, arrendamento ou hypotheca de bens dos incapazes : noções geraes e processo. *Do supprimento do consentimento* : no-

ções geraes e processo. *Do resgate e abandono do aforamento e da alienação do domínio util ou directo* : noções geraes e processo.

39.º

Da liquidação das sociedades : noções geraes; designação de liquidante; actos que lhe incumbem; partilha; processo. *Da organização, funcionamento e dissolução das fundações* : noções geraes; processo.

40.º

Da desapropriação : noções geraes; fundamento legal; decreto de desapropriação; modo e forma de agir para a indemnização do valor de bens desapropriados.

41.º

Da fallencia : noções geraes; actos preliminares; decretação da fallencia; notificação dos credores; arrecadação; declaração de créditos; assembléa dos credores; liquidação. Modo e forma de proceder.

42.º

Da concordata : noções geraes; especies; modo e forma de agir; em cada especie.

CAPITULO V

DOS RECURSOS

43.º

Dos recursos : noções geraes; fundamento juridico; especie. *Dos embargos* : noções geraes; casos, natureza e especie; cautelas; rito processual e pratica formularia.

44.º

Da appellação : noções geraes; especie, efeitos; cautelas, relativas á interposição e seguimento da appellação; rito processual e pratica formularia, nas duas instancias.

45.º

Do agravo : noções geraes; natureza e especies; casos em que são admittidos. *Do agravo de petição*; quando tem logar; effeito; cautelas; rito processual e pratica formularia, nas duas instancias.

46.º

Do agravo de instrumento : quando tem lugar; efeito; cautelas; rito processual e pratica formularia, em ambas as instancias. *Da carta testemunhavel* : noções geraes; quando tem lugar; cautelas; processo, nas duas instancias, pratica formularia.

47.º

Do recurso extraordinario : noções geraes; natureza especifica; casos em que tem lugar; processo na justiça local e na instancia superior; pratica formularia.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1936.

O livre docente em exercicio da cadeira
Pedro Palmeira

QUINTO ANO

3.^a CADEIRA

DIREITO JUDICIARIO PENAL

I

1 — Processo Criminal. 2 — Suas relações com outras sciencias. 3 — Divisão do processo criminal em relação á gravidade dos delictos. 4 — Divisão do processo criminal em relação á qualidade dos delictos e dos delinquentes.

II

5 — Principaes fórmãs historicas do processo criminal. 6 — Systema accusatorio. 7 — Systema inquisitorio. 8 — Systema mixto.

III

9 — Da acção penal. 10 — Da acção publica. 11 — Da acção privada. 12 — Da acção civil para reparação do damno causado pelo delicto. 13 — Modos de iniciar o processo criminal. 14 — Da queixa. 15 — Da denuncia. 16 — Do procedimento ex-officio. 17 — Quando tem logar e seus inconvenientes.

IV

18 — Da instrucção preparatoria, sua utilidade e importancia. 19 — Diligencias policiaes, autoridades a que incumbem e sua marcha.

V

20 — Identificação. 21 — Anthropometria. 22 — Dactyloscopia.

VI

23 — Da prisão. 24 — Custodia, detenção, prisão. 25 — Da prisão preventiva, seus fins, fundamentos e condições. 26 — Da prisão em flagrante delicto, suas condições e fins. 27 — Auto de prisão em flagrante delicto; cautelas e fórmulas.

VII

28 — Da fiança. 29 — Seu historico na antiguidade e na legislação portugueza. 30 — Da fiança segundo a legislação patria. 31 — Da fiança provisoria. 32 — Da fiança definitiva. 33 — Quebramento e extinção da fiança. 34 — Podem as legislações estaduaes ampliar ou restringir os casos de fiança, estabelecer normas para sua prestação ? 35 — Termo de fiança; cautelas e fórmulas.

VIII

36 — Da prova. 37 — Seu papel em materia criminal. 38 — Diversas classificações de provas : Baldus, Mascardus, Bentham, Bordeaux, Bonnier, Garraud, etc.

XI

39 — Da prova testemunhal. 40 — Sua antiguidade e seu valor. 41 — Classificação de testemunhas. 42 — Garantias e condições essenciais; juramento. 43 — Como devem ser inquiridas. 44 — Legislação patria sobre a prova testemunhal. 45 — Segredo profissional. 46 — Acareação.

X

47 — Do corpo de delicto; sua antiguidade. 48 — Do corpo de delicto directo. 49 — Do corpo de delicto indirecto. 50 — Como devem agir as autoridades incumbidas de proceder ao corpo de delicto. 51 — Dos peritos. 52 — Dos quesitos. 53 — Auto de corpo de delicto.

XI

54 — Do interrogatorio; seu historico. 55 — Theorias a respeito do interrogatorio; systema preferivel. 56 — Legislação patria

sobre o interrogatorio. 57 — Da confissão; sua importancia. 58 — Condições essenciaes á confissão como meio de prova. 59 — A confissão tacita é admissivel em materia criminal?

XII

60 — Das investigações psychiatricas.

XIII

61 — Da instituição do jury; seu historico. 62 — Importancia social do jury. 63 — Causas de sua decadencia entre nós; seus meios. 64 — Sobre que pontos da instituição do jury podem os Estados legislar? 65 — Jury federal e estadual. 66 — Formação do tribunal do Jury; solemnidades essenciaes. 67 — Comparecimento das partes e testemunhas. 68 — Dos jurados; seus direitos, deveres e responsabilidades. 69 — Dos debates perante o tribunal do jury; accusação, defesa; replica e treplica. 70 — Dos incidentes. 71 — Dos quesitos e da sentença.

XIV

72 — Dos recursos criminaes e suas necessidades. 73 — Recursos necessarios e voluntarios. 74 — Dos recursos admittidos na primeira phase do processo criminal. 75 — Da appellação no antigo direito portuguez e na legislação patria. 76 — Casos em que tem logar, para quem é interposta e seu processo. 77 — Dos embargos ao accordão. 78 — Do protesto por novo julgamento. 79 — Vantagem ou inconveniencia deste recurso; legislação patria a respeito. 80 — Podem os Estados determinar os casos em que tem logar esse recurso? 81 — Da revisão. 82 — Erro absoluto e erro relativo: revisão *pro reo e pro societate*.

XV

83 — Do *habeas-corpus*, sua historia, seus fins, suas vantagens e abusos. 84 — Interposição do *habeas-corpus*, seu processo e julgamento.

XVI

85 — Da extincção da acção penal e da condemnação. 86 — Da prescripção.

XVII

87 — Das execuções criminaes. 88 — Como se conta o tempo da pena.

XVIII

89 — Formação da culpa nos crimes communs.

XIX

90 — Formação da culpa nos crimes de responsabilidade dos funcionarios publicos não privilegiadoos.

XX

91 — Formação da culpa nos crimes communs e de responsabilidade dos funcionarios publicos privilegiados.

XXI

92 — Crimes policiaes, contravenções e seus processos. 93 — Termo de bem viver.

XXII

94 — Da advocacia criminal. 95 — Exercicios praticos, escritos e oraes. 96 — Da compostura moral e physica do pessoal do fóro.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1936.

O Professor Cathedratico

Dr. Gennaro de Barros Guimarães

QUINTO ANO

4.ª CADEIRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

I

Direito administrativo e sciencia da administração : Objecto do direito administrativo e da sciencia da administração. Relações com as outras sciencias e influencias reciprocas.

II

Formação scientifica do direito administrativo : A formação do direito administrativo na França e evolução correspondente na Italia e em outros paizes. A sua posição contemporanea. Desenvolvimento historico dessa sciencia no Brasil. Fontes do direito administrativo.

III

Do Estado, sua acção e fins : O Estado, seus órgãos e funções. Distincção entre a fórmula juridica e a fórmula social da acção do Estado. Exposição e critica das diversas theorias sobre a actividade social do Estado. A questão da soberania e do serviço publico.

IV

Meios de investigação das necessidades sociaes : A administração e as necessidades sociaes. Meios de que se utiliza o Estado para conhecê-las e exercer efficaçamente a sua actividade. Estudo de con-

juncto sobre a estatística. Methodos estatísticos e sua orientação actual. Exposições, sua modalidades e efficiencia. Inqueritos e suas divisões; efficiencia dos inqueritos na vida social. Órgãos consultivos e technicos.

V

Da acção do Estado nos assumptos de ordem economica: Acção do Estado na producção das riquezas; fórmulas directas e indirectas. Legislação do trabalho. Questões concernentes ao regimen industrial. Acção do Estado na circulação e distribuição das riquezas; fórmulas pelas quaes se manifesta. Serviços de comunicação e transporte. Acção do Estado no consumo das riquezas. Bases economicas, de mutualidade e seguros.

VI

Da acção do Estado em relação á população: Exame do problema da população, encarado sob o ponto de vista administrativo e suas relações com a politica. Emigração e immigração; caracteres actuaes da politica immigracionista.

VII

Da acção do Estado com relação á segurança publica: Administração da defesa publica externa e da segurança publica interna. Divisão da policia, caracteres especiaes da policia de segurança. Do "poder de policia" e sua extensão.

VIII

Da acção do Estado em relação á saúde publica e assistencia publica. Actividade social e administrativa do Estado em relação á hygiene publica. A questão do livre exercicio da profissão considerada administrativamente. A assistencia publica e das providencias administrativas para attenuar os efeitos do pauperismo.

IX

Da acção cultural do Estado: Papel do Estado no desenvolvimento da instrucção publica. Da instrucção primaria e a quem deve caber. Ensino secundario e superior. Ensino technico e profissional. Ensino leigo e ensino religioso.

X

Da administração publica : Conceito da administração; distincção entre governo, administração e politica. Função da administração publica.

XI

Organização da administração publica : Como se organiza a administração publica; suas condições essenciaes. Distribuição da acção administrativa sob o criterio da competencia e do territorio. Centralização e descentralização.

XII

Organização administrativa brasileira : A nossa organização administrativa em face do systema constitucional. Atribuições administrativas do presidente da Republica e dos ministros de Estado. O mecanismo administrativo dos differentes ministerios.

XIII

Competencia administrativa da União, dos Estados e dos Municipios nos termos da Constituição Federal.

XIV

Da função publica : Das theorias sobre a função publica. Dos funcionarios publicos e sua classificação.

XV

Da hierarchia administrativa. Do vinculo hierarchico e do poder disciplinar.

XVI

Natureza juridica das relações entre o Estado e os seus funcionarios. Direitos e deveres dos funcionarios publicos. Vitaliciedade, estabilidade e demissibilidade no direito brasileiro. Aposentadoria e montepio. Accumulações remuneradas. Responsabilidade disciplinar, penal e civil dos funcionarios publicos.

XVII

Da responsabilidade do Estado : Eposição das theorias sobre a responsabilidade civil do Estado. Das theorias de irresponsabilidade absoluta. Theorias intermediarias. Jurisprudência dos tribunaes brasileiros.

XVIII

Da manifestação da vontade juridica do Estado : Lei e regulamento. Das differentes fórmãs de regulamento. Faculdade regulamentar, sua essencia e limites.

XIX

Da manifestação externa da vontade da administração publica: Actos administrativos e sua fórmula. Caracteres e obrigatoriedade desses actos.

XX

Relações entre a administração e os administrados : Relações das administrações com os administrados; distincção entre as condições destes de nacionaes e estrangeiros. Regulamentação administrativa dos direitos de cidadão. Registro civil e legislação eleitoral. Do estrangeiro e seus direitos : naturalização, extradicação e expulsão.

XXI

Regulamentação administrativa da liberdade individual, da liberdade de imprensa e do exercicio de actos religiosos.

XXII

Regulamentação administrativa dos direitos de reunião e de associação.

XXIII

Regulamentação administrativa do direito de propriedade : Das rescisões publicas. Da desapropriação por necessidade e utilidade publica, suas fórmãs e processo.

XXIV

Das funções jurisdiccionaes de administração : Da justiça administrativa; jurisdicção graciosa e jurisdicção contenciosa. Do

contencioso administrativo e sua evolução. Do contencioso administrativo no Brasil; systema actual e suas tendencias

XXV

Dos conflictos de jurisdicção e de attribuição; competencia para o seu julgamento.

XXVI

Dominio publico e dominio privado do Estado.

XXVII

Administração da fazenda publica : Administração das rendas e despesas publicas. Privilegios e insenções fiscaes.

XXVIII

Dos tribunaes de contas : Estudo comparativo dos systemas de fiscalização da fazenda publica. Tribunaes de contas e suas modalidades. O tribunal de contas no Brasil; competencia e attribuições.

XXIX

Das administrações municipaes e suas funcções. Organização do Districto Federal e serviços que lhe competem.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1936.

O Professor Cathedratico,
(a.) *Dr. Annibal Freire da Fonseca*

QUINTO ANO

5.ª CADEIRA

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

§ 1.º

INTRODUÇÃO

I

1. — A disciplina do Direito Internacional Privado. — Seu estudo no Brasil. — Bibliografia brasileira : Pimenta Bueno, Clovis Bevilacqua, Rodrigo Octavio, Gomes de Castro, Eduardo Espinola.

II

2. — A Sociedade Internacional. — A sociabilidade internacional e a formação das normas jurídicas que a presidem.

III

3. — A Codificação dos princípios do Direito Internacional e a uniformização de certos preceitos do Direito Privado. Distinção que se impõe.

I — *A tarefa uniformizadora do Direito Privado :*

A) — A ação do Governo Belga :

a) — Congresso de Direito Comercial de Antuerpia, de 1885;

b) — Congresso de Direito Comercial de Bruxelas, de 1888;

c) — Convenções de Bruxelas, de 1910, sobre o abalroamento e a assistência e salvação marítimas;

d) — O “Comité Marítimo Internacional”.

B) — Congresso Internacional de Direito Marítimo, Genova, 1892.

II — *A tarefa codificadora do Direito Internacional Privado.* — Suas modalidades: individual e coletiva, de iniciativa particular e de iniciativa oficial.

Resumo cronológico do trabalho científico coletivo privado, visando a codificação do Direito Internacional Privado:

a) — “A Associação Internacional para o Progresso das Ciências Sociais” (*National Association for the Promotion of Social Science*, Londres, 1859;

b) — A Associação Internacional para a Reforma e Codificação do Direito das Gentes (*Association for the Reform and Codification of the Law of Nations*, fundada em 1873; primeira reunião em Bruxelas, 1873; denominada a partir de 1894 — *International Law Association*);

c) — O “Instituto de Direito Internacional”, fundado em 1873, realizou a sua primeira reunião em Gand, nesse mesmo ano;

d) — O Instituto Americano de Direito Internacional, instalado em Washington em janeiro de 1916.

IV

4. — A Codificação oficial do Direito Internacional Privado:

a) — As iniciativas italianas; a ação de Mancini;

b) — As iniciativas holandesas: as Conferências de Haia de 1894, 1904, 1905, 1925 e 1928.

Resultado das Conferências de Haia:

I — Convenção relativa ao Processo Civil, assinada aos 17 de Julho de 1905.

II — Convenção para regular os conflitos de leis em matéria de casamento, assinada em Haia aos 12 de Julho de 1902.

III — Convenção para regular os conflitos de leis e de jurisdições em matéria de divórcio e de separação de corpos, assinada aos 12 de Junho de 1902.

IV — Convenção para regular a tutela dos menores, assinada em Haia aos 12 de Junho de 1902.

c) — A contribuição americana:

- I — Congresso de Lima (1877-1878).
- II — Congresso de Montevideo (1888-1889).
- III — As conferências Panamericanas :

1 — Primeira Conferência Panamericana Washington, 1889-1890. Criação da "União Internacional das Republicas Americanas".

2 — Segunda Conferência Panamericana (Mexico, 1901-1902). Ao delegado do Brasil, Dr. José Higino Duarte Pereira, coube a primazia no movimento codificador do direito internacional, no seio das Conferências Panamericanas.

3 — Terceira Conferência Panamericana (Rio de Janeiro, 1906). Criação da Comissão de Jurisconsultos.

4 — Quarta Conferência Panamericana (Buenos Aires, 1910). No intervalo da 4.^a para a 5.^a Conferência, em 1912, na cidade do Rio de Janeiro, a "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos" realizou a sua primeira reunião.

5 — Quinta Conferência Panamericana (Santiago, 1923). A "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos", em 1927, no Rio de Janeiro, realizou a sua segunda e ultima reunião.

6 — Sexta Conferência Panamericana (Havana, 16 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 1928). Aprovação do Código de Direito Internacional Privado (*Código Bustamante*).

Ligeiro exame da Convenção de Havana, de 20 de Fevereiro de 1928, que pôs em vigor o *Código Bustamante* :

Direito de reserva quanto á aceitação de um ou varios artigos do Código. Entrada em vigor. Ratificação. E' uma Convenção aberta; fôrma da adesão por parte de outros Estados ou pessoas jurídicas internacionais. Reforma e denuncia.

§ 2.º

DOUTRINA

V

5. — Denominações e definições do Direito Internacional Privado. — Fixação do seu verdadeiro conceito. — Posição enciclopédica do Direito Internacional Privado. — Opiniões de Pillet e Jitta. — Relações com outros ramos jurídicos.

VI

6. — Fontes do Direito Internacional Privado.

- I — os costumes nacionais e internacionais;
- II — os tratados;
- III — as leis internas.

Carater das normas do Direito Internacional Privado.

Aplicação das normas do Direito Internacional Privado.

VII

7. — Determinação do fundamento do Direito Internacional Privado.

Os post-glosadores, os estatuarios, os holandêses e os anglo-americanos.

A *comitas gentium*, a idéa de justiça, a comunidade juridica do genero humano (Jitta).

VIII

8. — Objeto do Direito Internacional Privado.

Discriminação de Pillet, Clovis e Machado Vilela :

- 1 — A condição juridica dos estrangeiros;
- 2 — O conflito de leis;
- 3 — O exercicio em um país dos direitos adquiridos em outro.

IX

9. — O estudo da *nacionalidade*.

a) — Preliminares : Nacionais e estrangeiros. — Importancia que para o Direito Internacional Privado tem a determinação da nacionalidade. — Nacionalidade originaria e nacionalidade adquirida. — Naturalização e suas modalidades. — A ausencia da nacionalidade (*Heimatlos*) e a dupla nacionalidade.

b) — Determinação da nacionalidade individual. — Os principios do *jus soli* e do *jus sanguinis*. Origem dos dois sistemas e seus fundamentos. — Diferenças existentes entre as condições da Europa e da America quanto á nacionalidade.

c) — Disposições do *Codigo Bustamante* em materia de nacionalidade e naturalização. A determinação da nacionalidade de origem (art. 9). Conflitos em materia de nacionalidade de origem

(art. 10). — A *lex fori* como subsidiária (art. 11). — Aquisição individual da nacionalidade (art. 12). Naturalização tácita e coletiva (art. 13). — Perda da nacionalidade (art. 14). Reaquisição da nacionalidade (art. 15).

d) — Nacionalidade das pessoas coletivas. Disposições do Código Bustamante (arts. 16 a 21).

X

10. — Da nacionalidade brasileira :

a) — Determinação da nacionalidade individual brasileira segundo as Constituições Federais de 1891 (art. 69) e de 1934 (art. 106).

— Brasileiros de origem nascidos fóra do Brasil.

b) — A aquisição da nacionalidade brasileira pela naturalização (Decreto n.º 6.948, de 14 de Maio de 1908 e lei posterior n.º 2004, de 26 de Novembro do mesmo ano). — Processo denaturalização. — Direito dos estrangeiros naturalizados.

c) — Perda da nacionalidade brasileira : Constituições de 1891 (art. 71, § 2) e de 1934 (art. 107).

11. — A mulher brasileira que se casa com um estrangeiro perde a sua nacionalidade ?

A nacionalidade das pessoas coletivas no Direito Brasileiro.

XI

12. — Direitos dos estrangeiros em geral :

a) — O principio do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros e sua fórmula.

b) — Sua formação através da Historia. A condição jurídica dos estrangeiros entre os povos antigos :

I — *Orientalis* (Hindú, Egípcios, Chineses e Hebreus);

II — *Europeus* (Gregos, Romanos e Germanos).

c) — A condição dos estrangeiros na Idade Média : o regimen feudal; os Francos; como o personalismo do direito bárbaro se transformou no rigoroso territorialismo feudal.

— O direito de *albinagio*; a cavagem; o *droit de formariage*.

Modificações da condição dos estrangeiros na França após a victoria da realza. Direitos politicos e direitos privados. O *Jus detractus* (*droit de detraction*).

d) — A condição dos estrangeiros nos tempos modernos; o movimento filosofico do seculo XVII; a Revolução Francêsa. — Os de-

cretos de 7 de Agosto de 1790 e de 8 de Abril de 1791, revogando o *droit d'aubain* e o *droit de detraction*. — A influencia da Revolução Francêsa entre os outros povos.

XII

13. — Objetivação do principio do reconhecimento da personalidade juridica dos estrangeiros. — Seu caracter: principio geral e indeterminado. — Direitos geralmente concedidos hoje aos estrangeiros. — Exame da questão quanto aos:

- a) — Direitos politicos;
- b) — Direitos publicos ou individuais;
- c) — Direitos privados.

14. — O Direito Internacional Operario.

— Disposições doCodigo Bustamante; direitos civis (art. 1.º); restrições de ordem publica; as garantias individuais e a excepção dos direitos politicos (art. 2.º).

XIII

15. — Condição juridica dos estrangeiros no Brasil. A tradição liberal do nosso direito. Constituição Imperial e Constituição Republicana de 1891. — As garantias individuais (Constituição de 1934, art. 113). — Direito á educação (Constituição de 1934, art. 149).

— Os direitos privados (Codigo Civil de 1916, art. 3).

A navegação de cabotagem (Constituição de 1891, § unico do art. 13 e Constituição de 1934, art. 5, numero XIX, letra e).

As pessoas juridicas de direito publico e as de direito privado: reconhecimento e capacidade (Codigo Civil, arts. 19, 20 e 21 da Introdução).

Os cargos publicos, civis e militares (Const. de 1934, art. 168). A expulsão de estrangeiros, (Const. de 1934, art. 113, n.º 15; lei n.º 4.247, de 5 de Janeiro de 1921).

XIV

16. — Definição do conflito de leis. — Conflito entre leis de um mesmo pais. Conflito de leis no tempo e conflito de leis no espaço.

17. — Os elementos de conexão das relações juridicas com as legislações nacionais.

O principio que estabelece que as leis estrangeiras são válidas, eficazes e applicaveis.

Como deve ser entendido este principio.

XV

18. — Historia das doutrinas que vizam solver o problema do conflito de leis.

A "*Teoria dos Estatutos*" e suas quatro escolas :

I — A *Escola Estatutaria Italiana*. — Onde se originou; causas do seu aparecimento; duração de sua aplicação. A obra de seus doutrinadores principais : Bartolo e Dumoulin.

19. — II — A *Escola Francêsa do seculo 16*. — A doutrina de D'Argentré. A personalidade dos estatutos é excepcional e se apoia em uma idéa de justiça.

20. — III — A *Escola Holandesa*. — Quando e por que surgiu. Seus elaboradores : Borgundio, Paulo e João Voécio. A personalidade dos estatutos decorre da *comitas gentium*.

21. — IV — A *Escola Francêsa do seculo 18*. — Quando appareceu. — Suas idéas principais. — Escola de transição. — Seus principais representantes : Boullenois, Froland e Bouhier. — Critica geral da "*Teoria dos Estatutos*".

22. — V — A *Teoria Neo-Estatutaria* de Vareilles Sommieres.

23. — A Doutrina Anglo-americana. — E' profundamente impregnada das idéas estatutarias. Em que consiste. Seu principio basico : a territorialidade das leis temperada pela *comitas gentium* quanto ao estado e á capacidade das pessoas. — Como se originou esta Escola. Critica.

XVI

24. — Doutrinas scientificas para a solução dos conflitos de leis. — A comunidade de direito entre os povos.

25. — Razão da aplicação das leis estrangeiras.

26. — Teorias calcadas na comunidade de direito :

a) — *Doutrina de Savigny*. Seus principios, eficacia e influencia.

27. — b) — *Doutrina Italiana Moderna*. Baseia-se na personalidade do direito, como regra geral, a qual comporta duas excepções — uma tirada da ordem publica e outra da autonomia da vontade.

28. — c) — *Doutrina de Pillet*. — Seus principios.
29. — d) — *Doutrina de Machado Villela*. Sua organização.
30. — e) — *Doutrina de Bustamante* : leis de ordem publica interna, leis de ordem publica internacional e leis de ordem privada.

XVII

31. — Exame perfunctorio das principais regras de Direito Internacional Privado para a solução dos conflitos de leis consagradas pelo direito objetivo :

a) — No costume internacional;

32. — b) — Nas leis internas :

I — no *Codigo Civil da Prussia de 1749*;

II — no *Codigo Civil Francês*;

III — no *Codigo Civil Italiano*;

IV — no *Codigo Civil Argentino*;

V — na lei de *Introdução ao Cod. Civ. Alemão*;

VI — na *Introdução ao nosso Codigo Civil*.

3. — c) — Nos tratados Normativos :

I — no *Tratado de Lima*;

II — nos *Tratados de Montevidéo*;

III — nas *Convenções de Haia*;

IV — no *Codigo Bustamante*.

XVIII

34. — *Das leis pessoais*. — Qual é a lei pessoal.

35. — *Aplicação da lei pessoal*.

36. — *Conflitos de leis pessoais*.

37. — *Das leis pessoais no sistema do Codigo Civil Brasileiro*.

38. — *Das leis pessoais (ou de ordem publica interna no sistema do Codigo Bustamante)*.

XIX

39. — Das leis territoriais. Qual a lei territorial. — Apreciação da lei territorial.
40. — Distincção entre as leis pessoais e as leis territoriais.
41. — Das leis territoriais no sistema do Código Civil Brasileiro.
42. — Das leis territoriais (ou de ordem publica internacional) no sistema do *Código Bustamante*.

XX

43. — Das leis escolhidas pela vontade das partes. — Quais são.
44. — O principio da autonomia da vontade no Direito Internacional Privado.
45. — Exame da questão no sistema do Código Civil Brasileiro.
46. — A mesma hipotese no Código Bustamante : leis de ordem privada.

XXI

Questões complementares :

47. — I — Conflito de qualificação;
48. — II — Conflitos entre as leis que determinam a competência normal das leis em geral, também chamados conflitos de segundo grau : conflitos positivos e conflitos negativos (*teoria do retorno ou da devolução*).
49. — III — Conflitos no tempo entre leis que devem resolver os conflitos de leis no espaço.
50. — IV — O desvio da aplicação da lei normalmente competente por um processo fraudulento.
51. — V — Conflitos de leis e conflitos de jurisdições.

XXII

52. — Das leis de ordem publica internacional. — Como conceituá-las.

53. — Leis de ordem publica interna e leis de ordem publica internacional.

54. — Das leis de ordem publica internacional no sistema do *Codigo Bustamante* (Vide ponto 19, deste programa, no fim).

XXIII

55. — Do reconhecimento dos direitos adquiridos em pais estrangeiro.

56. — O principio basico para este reconhecimento; seu caracter proprio, limites e condições de applicação.

57. — Prescrições do *Codigo Bustamante*. Os direitos adquiridos sob a égide das normas do *Codigo* terão plena eficacia em todos os Estados contratantes, salvo ofensa á ordem publica internacional (art. 8). — Hipotese do casamento com a violação de certos impedimentos (art. 40).

XXIV

58. — Do reconhecimento dos direitos assegurados em sentenças de tribunais estrangeiros. — Execução das sentenças estrangeiras.

59. — Sistemas doutriniais e legislativos quanto á execução das sentenças estrangeiras.

60. — A execução das sentenças estrangeiras no Brasil. — Força executiva dos titulos emitidos no estrangeiro.

Recife, 8 de Janeiro de 1936.

O Professor Catedrático :
Dr. Sergio Loreto Filho.

Aprovado em congregação de 16 de janeiro de 1936.

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 16 de janeiro de 1936.

(a.) *Jayme Regueira Costa,*
Secretario.

CURSO DE BACHARELADO
HORARIO DAS AULAS

1.º ANNO (Sala n.º 3)

MATERIAS	PROFESSORES Doutores	DIAS E HORAS					
		2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S.
Introdução á Sciencia do Direito	Alfredo Freyre	14	14	14		14	14
Economia Politica	J. G. C. Gondim Neto	15		15		15	
Direito Romano	J. J. de Almeida		15		15		15

2.º ANNO (Sala n.º 2)

MATERIAS	PROFESSORES Doutores	DIAS E HORAS					
		2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S.
Direito Civil	J. Soriano Neto		14		14		14
Direito Penal	J. Aureliano Araujo		15		15		15
Direito Constitucional	Luiz Guedes	15		15		15	

3.º ANNO (Sala n.º 3)

MATERIAS	PROFESSORES Doutores	DIAS E HORAS					
		2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S.
Direito Civil	J. G. C. Gondim F.º	10		10		10	
Direito Penal	Gervasio Fioravanti		9		9		9
Direito Commercial	Joaquim Amazonas		8		8		8
Dir. P. Internacional	Odilon Nestor	11		11		11	

4.º ANNO (Salas ns. 1 e 4)

MATERIAS	PROFESSORES Doutores	DIAS E HORAS					
		2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	S.
Direito Civil	J. G. C. Gondim Neto		9		9		9
Direito Commercial . . .	T. L. Caldas Filho		10		10		10
Dir. Judiciario Civil . .	Mario Castro	9		9		9	
Med. Legal (Sala 4) . . .	Edgar Altino	15		15		15	

5.º ANNO (Sala n.º 5)

MATERIAS	PROFESSORES Doutores	DIAS E HORAS					
		2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	S.
Direito Civil	A. Andrade Bezerra	8		8		8	
Dir. Judiciario Civil . .	Pedro L. Palmeira	11		11		11	
Dir. Judiciario Penal . .	Gennaro Guimarães	9		9		9	
Dir. Administrativo . . .	Annibal Freyre		10		10		10
Dir. Intern. Privado . . .	Sergio Loreto Filho		11		11		11

Aprovado em sessão do Conselho Technico-Administrativo, effe-
ctuada em 13 de Abril de 1936.

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, em 13 de Abril
de 1936.

Pelo Secretario,

Manoel Antonio Castro Cerqueira

VISTO. Em 13 de Abril de 1936.

O. Nestor

DIRECTOR INTERINO

HORARIO DO CURSO DE DOCENTES LIVRES

MATERIAS	PROFESSORES	DIAS E HORAS					
		2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	S.
Dir. Publico Interna- cional (Sala n.º 5)	Dr. Antonio Ignacio de Barros Ribeiro		10		10		
Dir. Privado Interna- cional (Sala n.º 5)	Dr. Antonio Ignacio de Barros Ribeiro	11					11
Dir. Commercial (Sala n.º 2)	Dr. Abgar Soriano de Oliveira	8		8			
Dir. Judiciario Penal (Sala n.º 2)	Dr. Murillo Guimarães		8		8		

Approved em sessão do Conselho Technico administrativo de
13 de Abril de 1936.

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, em 13 de abril
de 1936.

Pel'O Secretario,
Manoel Antonio de Castro Cerqueira

VISTO. em 13-4-1936.

DIRECTOR INTERINO
Dr. Odilon Nestor de Barros Ribeiro

CURSO DE BACHARELADO

LISTA DOS ALUMNOS DO PRIMEIRO PRIMEIRO ANO

14—	Almachio Nogueira Couto	Bahia
25—	Aldo Ferreira Lopes	Pernambuco
30—	Arthur Rodrigues de Freitas Junior
33—	Alfredo José Nader	Bahia
35—	Arthur de Barros Lima	Pernambuco
39—	Anizio Antão de Carvalho	Piauhy
40—	Ariel Simon	Territorio do Acre
48—	Abelardo Leite Lopes	Pernambuco
70—	Antonio Geraldo de Azevedo Guedes
73—	Audalio Muniz Costa	Alagôas
82—	Antonio de Moraes Dourado	Pernambuco
86—	Aldemar Lopes Maia
89—	Antonio Ramalho Pedroza	Alagôas
93—	Alberto de Lima Falcão	Pernambuco
96—	Antonio Rangel de Torres Bandeira
119—	Abel de Albuquerque Serpa
120—	Andreilino Lopes de Menezes
122—	Agripino Ferreira de Almeida
124—	André Papini Góes	Alagôas
136—	Antonio Lustosa Cabral	Parahyba
137—	Arthur Cesar Franklin da Silva	Pernambuco
148—	Antonio Toscano Cavalcanti	R. Grande do Norte
31—	Braulio Didier de Moraes	Pernambuco
55—	Benjamin Azevedo Filho
11—	Crispim Francisco Alves	Pernambuco
13—	Coriolano Malinconico	D. Federal

- 23—Clovis de Castro Chaves Pernambuco
44—Carlos Cavalcanti da Matta ”
56—Cicero Abdolnimo de Arroxelos Galvão ”
69—Charles Williams Moccock ”
99—Caio Lins Cavalcanti ”
117—Carlos José de Barros Araujo ”
127—Clidenor Galvão ”
149—Clovis Ferreira de Lima ”
53—Durvalal Cabral de Almeida e Albu-
querque Parahyba
108—Dilermando Pacheco Raposo Pernambuco
132—Diomedes Gomes Lopes ”
140—Democrito de Castro e Silva Parahyba
10—Euclides Parentes de Miranda Piahy
12—Ewald Sizenando Pinheiro R. Grande do Norte
32—Ernani Affonso Cunha Pernambuco
51—Ernani Rabello Baptista Parahyba
58—Emilio Farias Pernambuco
61—Enock Periandro de Oliveira Parahyba
24—Francisco Miranda Soares da Silva Pernambuco
54—Felisardo Eugenio Toscano Lyra R. Grande do Norte
63—Felippe de Sá Vasconcellos Bahia
74—Francisco de José Chateaubriand Pernambuco
110—Felippe Nigro ”
125—Fernando Albuquerque Lucena Parahyba
34—Gilvan Machado Guimarães Pernambuco
37—Gebes de Mello Medeiros Alagóas
98—Gilberto Pacheco de Oliveira Pernambuco
114—Gumercindo Pereira de França Monteiro ”
5—Hildebrando Farias Lobo Alagóas
22—Helio Braga Lambert Pernambuco
116—Hulmo Joroastro dos Passos ”
139—Hermann Edson de Almeida Alagóas
130—Haroldo Espinola de Oliveira Lima Parahyba
81—Itagiba Cavalcanti de Albuquerque Pernambuco
142—Ivan Campos de Souza ”
2—José Vieira Lessa Alagóas
3—José Meira de Menezes Parahyba

6—	Julio Ferreira da Silva	”
17—	João de Godoy e Vasconcellos	Pernambuco
20—	José Milton de Pontes	Ceará
21—	Joaquim Jorge Carneiro de Barros	Pernambuco
35—	Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão	”
38—	Jovino Lins de Gusmão Lyra	Alagôas
41—	Jahyr Cesar de Albuquerque	Pernambuco
49—	Jeremias Mauricio Senna	”
52—	João de Souza Leão Wanderley	”
60—	João Bezerra de Mello Filho	R. Grande do Norte
64—	José Napoleão Lessa	Alagôas
66—	José Luiz Correia de Oliveira	Pernambuco
68—	José Chapoval	”
71—	José Mozart Menescal	R. Grande do Norte
79—	José de Freitas Ramos	Bahia
80—	Joaquim Pedro Carneiro Campello	Pernambuco
83—	José de Oliveira Cavalcanti	”
84—	José Jayme Loureiro de Arruda	”
92—	Joffre Campello de Souza	”
94—	José Cavalcanti Uchôa	”
95—	Jorge Cardoso Ayres	”
97—	José Guimarães de Araujo	”
111—	José Góes Xavier de Andrade	”
112—	José Affonso Casado	Alagôas
138—	José Candido Dias Arcoverde	Pernambuco
145—	José Bartholomeu Neves	”
146—	José Reis de Campos	Alagôas
147—	João José Ribeiro	Pernambuco
193—	Kennedy Moritz de Torres Bandeira	Pernambuco
1—	Lucio do Rego Maciel	Pernambuco
15—	Leonidas Fernandes Leão	Bahia
18—	Lauro Alves Casado	Pernambuco
42—	Ludgero Joaquim de Farias Neves Sobrinho	”
77—	Luiz Pessoa de Luna	”
88—	Luiz Gonzaga Coêlho Gouvêa	Parahyba
109—	Luiz Pedro Rodrigues de Oliveira Filho	Pará
129—	Leopoldo de Almeida Lima	”
26—	Moat Corrêa Cavalcanti Borges	Pernambuco
28—	Manoel de Moraes Abreu e Lima	Alagôas

- 50—Mavial Marques da Silva Junior . . . Pernambuco
 57—Marcos Vilela Neto ”
 72—Mario Moura Rezende Parahyba
 78—Mah Lobão Barretto Alagôas
 118—Manoel Wanderley de Gusmão ”
 126—Manoel Pereira Diniz Parahyba
 131—Maurilio Bruno de Oliveira Firmo . . . Pernambuco
 125—Manoel Augusto Bezerra de Araujo . . . R. Grande do Norte
 150—Maria da Conceição Torres de Carvalho
 Barboza Pernambuco
 46—Maria Theolinda de Barros Alagôas
 19—Neuza Mendes Cavalcanti Alagôas
 143—Nelson Ferreira Franco Pernambuco
 91—Nápoleão Sergio Cardim ”
 7—Othon Lynch Bezerra de Mello Junior Pernambuco
 27—Orlando Gomes de Barros Alagôas
 29—Oswaldo Botelho de Castro Pernambuco
 45—Osman Capistrano da Silva R. Grande do Norte
 59—Othilio Guedes de Freitas Montenegro Pernambuco
 62—Oswaldo Alves de Sá Parahyba
 101—Odon de Mello Cavalcanti Pernambuco
 121—Oswaldo Domingues Moreira Alagôas
 133—Orlando de Paiva Torres R. Grande do Norte
 75—Pedro Koch Freire Pernambuco
 90—Pedro Tacio da Costa Cirne ”
 100—Pedro de Oliveira Palma R. Grande do Sul
 104—Pedro Malta de Albuquerque Maranhão
 Junior ”
 105—Plinio Didimo de Albuquerque ”
 107—Perboyre Sampaio Sabiá Ceará
 115—Petronio Cavalcanti de Carvalho ”
 134—Pedro Beltrão dos Santos Dias C. Federal
 4—Rildo Alves de Almeida Pernambuco
 43—Rivaldo Pereira da Silva Parahyba
 65—Ruy Barreto dos Santos Pernambuco
 67—Ruy Lucena R. Grande do Norte
 85—Rubem Lumack do Monte Pernambuco
 123—Ruy Silva ”
 141—Ruy Barreto de Amorim Parahyba
 9—Saint-Clair de Carvalho Lobo Amazonas

02—Severino Ramos Pereira de Lira	
06—Senir Jatahy de Sampaio	Ceará
13—Sandoval Lopes Arroxelas Galvão	Alagôas
47—Theobaldo Augusto Araujo de Barros	Alagôas
87—Thyrso Ivo da Silva	Pernambuco
44—Tulio Augusto Fernandes de Oliveira	R. Grande do Norte
76—Vicente de Paula Corrêa Rabello	Pernambuco
16—Wellington Martins de Albuquerque	Pernambuco
28—Walker Barboza de Macedo	Alagôas
8—Yaponan Caramurú de Britto Guerra	R. Grande do Norte

SEGUNDO ANO

25—Arthur Ferreira da Silva	Pernambuco
28—Antonio Alfredo de Castro Cerqueira	"
36—Alvaro da Costa Lins Junior	"
40—Antonio Carolino Braulio Gonçalves da Silva	"
44—Ananias Tavares de Souza Campos	"
47—Arthur Orlando de Andrade Bezerra	"
61—Antonio Bezerra de Carvalho	Rio de Janeiro
62—Arthur Vieira de Araujo	Pernambuco
75—Anselmo Pegado Cortez	Alagôas
76—Alvamar Furtado de Mendonça	R. Grande do Norte
79—Arquimedes de Melo Neto	"
83—Amando Homem de Siqueira	Pernambuco
86—Aloysio do Couto Malta	R. Grande do Norte
91—Aloysio Vianna Paes de Barros	Alagôas
101—André Cavalcanti	Pernambuco
108—Alfio Ponzi	"
112—Antonio Lisboa Calheiros	Parahyba
124—Adelmar Lafayette Bezerra	Alagôas
126—Benedicto Alvaro de Carvalho Aranha	Pernambuco
11—Cleodon Fonseca	Rio de Janeiro
32—Carlos Antonio Alves Monteiro	Pernambuco
72—Carlos Emilio Schuler	"

- 97—Carlos Alberto da Silva ”
98—Claudio Vieira Peixoto Alagoás
- 2—Democrito Cavalcanti de Arruda Parahyba
17—Danilo Gomes Carneiro Pernambuco
90—Domicio Velloso da Silveira ”
18—Ernani Marinho Parahyba
22—Estacio Tavares Wanderley Pernambuco
23—Eulalia Castro ”
34—Eliezer Corrêa de Oliveira ”
43—Erasmus de Queiroz Campos ”
92—Eduardo Cossemelli São Paulo
104—Elias Alfredo Vieira Pernambuco
116—Erasmus de Macêdo Vieira de Mello Alagoás
128—Eurico Siqueira Cavalcanti Pernambuco
- 35—Fernando Nobre Barreto Pernambuco
52—Francisco Guedes de Melo Alagoás
110—Felinto Colares da Cunha Barreto Pará
113—Francisco Julião Arruda de Paula Pernambuco
121—Francisco Rodrigues de Miranda Alagoás
- 37—Galba de Almeida Mattos Alagoás
51—Gustavo Adolpho Paashaus ”
105—Giovani Cavalcanti de Albuquerque Silva Pernambuco
129—Giannetto Joffily Pereira da Costa ”
- 6—Homero Freire Barboza da Silva Ceará
14—Helyette Botelho de Mendonça Alagoás
54—Henry Scott Dobbin Pernambuco
55—Heraclito Buarque de Cesar Melo ”
69—Hiati Leal ”
82—Helio Cavalcanti Pina São Paulo
111—Haroldo Campelo Machado Pernambuco
117—Haroldo Espinola de Oliveira Lima Parahyba
- 20—Ivan d'Almeida Pires Pernambuco
33—Irinêo Joffily Neto Parahyba
100—Isnaldo Teodoro da Silva Pernambuco
- 4—Jorge Medeiros de Souza Pernambuco
26—José Pessoa da Silva ”
27—Jorge Abrantes dos Santos ”
30—José Ariston Filho R. Grande do Norte
39—José Sebastião Teixeira Alagoás

41—José Brito de Albuquerque Veiga	Pernambuco
42—Jarbas Gomes de Barros	"
46—Julio de Araujo Ramalho	"
48—José Lins de Albuquerque	"
54—José Luiz Ribeiro Samico	"
60—José Arnaud Gomes Melo	"
67—João Bernardo de Albuquerque	R. Grande do Norte
74—Jehovah Wanderley Rocha	Parahyba
77—José Coêlho Brandão	Pernambuco
80—José Piauhyllino de Melo Monteiro	"
87—José Castor de Menezes	"
93—João Alcides Correia de Mello	Parahyba
94—Joaquim Pedro Carneiro Campello	Pernambuco
96—José Laurenio Accioly	"
02—José Mixto d'Oliveira	Parahyba
15—José Tavares de Miranda	Pernambuco
20—José Gonçalves de Lima	"
22—José Ferraz Ribeiro do Vale	"
5—Luiz Sylvio Ramalho	Parahyba
24—Lucas Vilar Suassuna	"
49—Laura Mourato Vermelho	Rio de Janeiro
59—Laercio Coutinho de Barros	Pernambuco
63—Luiz de Campos Teixeira	Alagôas
78—Linneu Rodrigues de Carvalho	Parahyba
109—Luiz Guedes da Luz	"
119—Leopoldo de Almeida Lima	Pará
123—Luiz Santa Cruz J.	Pernambuco
125—Luiz Gomes de Araujo	Parahyba
3—Mario Souto Maior Rosas	Parahyba
10—Mauricio Gomes de Sá	"
13—Mardonio de Andrade Lima Coêlho	Pernambuco
21—Manoel Pontual Pereira de Mello	"
38—Maria Juracy Raposo	"
57—Maria dos Anjos Lima Lapa	"
68—Miguel Longman	"
71—Murillo Gibson Alves Barboza	Romania
73—Mauro Bahia de Maia Gomes	Pernambuco
81—Manoel Pereira do Nascimento	Alagôas
88—Mario da Silva Neto	Parahyba
118—Murilio Bruno de Oliveira Firmo	R. Grande do Norte
114—Nelson Wanderley de Queiroz	Pernambuco

1—Odjalmes de Luna Freire	Parahyba
8—Oséas Dias de Souza	Bahia
16—Orlando Moraes	Pernambuco
45—Olavo Accioly de Moraes Cahet	”
56—Oswaldo Paulo da Silva	Alagóas
65—Olavo Fernandes Maia	R. Grande do Norte
66—Oswaldo Gonçalves de Medeiros	Pernambuco
85—Orlando Paiva	Parahyba
106—Oscar Gomes de Oliveira	Pernambuco
12—Pedro Cauby Collaço	Alagóas
15—Paulo Pimentel Bello	Pernambuco
31—Paulo Correia Guedes	”
53—Paulo Duarte Quintella	Alagóas
58—Pedro de Oliveira Palma	R. Grande do Sul
70—Paulo de Albuquerque Montenegro	Pernambuco
99—Paulo Pessoa Guerra	”
107—Paulo Xavier de Andrade Monte	Sergipe
103—Pedro Cupertino Callou	Pernambuco
19—Rodolpho Albuquerque de Araujo	Pernambuco
29—Reginaldo Fernandes Martins	”
64—Romulo Romero Rangel	Parahyba
127—Ruy Castor de Menezes	”
84—Samuel Krutman	Pernambuco
89—Sylvio de Vasconcellos e Silva	”
9—Tiburtino Rabêlo de Sá	Parahyba
95—Tercio Rosado Maia	R. Grande do Norte
7—Vandick Londres da Nobrega	Parahyba

TERCEIRO ANO

2—Anthenor de Oliveira Pantaleão	Alagóas
13—Alberto Estellita Barreto Coutinho	Pernambuco
22—Aguinaldo Velloso Freire	”
25—Alfredo d'Oliveira	”
34—Alvaro Vasconcellos Cavalcanti	Alagóas
37—Arlindo Santos Maciel	Pernambuco
38—Antonio Primola	Parahyba
57—Antonio Joaquim Pereira de Oliveira	Pernambuco

1—Abdon de Barros Monte	Alagôas
4—Alvaro de Brito Matos Vieira	Pernambuco
7—Amaury Gomes Pedroza	”
1—Ariston de Hollanda Padilha	Alagôas
5—Archimedes Nogueira Paranaguá	Piauhý
8—Arthur Barbosa Junior	Alagôas
1—Aldo Pinto Pessôa	Pernambuco
1—Alberto Campos Falcão	”
5—Djalma Miranda de Oliveira	R. Grande do Norte
7—Danilo Souto Maior Rosas	Parahyba
9—Diogo de Mello Menezes	Pernambuco
0—Deraldo Padilha de Oliveira	”
0—Darcy Fontenelli de Araujo	Parahyba
6—Eurico Torres de Oliveira	Pernambuco
4—Ernani Seve	”
6—Ernesto Serrano Vereza	Parahyba
9—Eurico Ferreira da Costa	Pernambuco
1—Francisco Elias da Rosa Oiticica	Alagôas
2—Fausto Pontual Junior	Pernambuco
7—Fernando Meira de Vasconcellos	”
5—Francisco Ferreira de Andrade	Parahyba
1—Frederico Mindello Carneiro Monteiro	”
8—Fernando de Castro Lobo	Pernambuco
3—Gaspar Regueira Costa	Pernambuco
6—Guilherme Falconi Nicodemi	Parahyba
3—Hermes Hermeto Alves da Costa	Parahyba
6—Heitor Araripe de Souza	Ceará
7—Humberto Constantino Lins	Pernambuco
7—Ivaldo Falcone de Mello	Parahyba
0—Ivo Leitão de Mello Filho	Pernambuco
8—Irapuam Saturnino de Freitas	Ceará
4—João Coutinho Cabral de Mello	Pernambuco
1—José Soares Fonseca	”
4—Jarbas Fernandes da Cunha	”
9—José Pessoa Cavalcanti	”
0—José da Cruz Gouvêa Filho	”
1—José Maria Dourado	Alagôas

33—	Joaquim das Virgens Neto	R. Grande do Norte
54—	João de Medeiros Sarmento	Alagôas
55—	Josino Barbosa de Medeiros	Parahyba
63—	José Cardoso da Cunha	Pernambuco
71—	João Pereira Lucena	"
70—	José Braz Pereira de Lucena	"
72—	José Lopes de Siqueira Santos	"
73—	Joaquim da Cunha Rego	Parahyba
78—	José Edgard Barbosa	Pernambuco
79—	José Maria dos Santos Araujo Cavalcanti	"
82—	José Ignacio Ferreira	Parahyba
84—	José Borges de Oliveira	R. Grande do Norte
92—	João Fulgencio Carneiro Monteiro	Parahyba
99—	José Fernandes de Lima	"
9—	Luiz Pinto Ferreira	Pernambuco
16—	Leucio de Lemos	"
21—	Luiz Cerqueira Monteiro	Bahia
29—	Luiz Braga Fontan	Alagôas
40—	Lauro Luiz de Oliveira	R. Grande do Norte
49—	Lourival Cavalcanti	Parahyba
52—	Luiz Ignacio Pessoa de Mello	Pernambuco
58—	Luiz de Góes Lima	"
75—	Lourenço da Fonseca Barboza	"
87—	Luiz Clovis Wanderley	"
97—	Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis	"
5—	Magino Alves Barboza	Alagôas
10—	Manoel José Fernandes	Pernambuco
28—	Milton José Duarte	"
30—	Manoel Ribeiro	Alagôas
32—	Milton Ferreira Pita	"
42—	Manoel Fernandes de Lima	Parahyba
46—	Milton de Lyra Bivar	Amazonas
86—	Manoel Fernandes Lara Pereira Monteiro	Pernambuco
93—	Murillo Camargo	Paraná
94—	Mario da Cunha Raposo	Parahyba
96—	Milton Gonçalves Pereira	Alagôas
102—	Nelson Vaz de Oliveira	Pernambuco
18—	Osmar de Araujo Aquino	Parahyba
24—	Octavio Simões Barboza	Pernambuco
35—	Omar Romero de Medeiros	R. Grande do Norte

55—Oscar Botelho Marcondes	S. Paulo
60—Octavio Claudino de Paiva	Parahyba
62—Oscar de Azevedo Brandão	Pernambuco
53—Paulo de Barros de Andrade Lima	Pernambuco
65—Protasio Pinheiro de Mello	R. Grande do Norte
74—Paulo Beltrão dos Santos Dias	Pernambuco
89—Pedro Moreno Gondim	Parahyba
3—Renato Evaristo da Cruz Gouveia	Parahyba
7—Raymundo de Azevedo Moraes Filho	R. Grande do Norte
26—Rivadavia Carnauba Brandão	Alagôas
83—Solon Pereira de Araujo	Parahyba
8—Tulio Bezerra de Mello	R. Grande do Norte
48—Urbano Guedes Gondim	Pernambuco
39—Waldemar Moreira Gomes	Alagôas
1—Waldemar de Alencar Carvalho Luna	Parahyba
60—Walter Doria de Figueiredo	Alagôas
76—Waldinar Serra e Silva	Piauhy

QUARTO ANO

3—Arlindo Vareda Gouveia	Pernambuco
5—Antonio Vieira	"
7—Alfredo Tiburcio Ferreira Filho	"
14—Antonio Vianna de Siqueira	"
21—Alcindo Mello	"
31—Alcides Tolentino de Carvalho	R. Grande do Norte
33—Alberico Leimig	Pernambuco
34—Agamemnon Duarte Lima	"
35—Aurelio Moreno de Albuquerque	Parahyba
46—Apolonio Mauricio de Mello	"
47—Amaro Olintho do Nascimento Ramos	"
57—Adriano Rosendo dos Santos Tocantins	Pernambuco
79—Antonio Maranhão Ferreira Lima	"
83—Aureliano Teixeira de Albuquerque	"
95—Alcebiades Medeiros de Siqueira Campos	"
96—Annibal Ribeiro Varejão	"

- 102—Antonio Marques Wanderley Alagôas
 108—Aderbal de Arrozelas Galvão Pernambuco
 71—Abelardo de Araujo Jurema Parahyba
- 88—Brivaldo Carneiro Campello Pernambuco
 104—Bolívar do Amaral Mousinho ”
- 13—Clovis Salles Pereira Parahyba
 16—Caio de Aguiar Porto Alagôas
 58—Clodoaldo Vergara de Mendonça Parahyba
 84—Candido Alves da Costa ”
 89—Claudio de Moraes Vasconcellos Pernambuco
 90—Clovis Bahia Silva Maranhão
 17—Djalma Gonçalves Raposo Pernambuco
 15—Edgar de Souza Machado Alagôas
 22—Eraldo de Mello Paes Barreto Pernambuco
 27—Eugenio Perylo de Albuquerque Mello ”
 52—Ernesto Caricio de Gouvêa ”
 59—Epitacio Cordeiro Pessoa Cavalcanti Parahyba
 66—Eugenio José da Motta Pernambuco
 86—Edmar Lopes Bezerra ”
 109—Esdras da Silva Gueiros R. Grande do Norte
 73—Everardo Guerra de Andrade Pernambuco
- 4—Francisco Jeronymo de Albuquerque Maranhão Junior Pernambuco
 30—Fernando Pessoa Parahyba
 69—Fernando Meira de Vasconcellos Pernambuco
 74—Fernando do Couto Malta Alagôas
 75—Fernando Julio de Albuquerque Maranhão Pernambuco
- 25—Gentil de Azevedo Mello Pernambuco
 29—Guttemberg de Arruda Peixoto ”
 49—Geraldo Telles Minas Geraes
 56—Gildo Coutinho de Moura Pernambuco
 106—Gentil Magalhães Maciel Porto ”
- 19—Humberto Augusto da Silva Ramos Pernambuco
 55—Helio Neves Madeira Piauhy
 70—Hibernon de Farias Bittencourt Alagôas
- 1—João Cavalcanti de Arruda Parahyba
 6—João Baptista de Rezende Martins S. Paulo

36—José de Andrade Lima	Pernambuco
38—José Maria de Lacerda	"
43—João Ursulo Ribeiro Coutinho Filho ..	Parahyba
44—João Lelis de Luna Freire	"
45—João Pinto Lapa	Pernambuco
48—José Antonio Gonçalves de Mello Neto	"
50—José Hibernon Wanderley	"
53—Joviniano Baptista de Siqueira Carva-	"
lho Filho	"
54—José Henrique Abreu Wanderley	"
64—José Antonio do Prado Valadares .. .	Bahia
78—José Demetrio de Albuquerque Silva ..	"
80—Jessé Fernandes Café	R. Grande do Norte
93—José Lins de Albuquerque	Alagôas
94—João Agripino Filho	Parahyba
99—Juraci Nunes Machado	Pernambuco
105—José Fernando Barbosa Marinho Falcão	Espirito Santo
8—Luiz Regueira Carneiro da Cunha	Pernambuco
12—Luiz Galvão de Oliveira	R. Grande do Norte
32—Leopoldo Alves Casado	Pernambuco
51—Luis Marques Vieira	"
77—Luis Elysio Dornellas Wanderley	"
87—Leonel da Costa Coelho	Parahyba
101—Luiz Gonzaga Gusmão de Andrade	Pernambuco
103—Luiz Gonzaga de Oliveira Lima	Parahyba
72—Lauro Luiz de Oliveira	R. Grande do Norte
11—Manoel Machado da Cunha Cavalcanti ..	Pernambuco
18—Manoel Jayme Fernandes Barboza	Parahyba
37—Manoel Francisco de Mello	R. Grande do Norte
62—Marcial Albert da Costa	Pernambuco
81—Manoel Almeida de Moraes	"
85—Mauro Ramos da Mota e Albuquerque ..	"
92—Mauro Monteiro	"
9—Miguel Arras de Alencar	Ceará
20—Newton Guimarães de Paiva	Pernambuco
26—Naercio Cireno Gonçalves	"
39—Nelson da Costa Carvalho	"
42—Nelson Barboza de Souza	"
24—Oscar Berardo Carneiro da Cunha Filho	Pernambuco
110—Oswaldo Guimarães Bastos	"

28—Paulo Maria Ponce de Leon da Cunha Lima	Rio de Janeiro
40—Paulo Arruda Raposo	Pernambuco
65—Pelopidas de Arroxelas Galvão	”
68—Pedro Feitoza Torres Ventura	Parahyba
97—Pedro Lima	Alagôas
107—Pedro Martiniano Lins	Pernambuco
60—Romulo Domingues da Silva	Pernambuco
61—Ruy Berardo Carneiro da Cunha	”
91—Romeu Pires Ferreira	Alagôas
2—Sebastião Publio de Albuquerque	Pernambuco
23—Sebastião Fernandes Gurgel Filho	R. Grande do Norte
98—Solon Cavalcanti de Moraes Vasconcellos	Pernambuco
100—Sebastião José Bezerra Cavalcanti Netto	”
41—Theocrito Rodrigues de Miranda	Alagôas
63—Tadeu Gonçalves da Rocha	”
10—Uraquitan Bezerra Leite	Pernambuco
67—Urbano Vitalino de Mello	”
76—Wilson Lustosa Cabral	Parahyba
82—Werther Villela Brandão	Alagôas

QUINTO ANO

1—Abel Carneiro Barreto	Pernambuco
8—Antonio Lacerda Galvão	”
9—Alderico Cisneyros Cavalcanti	”
13—Amaury Aducto da Silva Ramos	”
36—Aurelio Buarque Ferreira	Alagôas
39—Aloisio Machado Bezerra	”
45—Antonio Tenorio de Almeida	Pernambuco
47—Adalberto Gomes Pereira Guerra	”
48—Antonio de Freitas Cavalcanti	Alagôas
53—Antonio Correia de Araujo	Pernambuco
56—Arnobio de Souza Graça	Alagôas
21—Antonio Sales de Azevedo Mello	Pernambuco
5—Benjamin de Aguiar Machado	Sergipe
7—Braulio Tiburcio Ferreira	Pernambuco

25—Bom Americo de Carvalho	Maranhão
34—Bolívar Correia Pedroza	Pernambuco
38—Carlos Affonso Botelho Filho	
16—Cícero de Barros Correia	Pernambuco
20—Corintho de Arruda Falcão	Amazonas
23—Clodio Rodrigues de Araujo	Pernambuco
24—Carlos Castor de Menezes	Alagôas
57—Confúcio Ferreira Barbalho	Parahyba
	Alagôas
17—Erasmo Chaves Peixoto	Pernambuco
42—Edigardo Ferreira Soares	Parahyba
54—Ederlindo Gouveia Carneiro Leão	Pernambuco
55—Edson Moury Fernandes	"
58—Enock Gomes de Almeida	"
60—Esmaragdo Marroquim Souza	Alagôas
65—Elias Napoleão Dias da Silva	Pernambuco
44—Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque Maranhão	Pernambuco
64—Fernando de Moraes Moreira	"
49—Francisco Floriano da Nobrega Espinola	Parahyba
26—Garibaldi Tinoco	R. Grande do Norte
52—Gentil de Carvalho Mendonça	Pernambuco
32—Helio de Araujo Soares	Parahyba
67—Hildebrando Ribeiro de Moraes	"
2—José Fernandes Junior	Parahyba
6—João Baptista Pimenta de Hollanda	Pernambuco
18—José de Pontes Vieira	"
19—João Augusto Lima Junior	Ceará
27—José dos Santos Lyra	Pernambuco
28—José Carlos Carneiro	"
29—José Tacio Cirne de Sá Pereira	Rio de Janeiro
30—José Theotonio Vieira Regueira	Pernambuco
35—José Moraes da Silva Rocha	Alagôas
41—João da Trindade Meira Henriques	Pernambuco
43—João da Costa Azevedo	"
51—José Antonio Moreira de Souza	Paraná
63—João Ignacio Ribeiro Roma	
4—Luiz Guimarães Ribeiro	Pernambuco

- 22—Luiz Patury Accioly Alagôas
37—Laercio Ferreira Barbalho R. Grande do Norte
11—Moacyr Nobrega Montenegro Parahyba
15—Marcelo Cabral da Costa Pernambuco
40—Mario Gomes de Barros Rego Alagôas
46—Manoel Falcão de Almeida ”
61—Manoel de Almeida Brotherhood Pernambuco
69—Mario Torres de Carvalho Barboza ”
10—Orlando Nascimento Vieira Pernambuco
31—Osmundo de Moraes Borba ”
33—Oswaldo de Oliveira Salsa ”
62—Octavio Leopoldino Cavalcanti de Moraes ”
62—Oswaldo Belmont Gadelha R. Grande do Norte
3—Pedro Eustachio Vieira Pernambuco
59—Paulo Malta Ferraz Alagôas
12—Rui do Rego Barros Pernambuco
68—Rosita Galanternick R. Grande do Sul
14—Thomaz da Veiga e Seixas Pernambuco
50—Virgilio Cordeiro de Mello Parahyba

VI - Curso de Doutorado

Programas

Horario

Lista de Alunos

At. C. de D. de D.

1812

1813

1814

PRIMEIRO ANO

1.ª CADEIRA

Economia e Legislação Social

1.º — Economia simples : sua theoria, seus processos, seus limites.

2.º — Economia social. Theoria da Sociedade economica. A sociedade considerada na sua estructura e nos seus processos puramente economicos.

3.º — Economia do Estado : suas relações com a economia simples e com a social.

4.º — Economia mundial : suas relações com a economia nacional.

5.º — Fundamentos geraes da economia social e motivos para as differenças nacionaes de economia : clima, condições geologicas, situação geographica, concentração, densidade e distribuição de população.

6.º — Condições de desenvolvimento da vida economica. Technica de exploração. A terra. O trabalho. O capital. A concentração de produção

7.º — Valor : sua distribuição. Lucro, Interesse. Salario

8.º — Valor e troca. Moeda. Credito. Transporte.

9.º — O capitalismo como methodo geral. Como methodo especializado de economia occidental.

10.º — O socialismo. Theoria e typos.

11.º — O Estado e a vida economica. Legislação social. Recife, 12 de Janeiro de 1936.

O Professor,
(a.) *Dr. Alfredo Freyre*

PRIMEIRO ANO

—
2.ª CADEIRA

Direito Publico Comparado

1.º

O direito publico. As divisões do direito publico. O direito publico e o direito privado.

2.º

O Estado. Origem e evolução historica do Estado.

3.º

Os elementos constitutivos do Estado. Caracteristicas historico-politicas.

4.º

O poder publico. Origem e formação historica da soberania.

5.º

Formas de Estado. Caracteres geraes do systema federal. A noção juridica do Estado federal.

6.º

As origens das novas constituições. O problema da racionalização do poder. A jurisdição constitucional. As liberdades sociaes e os direitos individuaes.

7.º

Theoria monista e theoria dualista do direito. Unidade do direito publico. As tendencias internacionaes das novas constituições. A racionalização do poder e o principio da unidade do direito publico.

8.º

As declarações dos direitos. As tendencias sociaes das novas declarações. O controle social das liberdades individuaes.

9.º

A votação popular nas novas constituições. A legislação e os eleitores. A votação popular e as novas tendencias do direito constitucional.

10.º

O parlamentarismo moderno. O regimen parlamentar e a dictadura. O executivo democratico.

11.º

O executivo pessoal. O executivo fascista. O principio monarchico.

15 de janeiro de 1936.

Odilon Nestor

PRIMEIRO ANO

3.^a CADEIRA

**Historia Geral do Direito e do
Direito Nacional**

I

Da concepção do direito. Leis que regem a evolução jurídica.

II

Instituições jurídicas primitivas da India, da China, da Persia, do Egypto.

III

Instituições jurídicas primitivas dos Hebreus, dos Arabes, dos Gregos, dos Romanos.

IV

Da epocha feudal. Influencia das tres correntes jurídicas : romana, germanica e canonica.

V

Influencia do Direito Romano nos paizes occidentaes.

HISTORIA DO DIREITO NACIONAL

VI

Pre-historia do Direito Brasileiro. Do colonato e do regimen do Governo Geral do Brasil.

VII

Aspecto Juridico do Brasil desde 28 de Janeiro de 1808 á elevação do Brasil á cathogoria de Reino Unido á Portugal e Algarves.

VIII

Do direito constitucional brasileiro. A constituição de 25 de Março de 1824 e seus consecarios, Acto adicional, Lei de interpretação.

IX

Evolução do Direito Publico brasileiro. A idéa federativa no Brasil. Projecto de federação das Provincias. As constituições republicanas de 1891 e 1934.

X

Evolução do Direito Penal e do Processo Criminal. Codigo Criminal de 1830. Lei de 3 de Dezembro de 1841 e Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. A reforma Judiciaria de 1871.

XI

Evolução do Direito Civil. Os grandes jurisconsultos Teixeira de Freitas, Felicio dos Santos, Nabuco, Coelho Rodrigues e Clovis Bevilacqua.

XII

Evolução das leis commerciaes. Tentativa de uma codificação commercial em 1809. O Codigo Commercial Brasileiro. Leis posteriores que o tem revogado, principalmente em materia de fallencia, sociedades anonymas e titulos de credito.

XIII

Dos Tribunaes do Commercio. Do regulamento 737 de 25 de novembro de 1850 e sua influencia ainda hoje exercida em materia processual.

XIV

Evolução do Direito Administrativo. Historia da legislação social no Brasil.

Recife, 15 de janeiro de 1936.

Dr. Thomaz Lins Caldas Filho

Professor cathedratico da Faculdade de Direito do Recife

PRIMEIRO ANO

—
4.ª CADEIRA

CRIMINOLOGIA

1.ª PARTE

Capitulo I — CRIMINOLOGIA

- a) Conceito geral; seu papel em face do Direito Criminal e da Medicina Legal. b) Sentido biologico do Direito Penal. c) O crime. O criminôso, a pena.

Capitulo II — O CRIME

- a) Conceito historico-evolutivo; as escolas penaes. b) LOMBROSO e a escola antropologica. c) DESPINE e a escola psicologica. d) Sociologia do crime; o individuo e o meio. e) Criminalidade regional; o sertão, o campo, a cidade.

Capitulo III — CAUSAS GERAES DE CRIMINALIDADE

- a) Causas externas. Clima, raça, sexo, idade, instrução, profissão, religião. Toxicôses, vagabundagem, prostituição, prisões. b) Contingencias criminaes; preconceitos de injustiça e de vingança. c) Habitualidade antisocial.

Capitulo IV — CAUSAS GERAES DE CRIMINALIDADE

- a) Causas internas. Biologia do delinquente; influencias heredita-

rias, congenitas e adquiridas. b) Menoridade e delinquencia; creanças anormaes.

Capitulo V — FORMAS DE CRIMINALIDADE

- a) Criminalidade violenta. b) Criminalidade astuciôsa. c) Criminalidade momentanea. d) Criminalidade habitual. e) Criminalidade piedôsa.

2.ª PARTE

Capitulo VI — O DELINQUENTE

- a) Classificação de criminosos; precaridade da tentativa; b) Critérios das varias classificações. c) Critério biologico.

Capitulo VII — CONSTITUCIONALISMO E CRIME

- a) Estudos da escola constitucionalista italiana; PENDE, VIGLA, BARBARA. b) Morfologia e caracterologia; KRETSCHMER. c) Estudos americanos; DRAPER. d) Correlações criminaes.

Capitulo VIII — ENDOCRINOLOGIA E CRIME

- a) Subsidio endocrinico á criminogénese. b) Morfologia endocrino-criminal. c) Psicologia endocrino-criminal. d) Estudos experimentaes.

Capitulo IX — PSICANALISE E CRIME

- a) O Id, o Ego, O Super-Ego. b) Génese dos complexos. c) Simbolismo onirico. d) Criminogénese froideana. e) Psiconeurôses, crime, sublimação.

Capitulo X — PSICOPATOLOGIA E CRIME

- a) Constituições psicopaticas; C. emotiva. b) C. psicastenica. c) C. mitomaniaca. d) C. esquizoide. e) C. cicloide. f) C. paraneica. g) Alienação mental e crime.

Capitulo XI — BIOTIPOLOGIA CRIMINAL

- a) Tecnica experimental. b) Estudos brasileiros; BERARDINELLI e MENDONÇA. c) Utilizações criminograficas e penalogicas.

3.ª PARTE

Capítulo XII — CRIMINOLOGIA

- a) Técnica policial judiciária. b) Pesquisas especiais no sentido da evidência criminal. Prova de autoria. c) Psicologia do testemunho e da confissão; provas de laboratório, psicanálise.

Capítulo XIII — POLÍTICA CRIMINAL

- a) Responsabilidade criminal. b) Limites modificadores legais. c) Códigos criminaes. d) Estudo crítico á luz das modernas aquisições da Criminologia. e) Jure, julgamento, prisão e outras penas. f) Influência negativa da técnica penalógica vigente. Estatística.

Capítulo XIV — DEFEZA SOCIAL

- a) Segregação do delinquente. b) Finalidade da pena. c) Reabilitação do criminoso. d) Profilaxia da reincidência. e) Substitutos penas de FERRI.

Capítulo XV — PREVENÇÃO E TERAPEUTICA CRIMINAL

- a) Estado perigoso. Agressividade. b) Criminalidade potencial; psicanálise. c) Individualização e indeterminação cronológica do tratamento criminal. d) Reformatórios, clínicas criminaes, anexos psiquiátricos. e) Assistência social aos anormais, aos vagabundos, ás mulheres grávidas, á infância abandonada, aos egresos da prisão. Escolas, colônias agrícolas, maternidade, aprendizados, patronatos.

Recife, 15 de janeiro de 1936.

Ed. Altino

Professor Catedrático

Approvado em congregação de 16 de janeiro de 1936.

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 16 de janeiro de 1936.

(a.) *Jayme Regueira Costa*,
Secretário.

SEGUNDO ANO

1.ª CADEIRA

Filosophia do Direito

PARTE GERAL

- 1.º — Philosophia do Direito, suas relações com a Philosophia Geral e com as diversas sciencias. Methodo philosophico-juridico.
- 2.º — As correntes contemporaneas da philosophia do direito.
- 3.º — A theoria do conhecimento e o conceito do direito.
- 4.º — Formação historica do direito positivo.
- 5.º — A theoria do conhecimento e o conceito do direito.
- 6.º — Processos de elaboração scientifica e technica do direito.
- 7.º — As fontes formaes do direito. A interpretação juridica.
- 8.º — Direito positivo e direito natural. Relação entre a moral e o direito.
- 9.º — O valor do direito positivo. O problema das leis injustas.
- 10.º — Fundamento da imposição coactiva. A ordem juridica.

PARTE ESPECIAL

Desenvolvimento historico e conceito philosophico das principais instituições sociaes :

- 11.º — Theoria da instituição
- 12.º — A propriedade.
- 13.º — O Contracto.
- 14.º — A familia
- 15.º — A corporação profissional.
- 16.º — A sociedade civil e politica.
- 17.º — A sociedade internacional.

Faculdade de Direito do Recife, em 12 de janeiro de 1936.

(a.) *Dr. Andrade Bezerra*

SEGUNDO ANO

2.ª CADEIRA

Direito Civil Comparado

I

Direito Civil Comparado : objecto da cadeira; seus metodos.
Extensão a dar ao seu estudo : não somente comparar, mas tambem aprofundar.

II

Função do Direito Civil Comparado. Concepções especificas dessa função.

III

Formação do Direito Civil Moderno. Suas fontes principaes : o Direito Romano, o Direito Barbaro, o Direito Canonico.

IV

Grupamento das varias legislações, quanto ao Direito Civil, em systemas, de accordo com a caracter commum mais saliente ou de predominancia de qualquer fonte.

V

O Direito Civil Brasileiro e suas fontes, especialmente o Direito Portuguez.

VI

A pessoa physica em Direito Comparado : a) o nascimento, b) a menoridade, patria poder e tutela, c) a maioridade.

VII

O casamento. Regimens matrimonioaes, de bens. Desquite. Divorcio.

VIII

A condição juridica da mulher casada.

IX

Paternidade natural : investigação. Os filhos adulterinos e os incestuosos : sua condição.

X

A propriedade immobiliaria e seu regimen. O condominio. Limitações ao Direito de propriedade. As servidões.

XI

O regimen hypotecario, na historia e nas legislações.

XII

Regimens successorios : a) a successão legitima; b) a successão testamentaria. A liberdade de testar. Os fideicommissos.

XIII

As obrigações no Direito Civil Moderno.

XIV

Vontade e causa na criação do vinculo obrigacional. A teoria da vontade unilateral, como fonte geradora das obrigações.

XV

Direitos de credito. Os titulos ao portador : theorias que procuram dar o seu fundamento, e sua acceitação nas varias legislações.

Faculdade de Direito do Recife, 15 de janeiro de 1936.

Dr. Joaquim I. de A. Amazonas
Professor Cathedratico

SEGUNDO ANO

—
3.ª CADEIRA

Direito Penal Comparado

1

Philosophia do Direito Penal. O methodo de comparação e de filiação historica no estudo do crime, do criminoso e da pena. Necessidade do estudo comparativo, nas legislações, dos *crimes em especies*.

2

Da responsabilidade criminal no Direito Comparado. Theoria do dolo.

3

Da culpa no Direito penal comparado.

4

Da ignorancia, do erro, da bôa intenção, da bôa fé e do consentimento do offendido no Direito Penal Comparado.

5

Theoria das aggravantes no Direito Penal Comparado.

6

Theoria das attenuantes no Direito Penal Comparado.

Da pena e seus momentos historicos. Systemas de repressão e de prevenção do delicto no Direito Penal Comparado.

THESES ESPECIAES DE ACCORDO COM OS ARTIGOS 35 E 36 DO DECRETO N.º 19.852, DE 11 DE ABRIL DE 1931

1.º — Evolução historica da criminalidade em comparação com a evolução historica da pena. As medidas de prevenção, sob a forma de substitutivos penaes, podem justificar e em que crimes, a abolição da penalidade ?

2.º — O principio da defesa social aboliu nos modernos codigos (exemplo, o chinês de 1928, o italiano de 1930, o iugo slavo de 1930, o hespanhol de 8-9-28, etc.), o da responsabilidade individual, substituindo-o por qualquer outro ? Que valor tem o velho conceito da temibilidade ou perigosidade ?

3.º — Que valor podem ter, no ponto de vista da defesa social, os subsidios da psycanalise^a do sonambulismo hypnotico, da endocrinologia, etc ? Codigos vigentes, inclusive os do ultimo quinquenio.

4.º — Da satisfação do damno nos Codigos e projectos antigos e modernos. A doutrina brasileira corporificada nos Codigos de 1830 e 1832 (Codigos Criminal e do Processo) constituirá um avanço sobre as modernas doutrinas ? A satisfação nos antigos e modernos codigos.

5.º — Os delinquentes internacionaes devem estar fóra das disposições communs de Codigos ? A defesa da sociedade autorisa a criação de umCodigo especial para esses malfeteiros ? Licção dos congressos e do projecto hespanhol (Quitiliano Saldanha).

6.º — Será illusoria a idéa da proporcionalidade entre a pena e o delicto ? Licção dos Codigos, inclusive os mais recentes. E' admissovel como, principio legal, a indeterminação da pena ?

7.º — As doencas da mente no Direito Penal Comparado. Deve se admittir uma semi-responsabilidade ? O Codigo Brasileiro em confronto com as modernas legislações penaes.

8.º — Os delictos contra a honra no Direito Penal Comparado.

9.º — Os delictos contra a propriedade no Direito Penal Comparado.

10.º — Os delictos contra a vida e contra a integridade pessoal no Direito Penal Comparado.

11.º — De outros crimes em especies. Codigo brasileiro e Codigos estrangeiros.

12.º — Os menores no Direito Penal Comparado. Doutrina e Legislação. O Codigo Brasileiro de Menores e os Projectos. E' injustificavel a idade de 14 annos para limite da imputabilidade ?

13.º — As mulheres no Direito Penal Comparado. Doutrina e Legislação antigas e modernas. A pratica legal do aborto (Projecto Tchecoslovaco, Codigo Russo, etc.).

14.º — Systemas de penas nas legislações. Typos geraes de penitenciarias. O systema cellular é ainda uma aberração do seculo XX, como foi no seculo XIX, na phrase de FERRI ? Qual o succedaneo da pena de morte no Direito Penal Comparado ? Legislações antigas e modernas, inclusive as do ultimo quinquenio. E' possivel justificar a pena de morte somente nos Codigos Militares ?

15.º — As contravenções no Direito Penal Comparado. O principio da ignorancia da lei pode justificar o contraventor ? QUID no Codigo Brasileiro, na doutrina e nas legislações.

16.º — Aggravação das penas primitivas da liberdade nos Codigos recentes. Alimentação reduzida no Direito Finlandez e no ante-projecto Tchecoslovaco de 1926.

17.º — Do contagio da syphilis, da homosexualidade, do homicidio por piedade no Direito Comparado.

18.º — A legitima defesa e o estado de necessidade nas legislações antigas e nas vigentes.

NOTA : — Este programma obdece á mesma orientação que imprimi ao estudo da Criminologia, quando regi a respectiva cadeira no Curso de Doutoramento. Theses geraes onde coubessem todos ou os precipuos assumptos da Sciencia do Crime e theses especializadas,

que dessem motivo a conferencias, trabalhos escriptos e debates oraes sobre os mesmos, o que tudo teve logar com o auxilio de meus devotados discipulos.

Ficam apresentadas estas theses em obediencia ás exigencias dos artigos 35 e 36 do Decreto 19.852 de 11 de Abril de 1931, sem exclusão de outras que poderão surgir no desenvolvimento do curso,

Em 15 de Janeiro de 1936.

O Professor,

(a) *Gervasio Fioravanti*

Approvado em congregação de 16 de janeiro de 1936.

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, 16 de janeiro de 1936.

(a.) *Jayme Regueira Costa*,
Secretario.

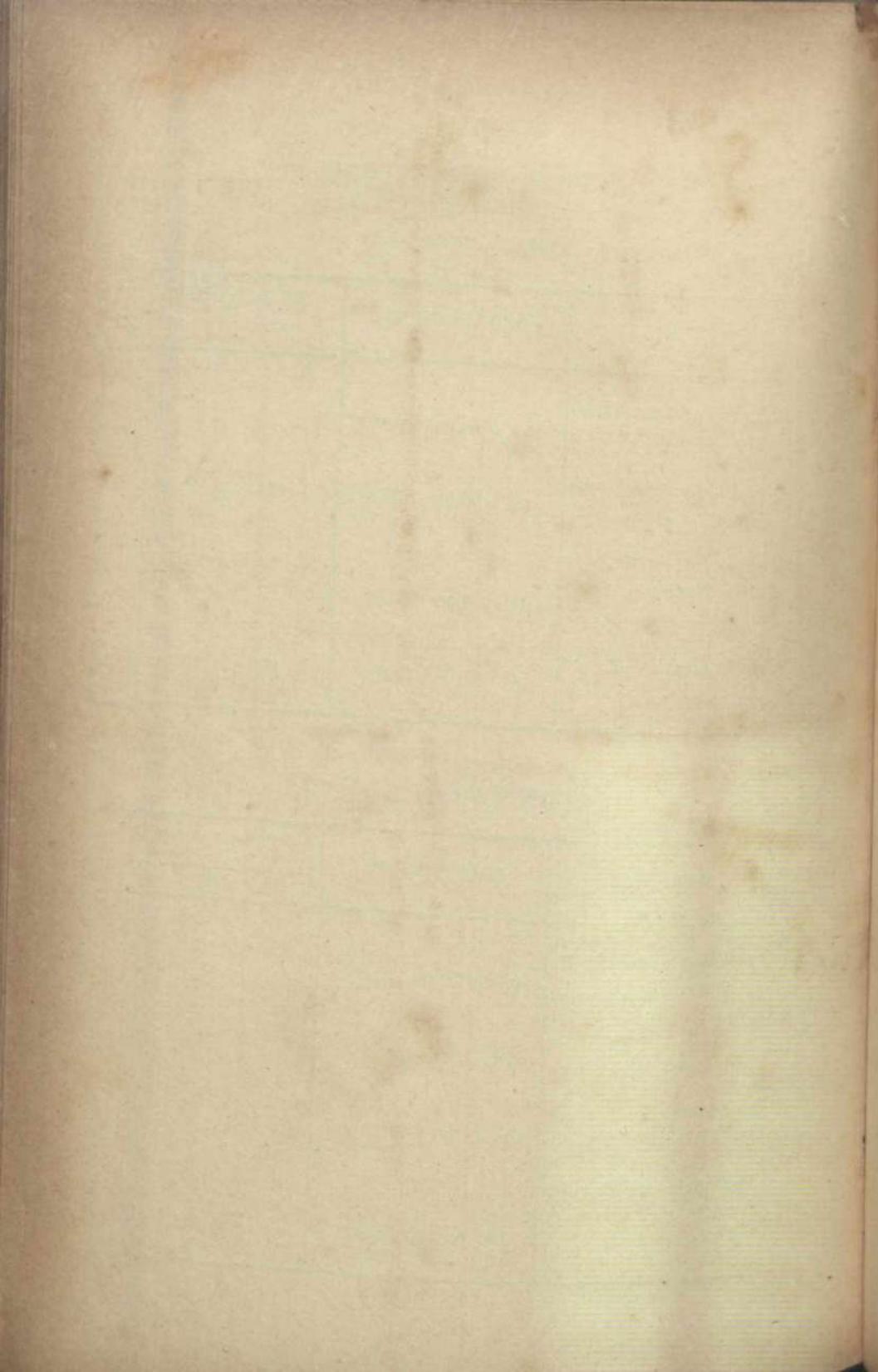
CURSO DE DOUTORADO
HORARIO DE AULAS

1.º ANNO — (Salas ns. 1 e 3)

MATERIAS	PROFESSORES	DIAS E HORAS					
		2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S.
Economia e Log. Social (Sala n.º 3)	Dr. Alfredo Freyre	16					16
Dir. Publ. Comparado (Sala n.º 3)	Dr. Caldas Filho		11		11		
Hist. Geral do Dir. e do Dir. Nacional (Sala n.º 1)	Dr. Edgar Altino	10					10
Criminologia (Sala n.º 3)	Dr. Odilon Nestor		15		15		

2.º ANNO (Salas ns. 2, 3 e 5)

MATERIAS	PROFESSORES	DIAS E HORAS					
		2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	S.
Philosophia do Direito (Sala n.º 5)	Dr. Andrade Bezerra		8		8		
D. Civil Comparado (Sala n.º 5)	Dr. J. Amazonas	8				8	
Dir. Penal Comparado (Sala n.º 2)	Dr. Gerv. Fioravanti		10				10
Seminario de Investi- gação e Preparo de These (Sala n.º 3)	Dr. Loreto Filho		11			11	



CURSO DE DOUTORADO

LISTA DE ALUNOS

1.º ANO :

- 1—Pedro Eustachio Vieira
- 2—Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque Maranhão
- 3—José Aureo Lins Bahia
- 4—Otavio Costa
- 5—José de Pontes Vieira

2.º ANO :

- 1—Georges Latache Pimentel
 - 2—Agripino Ferreira da Nobrega
-

Este livro deve ser devolvido na última
data carimbada

4.9.53

17.3.54

23.6.61

E. 11-20.000-52

